

JOSEANE GOMES CAMPOS

Políticas Públicas de Educação
CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR:
OS REFLEXOS DO USO DO MIMEÓGRAFO NO DIA-A-DIA
DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS DA REDE
ESTADUAL PAULISTA – ENSINO FUNDAMENTAL I.

UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO
UNICID

SÃO PAULO
2009

JOSEANE GOMES CAMPOS

Políticas Públicas de Educação
CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR:
OS REFLEXOS DO USO DO MIMÉOGRAFO NO DIA-A-DIA
DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS DA REDE
ESTADUAL PAULISTA – ENSINO FUNDAMENTAL I.

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação junto à Universidade Cidade de São Paulo – UNICID sob orientação do Prof. Dr. Jair Militão da Silva.

UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2009

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo estudar as condições de trabalho dos professores do ensino fundamental I de uma escola pública estadual paulistana. A análise e reflexão sobre as questões relativas às tais condições com vistas à qualidade do ensino se justificam por ser de extrema relevância social já que a Educação Escolar é fator preponderante para o impulso sócio, político e econômico dos sujeitos sociais, os quais atuam e/ou atuarão na sociedade civil. Objeto de pesquisa: tecnologia disponível aos alunos e aos professores das séries iniciais, ou seja, de primeira a quarta série de ambos os sexos do ensino fundamental público de uma escola estadual da cidade de São Paulo – Capital. Problema de pesquisa: os reflexos ocasionados pela utilização do mimeógrafo aos professores do ensino fundamental – ciclo I da rede estadual paulista e aos alunos, enquanto recurso didático-pedagógico. Como educadora, a pesquisa permitiu observar que os protagonistas da educação escolar – alunos e professores – são afetados diretamente pelos recursos supra mencionados, já que são sujeitos sociais participantes de um sistema escolar gerador do processo ensino-aprendizagem, o qual é formulado pelas políticas públicas educacionais e, que infelizmente, vez por outra se depara com ranços impeditivos quanto à aplicabilidade dos mesmos, apesar de serem proclamados legalmente. Procedimentos Metodológicos: pesquisa bibliográfica pertinente à temática em referência, questionário estruturado, além de observação participante. O estudo sugeriu que cabe às autoridades educacionais do Sistema Estadual, desenvolver novas formulações quanto à aplicabilidade de verbas destinadas a contribuir efetivamente para o avanço tecnológico a fim de atingir a qualidade do ensino público.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação, Trabalho Docente, Cotidiano Escolar, Recursos Tecnológicos, Sistema educacional.

ABSTRACT

This qualitative-oriented research was carried out to study the actual work conditions of elementary school I teachers, in order to unveil the portrait of public education in the twenty-first century which is taken as the "Cyber age," where technological innovations advance at a very fast speed with a view innovations in the area of information technology and communication among others. The analysis and reflection about the questions on the issues relating to such conditions with a view to the quality of education and the progress of humanity through education are justified because of its extreme social relevance.

Research Object: technology available to students and teachers of the initial series and from first to fourth series of both sexes of elementary school in a public school state of Sao Paulo city – Capital.

Research Problem: the reflections caused by the use of the mimeograph (a duplicator for making many copies from a stencil) to the teachers and students of elementary school – cycle one – of the network in Sao Paulo state, as a didactic-pedagogic resource. As an educator, I have observed how the protagonists of school education - students and teachers - are directly affected by the resource mentioned above, as they are social subjects participants of a school system that generates the teaching-learning process, which is formulated by education public policies, which unfortunately, sometimes they come across with obstacles that block the applicability of the same, although they are legally proclaimed.

Methodological Procedures: bibliographical research to the theme by reference, structured questionnaire, and participant observation. I think it is responsibility of the educational authorities of all education systems, specially the State System, to develop new formulations on the applicability of funds to effectively contribute to the technological advance, in order to achieve the quality of public education since the Elementary Education is preponderant factor to the impetus for the social, political and economic of social subjects, who act or will act in civil society.

Keywords: Education public policies, teachers labor, everyday school life, technological resources, educational system.

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

COMISSÃO JULGADORA

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me dar perseverança, intuição, paciência e força de vontade, ainda que o cansaço e/ou momentos aflitivos bateram à minha porta neste decurso.

Ao Prof. Dr. Jair Militão da Silva, pela orientação, amizade, paciência, competente dedicação em apoiar-me sempre que estive insegura, e principalmente, pelos inúmeros incentivos extremamente otimistas, os quais contribuíram ainda mais para a maximização da minha paixão pela Educação Escolar.

A todos os professores que fizeram parte deste programa de mestrado, os quais contribuíram fortemente para a ampliação do meu quadro de conhecimentos. Especialmente, à Profa. Dra. Edileine Vieira Machado, que muito se empenhou em incentivar-me na participação de congressos, palestras, entre outros.

Ao ilustre Prof. Dr. João Gualberto de Carvalho Meneses, que além de conhecimentos acadêmicos, transmitiu-me, sobretudo, lições de vida através de atitudes generosas e brilhantes com sua famosa e eloqüente frase: “Nulla die, sine línea” (“Nenhum dia, sem nenhuma linha”).

Aos colegas e amigos do programa de mestrado, pelas sugestões, estímulos e críticas, especialmente à Catia Ferdinando Costa pelo apoio e amizade e à Marli Lorenzini que me auxiliou no abstract desta dissertação com solidária simpatia.

A todos os colegas de trabalho, pela contribuição direta ou indireta, especialmente aos amados alunos que estiveram comigo neste período, os quais também muito me ensinaram.

Ao colega Leomar, profissional que faz a manutenção de mimeógrafos, entre outras atividades ligadas à área educacional, pela valiosa contribuição e presteza.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais – raízes frutíferas – as quais possibilitaram cada passo percorrido em minha jornada de vida, apoiando-me em todos os momentos com palavras, incentivos, gestos, ouvidos, paciência e muito, mas muito amor e a toda minha família.

Mamãe e pai, vocês são meus amores! Obrigada pela dedicação de sempre, sem vocês, tenho certeza que não teria conseguido alçar este vôo que considero alto para a “pouca” idade que tenho.

Sei que tenho muito que aprender ainda, mas graças a vocês estou atingindo gradativamente minha realização pessoal e profissional, galguei degraus sólidos em minha vida rumo à felicidade tão desejada, é assim que sinto em todos os momentos que penso em vocês já que me ensinaram bons princípios como o amor, a benevolência, a caridade, a humildade, principalmente a dignidade humana e muito mais.

Tenham a certeza que se depender de mim, ainda darei muito orgulho a vocês que são super-pais e merecem toda a gratidão dos filhos. Minha parte estou fazendo e farei sempre, pois acredito que a reciprocidade é um sentimento nobre e sobretudo, uma atitude brilhante que nos uniu pelos laços eternos e consangüíneos e que estaremos juntos ainda em muitas vidas para ajudarmos uns aos outros.

Obrigada Pai Celestial, maravilhoso e misericordioso pelos pais terrenos que me proporcionastes!

Beijos da filha que os ama muito

Joseane

“Embora o estado, como empregador da força de trabalho docente, determine as condições e a organização desse trabalho, os professores buscam significados simbólicos para a docência, por meio de movimentos de resistência. Esses movimentos são portadores de ambigüidades. De um lado, o professor assume a responsabilidade individual pela qualidade de seu trabalho, atribuindo à vocação e ao prazer as possibilidades de realização da formação de novas gerações; por outro, considera-se portador da não-qualificação para a realização do mesmo trabalho, conseqüência das condições e da organização do mesmo, por parte do estado. Esse jogo conflituoso, na busca de reconhecimento social pelo seu trabalho, move-se entre as respostas individuais – do professor com vocação e que sente prazer na realização da docência – e as coletivas, no espaço político, da práxis.

Nessa perspectiva a qualificação docente adquire dupla dimensão: o professor sente-se portador da qualificação porque tem vocação e atribui significados aos resultados de seu trabalho; simultaneamente, também é portador da não-qualificação, dadas as condições e a organização do trabalho, de caráter estrutural.

As possibilidades de ruptura dessa ambigüidade encontram-se na constituição do espaço público, de ação e debate, na constituição de uma nova sociabilidade.” (Souza 1996, p.133)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade das professoras

Gráfico 2 – Tempo de serviço na rede estadual de ensino

Gráfico 3 – Atuação em mais de uma instituição escolar

Gráfico 4 – Escolha da Profissão

Gráfico 5 – Ritmo do trabalho docente

Gráfico 6 – Pontos nevrálgicos encontrados na educação escolar

Gráfico 7 – Qualidade da educação escolar brasileira

Gráfico 8 – Recurso pedagógico utilizado para o preparo das aulas na unidade escolar

Gráfico 9 – Freqüência da utilização dos recursos pedagógicos citados no gráfico 8

Gráfico 10 – Utilização do mimeógrafo como recurso pedagógico

Gráfico 11 – Aquisição do mimeógrafo por parte das professoras

Gráfico 12 – Condições para a aquisição do mimeógrafo por parte das professoras

Gráfico 13 – Tempo de aquisição do mimeógrafo após ingresso no magistério

Gráfico 14 – Importância do mimeógrafo para o trabalho pedagógico

Gráfico 15 – Materiais necessários para o preparo das aulas

Gráfico 16 – Qualidade das atividades produzidas através do mimeógrafo

Gráfico 17 – Fatores que possibilitam a qualidade das atividades preparadas através do mimeógrafo

Gráfico 18 – Desperdício de materiais com a utilização do mimeógrafo

Gráfico 19 – Praticidade e/ou facilidade no manuseio do mimeógrafo

Gráfico 20 – Local de preparo das aulas por meio do mimeógrafo

Gráfico 21 – Opinião das professoras quanto ao peso do mimeógrafo

Gráfico 22 – Dificuldade no transporte do mimeógrafo

Gráfico 23 – Doenças ocasionadas por meio da utilização do mimeógrafo

Gráfico 24 – Facilidade quanto à manutenção do mimeógrafo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
HISTÓRIA DE VIDA.....	20
METÁFORAS DO MIMEÓGRAFO X O FAZER DOCENTE.....	29
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	32
1.1. Tempo para a Elaboração das Atividades / Praticidade X Tempo de Atenção Despendido aos Alunos.....	32
1.2. Desperdício de Materiais (Custo X Benefício / Verbas Disponíveis).....	36
1.3. Doenças Decorrentes do Uso do Mimeógrafo.....	37
1.4. Aceitação Mercadológica do Mimeógrafo e de seus Aparatos.....	38
1.5. A Dificuldade do Professorado da Rede Estadual Frente às Inovações Contemporâneas e/ou à Falta de Opção na Mudança de Postura destes Profissionais.....	44
2. O TRABALHO HUMANO E SUAS DIMENSÕES: SUBJETIVA E OBJETIVA.....	48
2.1. A Dimensão Subjetiva do Trabalho Docente.....	48
2.2. A Dimensão Objetiva do Trabalho Docente.....	53
3. A FRUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE ATRAVÉS DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS – A OUTRA FACE.....	58
4. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR – O QUE DIZ A LEI.....	65
4.1. Dispositivos Legais – Considerações de João Gualberto de Carvalho Meneses.....	72
5. PESQUISA DE CAMPO.....	84
5.1. Tipo de Pesquisa.....	84
5.2. Os Dados da Pesquisa.....	85
5.2.1. Questionário Para as Professoras / Análises dos Dados.....	85
5.2.2. Observação Participante.....	111
5.2.3. Entrevista.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS.....	129

INTRODUÇÃO

Tenho como objetivo contemplar o sistema educacional público, especificamente da rede estadual paulista no que tange às condições de trabalho do professor do ensino fundamental – ciclo I, por meio de pesquisa científica e fundamentação teórica e demonstrar o elo existente entre teoria e prática na utilização de recursos tecnológicos previstos e disponíveis nas políticas públicas educacionais vigentes e propriamente nas Unidades Escolares. Além de demonstrar como o uso do mimeógrafo reflete direta ou indiretamente na jornada diária de professores e alunos do nível de ensino supra mencionado, os reflexos da utilização do referido equipamento e, conseqüentemente, desvendar o retrato da educação escolar pública dos dias atuais.

Faz-se necessário verificar quais são as necessidades didático-pedagógicas e as reais condições de trabalho do professor do ensino fundamental – ciclo I da rede estadual paulista, tal como os reflexos decorrentes destas condições no dia-a-dia do mesmo e dos alunos deste nível de ensino.

Acredito ser de extrema importância analisar e refletir sobre as questões relativas às condições de trabalho do professor com vistas à qualidade do ensino e ao progresso da humanidade por meio da Educação, fator preponderante para o impulso sócio, político e econômico dos sujeitos sociais.

Para isso, buscarei apoio em teóricos afins a este tema e, também, nos princípios existentes na C.F. (Constituição Federal Brasileira de 1988), na L.D.B. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), no Estatuto do Magistério Paulista e no P.N.E. (Plano Nacional da Educação), atrelados às Políticas Públicas de Educação quanto aos recursos financeiros destinados à tecnologia das escolas públicas estaduais.

Através de uma visão mais otimista da educação por meio das novas tecnologias existentes no mundo contemporâneo podemos perceber o quanto evoluímos em termos de comunicação e informação. Em contrapartida, há os ranços existentes na área educacional e um deles é a utilização do mimeógrafo que possui muitos vieses implícitos.

O uso do mimeógrafo envolve o professor significativamente em seu dia-a-dia. Pode ter uma representação pessoal positiva ou negativa pautada no ontem, no hoje e no amanhã deste profissional, ou seja, depende da concepção de cada um em relação à utilização deste equipamento e o que o mesmo acarreta em sua vida.

Alguns professores se baseiam em lembranças que dizem ser agradáveis e/ou situações vivenciadas no passado, como por exemplo, a ajuda que davam aos seus professores no preparo das atividades por meio do mimeógrafo; outros se referem a ele com certo desdém porque diz que o cheiro do álcool é muito forte, o peso é imenso, há morosidade na utilização do mesmo para o preparo das atividades, etc.; tem ainda aqueles que dizem que o mimeógrafo é a “salvação da pátria” já que não sabem lidar com a tecnologia informacional, os quais enxergam o computador como algo superior às suas capacidades. Assim, o mimeógrafo trouxe, trás ou trará alguns supostos reflexos na vida dos professores e, conseqüentemente, dos alunos.

Através da minha prática educativa, pude perceber que muitos professores sentem-se limitados a desenvolver seu trabalho pedagógico satisfatoriamente pelo fato de dependerem de recursos tecnológicos, administrativos, jurídicos e financeiros escassos que não permitem a eles a tão almejada autonomia pedagógica.

Observo e vivencio diariamente a dificuldade do professorado público estadual – ao menos na escola em que trabalho - frente às inovações contemporâneas e/ou à falta de opção na mudança de postura deste colegiado.

Através do diálogo com autores que abordam a temática em referência e, sobretudo, por meio de observação participante, tive como ponto de partida a análise e discussão de supostos reflexos acarretados aos profissionais da educação pelas condições de trabalho acessíveis a eles, especialmente no aspecto didático-pedagógico e físico. Pretendo abordar a questão da necessidade “instrumental” destes profissionais, seu ritmo de trabalho e a fruição do mesmo com vistas à qualidade do ensino, já que o trabalho docente se dá tanto na

dimensão objetiva quanto na dimensão subjetiva, sendo que ambas estão interligadas e possuem sua importância no universo educacional.

Antes de entrar na área educacional, fui bancária por alguns anos, ocasião em que a instituição financeira em que trabalhei contava com recursos altamente informatizados, com tecnologia de ponta pertinente ao mundo globalizado em que vivemos. Porém, ao tornar-me educadora e, conseqüentemente, ao começar a ministrar aulas nem imaginava que poderia deparar-me com o mimeógrafo, equipamento este que era utilizado na época em que cursei o ensino fundamental nas séries iniciais. Devido a este surpreendente impacto vivenciado, o qual o contraste entre uma instituição e outra é de grande dimensão, aos poucos pude perceber que há alguns ranços na área educacional pública que serão abordados adiante, os quais causam resistência ao professorado público. Estes profissionais muitas vezes preferem não mudar sua postura até então adotada e continuam com os mesmos procedimentos didáticos adotados desde há muito tempo, ou seja, alguns cursos são feitos “em vão”, pois embora atualmente disponhamos de tecnologia de ponta, ainda não nos é permitido utilizá-la, ou não nos permitimos a tal utilização.

Ao buscar informações, ao pesquisar sobre as condições de trabalho do professor, descobri que os recursos pedagógicos, administrativos, jurídicos e financeiros voltados para este fim são inacessíveis no sentido de que fogem à autonomia do professor que muitas vezes não tem conhecimento das verbas destinadas ao trabalho pedagógico, incluindo material didático e recursos tecnológicos, ou porque não é possibilitado tal acesso ou porque não há interesse nestas informações. Neste contexto, as leis jurídicas voltam-se para este fim, mas a aplicabilidade não acontece, ou seja, formalmente a Unidade Escolar adquire, por exemplo, computadores e máquina copiadora, mas o uso diário desses recursos é extremamente limitado ao professor, sem contar que vez por outra encontram-se em manutenção, dificultando ainda mais o trabalho dos profissionais da educação, incluindo os docentes e direta ou indiretamente os discentes.

Referente à Escola Estadual “Bom Jesus do Monte”* (**nome fictício*), onde atuo como professora de Educação Básica, ciclo I – de primeira série à quarta

série – há em média 12 computadores disponíveis, os quais podem ser utilizados em horários destinados para as aulas de informática, sendo que os alunos têm acesso a todas as disciplinas pertinentes a série cursada. Porém, é um acesso limitado, tanto para os alunos, quanto para os professores porque os mesmos utilizam este recurso somente para uma aula na semana e nada mais, ou seja, 50 minutos semanais.

Desta forma, o professor fica a mercê de recursos limitados e conseqüentemente se apóia num outro recurso pedagógico que é o mimeógrafo, este sim está à disposição dos professores da rede pública estadual em seu dia-a-dia, embora a lei preveja condições de trabalho adequadas ao profissional da educação e disponha de verbas destinadas ao ensino público, visando à melhoria e o desenvolvimento do mesmo, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 nos artigos abaixo:

**TÍTULO VI
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

**TÍTULO VII
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e

equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;”(…)

Se o professor não tem tempo ou disposição para utilizar o mimeógrafo, o mesmo prepara as aulas em sua residência com as tecnologias que tem à mão, apesar de custear o preparo das atividades. Este é um fator que predomina na realidade do professor do ensino fundamental I, conseqüentemente gerador de insatisfação, estresse e cansaço.

Constatei também, através de pesquisas de artigos via internet que alguns autores que abordam a questão da tecnologia e da cibernética, quando se referem ao uso do mimeógrafo, utilizam na maioria das vezes o verbo no tempo passado, tal como: usava-se este equipamento nos anos 60, 70..., como se esta fosse uma máquina jurássica, arcaica e obsoleta. Porém, no cotidiano escolar em que vivo, acontece exatamente o contrário do que os meios de comunicação dizem a respeito da mesma, como se tivesse havido a “era do mimeógrafo” e como se não a existisse mais. No entanto, na unidade escolar em que trabalho e em algumas outras da rede estadual que atuam alguns colegas de profissão, esta máquina é utilizada constantemente. Conforme publicação do jornal Diário de São Paulo veiculado em 13 de abril de 2008, intitulado: Viagem do Tempo, p. A10, que teve como manchete: “Ensino movido a MANIVELA”, onde autor Aiuri Rebello comenta: *“O mimeógrafo, aparelho de fazer cópias, está em processo de extinção. Inventado há 120 anos, ainda é largamente utilizado nas escolas estaduais.”*

Infelizmente em pleno século XXI, nós professores da rede estadual convivemos e temos a nosso dispor uma máquina fundada a mais de um século, a qual é utilizada independente de nossa vontade pessoal e/ou incapacidade de utilização de outros recursos tecnológicos que possuem tecnologia de ponta, mas por falta de opção. Assim informa Aiuri Rebello:

“Nos dias de hoje, uma tecnologia com 120 anos de idade encontra largo uso na rede estadual de educação. Ela resistiu há décadas de evolução tecnológica, e até hoje auxilia professores, principalmente do ensino fundamental (da 1ª a 8ª séries), na confecção de materiais didáticos auxiliares para uso em sala de aula. Trata-se do mimeógrafo, um dos primeiros sistemas de cópias em série utilizados no ensino. Atualmente, ele convive lado a lado com computadores, impressoras e internet de alta velocidade nos colégios estaduais de São Paulo.

A relação de escolas que o utilizam é extensa. Só para ter uma amostragem, o DIÁRIO verificou dez delas, na capital, em que os professores não dispõem de alternativas mais modernas para confecção

de cópias impressas, como máquinas de xerox, scanners ou impressoras multifuncionais. (...)

A Secretaria Estadual de Ensino não informa o número de escolas, mas a situação se repete em grande parte da rede pública. Quem estuda ou estudou em colégio estadual, nas últimas décadas, sabe bem do que se trata. E lembra do cheiro de álcool impregnado nas cópias.” (Jornal: Diário de São Paulo, 13 abr. 2008, p.A10)

Cabe ressaltar que o mimeógrafo é uma máquina que, além da mão-de-obra, depende de outros materiais para chegar ao produto final que é gerar uma ou mais cópias de uma matriz, tais como: scanner do texto selecionado, impressora matricial, estêncil, álcool, papel sulfite (predominantemente) ou outro tipo de papel, molha dedo e mesa de apoio.

O mimeógrafo tem seus pontos positivos como o baixo custo por cópia gerada, incluindo o álcool e o estêncil. Porém, tem os pontos negativos quanto à qualidade da cópia, a morosidade do serviço, o desperdício de materiais, as doenças decorrentes do seu uso e, principalmente, à falta de atenção aos alunos quando as atividades são preparadas pelo professor simultaneamente às aulas.

O preparo das atividades escolares, especialmente para o nível de ensino fundamental I, ou seja, de 1ª a 4ª série requer muita dedicação, empatia, diversidade, atenção e conseqüentemente tempo. Porém, a maioria dos professores da rede pública de ensino fica a mercê de jornadas de trabalho exaustivas porque geralmente são duplas ou triplas, trabalham em vários períodos para que possam ter um salário razoável para suprir suas necessidades existenciais. Neste contexto, não encontram tempo para preparar as aulas do grande número de educandos que estão sob sua responsabilidade e ainda administrar o lar e sua vida pessoal, o que resulta em constantes improvisações e/ou preparo das atividades simultaneamente às aulas, fato que leva o processo ensino-aprendizagem a ficar aquém de uma educação de qualidade que têm por objetivo contribuir para transformações significativas e para a formação do cidadão que atuará na sociedade criticamente. Assim, a elaboração e o preparo das atividades pedagógicas necessitam de planejamento, reflexão, coerência e trabalho em equipe para que o cenário educacional brasileiro seja de fato

transformado, conforme recomendações especificadas no volume de Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997 (PCN's):

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro.”

“(…) Os Parâmetros Curriculares Nacionais auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor.” Algumas possibilidades para sua utilização são:

- Rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem e maneiras de avaliar;
- Refletir sobre a prática pedagógica, sendo em vista uma coerência com os objetivos propostos;
- Preparar um planejamento que possa de fato orientar o trabalho em sala de aula;
- Discutir em equipe de trabalho as razões que levam os alunos a terem maior ou menor participação nas atividades escolares;
- Identificar, produzir ou solicitar novos materiais que possibilitem contextos mais significativos de aprendizagem;
- Subsidiar as discussões de temas educacionais com os pais e responsáveis.

“O nosso objetivo é contribuir, de forma relevante, para que profundas e imprescindíveis transformações, há muito desejadas, se façam no panorama educacional brasileiro, e posicionar você, professor, como o principal agente nessa grande empreitada.”

Não podemos generalizar, porém, a meu ver, os docentes não têm voz ativa para chegar às autoridades e demonstrar os “pontos de gargalo” da educação e menos ainda seus anseios, necessidades e expectativas quanto à sua profissão e quanto ao processo ensino-aprendizagem.

Assim, através de conversas diárias com os profissionais da educação que atuam na mesma unidade escolar que eu, percebo que este processo resulta em: desmotivação, desinteresse, falta de dedicação, falta de planejamento e, muitas vezes, despreocupação com a efetiva abstração significativa de conhecimentos por parte dos alunos e a socialização de saberes por parte de ambos: professor e aluno, causando o estreitamento desta relação, entre outras conseqüências.

Penso que há um problema em torno das condições de trabalho do professor da rede estadual, especificamente quanto ao uso do mimeógrafo e que o mesmo pode ser equacionado. Contudo, é preciso que este problema saia dos

papéis abordados pelas políticas públicas educacionais que embora estejam voltadas para visões otimistas não são transparentes, ou seja, mostram uma “educação envernizada”, na qual o que é politicamente correto é mostrado, mas os pormenores, as dificuldades e a experiência professor-aluno propriamente dita são omitidos. Por essas e outras questões educacionais é que pretendo ir em busca de soluções plausíveis para os ranços existentes no mundo escolar a fim de contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino.

As condições de trabalho dos professores da rede estadual envolvem direta e indiretamente tanto os docentes quanto os discentes que fazem parte do processo ensino–aprendizagem. Porém, para que o trabalho escolar seja humanizado, as ações precisam considerar o mundo contemporâneo, a maneira como este trabalho é executado, as relações inter-pessoais e, sobretudo, a qualidade do ensino.

Enquanto educadora, pergunto-me: Como o professor pode estar comprometido com seus alunos, se precisa “rodar” atividades no mimeógrafo simultaneamente às aulas?

O que de fato é significativo para o professor? Contribuir para a aprendizagem de seus alunos ou cumprir sua carga horária e esperar seu salário? Penso que se a resposta positiva for a segunda, muito provavelmente ter tecnologia a mão ou não tê-la é algo irrelevante, se olharmos do ponto de vista qualitativo. É muito mais fácil e rápido utilizarmos uma máquina inventada a mais de um século – o mimeógrafo, do que aprendermos a lidar com computador e principalmente com aquela “setinha que não me obedece”, dizem muitas professoras. “Além disso, o custo por cópia mimeografada é bem menor, se bem que aquele cheiro de álcool me mata”, dizem outras.

Neste contexto, a resistência do professorado público às mudanças deve ser considerada. Para muitos professores, lidar com as novas tecnologias pode significar uma “tortura” ou um “desprazer”, envolvendo-os internamente em suas sensibilidades e necessidades em aprender e/ou acompanhar as inovações contemporâneas que surgem a todo o momento, fato este que pode comprometer

direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem, conforme Santos (2003, p.89):

“Como a resistência ainda está muito presente, é preciso um bom trabalho de sensibilização. Muitos professores precisam conscientizar-se quanto à necessidade de se tornarem eternos aprendizes, pesquisadores, e não meros orientadores.”

Nessa resistência, é possível observar o “medo”. Na relação com a máquina, é muito grande; existe um mito em relação às máquinas, como se elas tivessem inteligência própria. O computador não tem inteligência, não produz conhecimento, depende da mente humana para processar dados e realizar operações.

Sempre surgem cursos de capacitação, há uma inquietação por parte de alguns professores em relação às decorrências de sua utilização.

É necessário, portanto, uma cuidadosa reflexão por parte de todos que compõem a comunidade escolar, para que a tecnologia possa de fato contribuir para a formação de indivíduos competentes, críticos, conscientes e preparados para a realidade em que vivem.”

Portanto, através de uma visão mais otimista da educação por meio das novas tecnologias existentes no mundo contemporâneo podemos perceber o quanto evoluímos em termos de comunicação e informação. Em contrapartida, ainda há empecilhos existentes na área educacional e um deles é a utilização do mimeógrafo que possui muitos vieses implícitos, embora estejamos nos referindo à educação do século XXI.

Enfim, este estudo foi elaborado em torno das condições de trabalho do professor com a seguinte divisão:

Início com minha história de vida a fim de demonstrar como descobri o problema de pesquisa que foi retratado nesta dissertação juntamente com o amor que sinto pela profissão docente.

Em seguida, elenquei algumas metáforas do mimeógrafo *versus* o fazer docente, as quais ilustram a observação participante inserida em minha prática pedagógica.

No Capítulo 1 - Fundamentação Teórica serão explanados alguns supostos reflexos do uso do mimeógrafo no dia-a-dia dos professores e dos alunos do ensino fundamental I de uma escola da rede estadual paulista, tais como: Tempo para a Elaboração das Atividades / Praticidade X Tempo de Atenção Despendido aos Alunos; Desperdício de Materiais (Custo X Benefício / Verbas Disponíveis); Doenças Decorrentes do Uso do Mimeógrafo; Aceitação Mercadológica do

Mimeógrafo e de seus Aparatos; A Dificuldade do Professorado da Rede Estadual Frente às Inovações Contemporâneas e/ou à Falta de Opção na Mudança de Postura destes Profissionais.

O Capítulo 2 foi apresentado com o intuito de contemplar o trabalho humano em consonância com o cotidiano escolar em suas dimensões: objetiva (tempo, espaço e recursos) e subjetiva (significados e representações pessoais).

No Capítulo 3 – A Fruição da Interdisciplinaridade Através de Recursos Didático-Pedagógicos – A Outra Face, além dos aspectos: pedagógico, social e político, o tema Interdisciplinaridade é abordado em seu aspecto didático-pedagógico com vistas ao fazer docente.

O Capítulo 4 – Condições de Trabalho do Professor – O que diz a lei, concentrar-se-á nas normas, diretrizes e leis voltadas para a Educação Escolar, especificamente ao nível de ensino fundamental I, a fim de apresentar informações gerais sobre os profissionais da educação básica.

No Capítulo 5 – Pesquisa de Campo será exposta a metodologia utilizada neste trabalho, tendo como tipo de pesquisa o questionário estruturado, a observação participante e a entrevista.

Para concluir farei as considerações finais, apontarei as referências bibliográficas, além dos anexos que serão expostos para ilustrar este trabalho.

HISTÓRIA DE VIDA

Vou tentar retratar e/ou descrever os momentos vivenciados por mim em toda minha caminhada existencial, porque acredito que a vida é feita de momentos que podem ser positivos ou negativos, mas que com toda certeza nos faz aprender, ou seja, a vida é uma escola infinita. Assim, darei ênfase aos fatos ligados à minha vida profissional.

A narração que será feita a seguir situa esta pesquisa que está voltada ao profissional da educação. Através da minha história de vida pude achar o fio da meada para justificar meus anseios, objetivos e metas vivenciais. Desde a mais tenra idade sou apaixonada pela área da educação. O estímulo pelo estudo vindos dos meus pais, o sonho de ser professora, a admiração e o prazer em conhecer, aprender, argumentar e participar acompanha-me desde o início da minha vida escolar.

Sendo assim, começarei a narrar os passos trilhados por mim até o momento, os quais contribuíram para a realização desta pesquisa.

Tenho um irmão mais velho, uma irmã mais velha e outra mais nova. Desde a mais tenra idade sempre quis ser professora. Lembro-me perfeitamente que minha brincadeira preferida era brincar de escolinha com minhas irmãs. Sempre fui muito estudiosa, todos nós recebemos muito carinho e incentivo de nossos pais que participaram e participam ativamente de nossa vida pessoal, profissional e escolar.

Minha família, sobretudo, meus pais são muito especiais para mim porque sempre foram exemplos de boas atitudes, dignidade, humildade, união, perseverança, determinação, fé, coragem, etc. Minha mãe veio do interior de São Paulo só com o diploma da 4ª série do ensino fundamental e depois de 28 anos sem estudar completou a 8ª série com muito incentivo do meu pai, já que nesta ocasião, ela já estava casada e com quatro filhos pequenos. Meu pai também é um grande exemplo para mim, em todos os sentidos, porque além de ter sido e continuar sendo um grande amigo, ensinou-me a ir atrás do meu sonho através de uma profissão que me desse prazer, alegria e paz. Ele começou a cursar

Educação Física, mas estava trabalhando como oficial de justiça concursado pelo Estado de São Paulo, deixou então o curso que tanto gostava e foi cursar Direito para entrar na área do trabalho a que estava vinculado e também por influência da minha mãe. Concluiu este curso, porém, decorridos cinco anos, prestou outro concurso e ingressou na Prefeitura de São Paulo como agente vistor, cargo que não requeria o diploma de advogado. Desde então, usou seu diploma apenas como “enfeite” porque nunca exerceu tal profissão, apesar de tê-lo como portas abertas para inúmeros conhecimentos, pontuação na carreira pública, etc.

Aprendi muito diante desta situação, trilhei um caminho parecido, mas com final feliz porque fui atrás do que realmente gosto de fazer que é ser educadora, estes fatos da minha vida profissional serão expostos mais a frente.

Eu e meus irmãos estudávamos numa escola municipal da zona leste de São Paulo localizada a aproximadamente uns 200 metros da casa dos meus pais, tanto na educação infantil, como no ensino fundamental – ciclo I e II. Entrei no jardim de infância e não precisei cursar a pré-escola, fui direto para a 1ª série do ensino fundamental I com seis anos de idade, outro fator de orgulho para meus pais.

Neste período de alfabetização, encontrei em mim uma capacidade desconhecida pelos professores e até pelos meus próprios pais: sou canhota e sempre escrevi espelhado, ou seja, tudo era escrito de trás pra frente, além de escrever de ponta cabeça, com as duas mãos, coisas que faço até hoje. A coordenação e/ou direção da escola, juntamente com a professora, encaminhou-me para um profissional da área psicológica e neurológica, mas na época meus pais não me levaram a nenhum destes profissionais porque aprendi a escrever correta e rapidamente, com êxito logo no início do processo de alfabetização. Este fenômeno causou e causa estranheza e questionamento em todos que estavam e estão ao meu redor quanto a esta capacidade, como por exemplo, quando vou assinar um documento e começo da direita para a esquerda, mas nunca foi um empecilho para meu desempenho escolar. Porém, como professora sinto-me dinâmica porque quando canso de escrever com a mão esquerda, naturalmente passo a caneta para quadro branco ou o giz para a mão direita e continuo

escrevendo, como se nada estivesse acontecido, mas os alunos as vezes percebem e questionam esta atitude tida como um fenômeno.

Percorri todo o ensino fundamental – ciclo I e II com excelentes notas, sempre interessada em aprender mais e mais. Fazia todos os deveres de casa com capricho e dedicação. Particpei de quase todas as atividades e/ou festividades propostas pela instituição escolar que fiz parte neste período, sendo que fui noivinha das várias quadrilhas (por ser sempre a menor da sala, fato que nunca me incomodou, sempre levei esta questão de estatura numa boa), princesinha, borboletinha, etc.

Meus pais também participavam das festividades, inclusive trabalhando na APM (Associação de Pais e Mestres), de modo a acompanharem nossa vida escolar bem de perto. Além disso, recebiam muitos elogios das professoras que eram uns amores, mas que às vezes acabavam por matar o tempo com um desenho ou outro para colorirmos. Na época não tinha consciência disso, achava que todas as professoras pelas quais passei eram ótimas educadoras. Mas lembro-me bem que a postura tradicional prevalecia em todas as disciplinas quanto a inúmeros exercícios fragmentados e mecanizados, onde não precisávamos refletir para resolvê-los, ou seja, era só seguir copiando da primeira linha para as demais, além do que o uso do livro didático era efetivo e alienado ao mundo contemporâneo. Esta situação acontecia, inclusive, nas aulas de Educação Física onde o professor pedia sempre a mesma coisa: correr em volta da quadra, jogar vôlei, futebol, queimada, pula-corda; tudo bem que estava trabalhando a psicomotricidade e a integração do grupo, mas de certa forma, acabava por nos afastar porque meninas somente jogavam vôlei e meninos futebol, de modo a colocar em prática implicitamente um preconceito, deixando outras habilidades de lado.

Com 14 anos de idade, entrei no 1º ano do ensino médio, comecei a trabalhar e estudar a noite, ocasião em que encontrei um pouco de dificuldade, especificamente nas disciplinas da área de exatas, as quais confesso que não tenho a menor atração. Neste nível de ensino obtive algumas notas baixas e cada vez que isso acontecia ficava arrasada porque sempre aprendi a olhar com olhos

quantitativos e não qualitativos os aprendizados adquiridos na vida escolar, a começar pelas avaliações que sempre foram excludentes ao invés de serem tidas como um processo contínuo.

Tive, então, meu primeiro registro em carteira profissional aos 15 anos. A essa altura da minha vida já tinha como princípios: buscar minha autonomia, poupar para conseguir garantir um futuro bom e realizar o sonho de cursar o ensino superior. Decorridos dois anos, com 17 anos ingressei no curso de graduação de Administração com ênfase em Marketing na Unicid (Universidade Cidade de São Paulo). Porém, atualmente, após conquistar maturidade, consigo perceber que me graduei neste curso sem o menor parâmetro do que realmente queria para a minha vida. Não tenho dúvida que foi válido para abrir meus horizontes profissionais, aumentar meu quadro de conhecimentos, mas no fundo, no fundo, após concluí-lo não estava feliz acadêmica e profissionalmente, ansiava por algo que me completasse enquanto sujeito social.

Entre outros empregos, por último (antes de entrar para a área da Educação), trabalhei em uma Instituição Financeira muito bem conceituada por 7 anos, tendo passado pelos setores: jurídico trabalhista e câmbio. Graças a Deus, através deste emprego galguei inúmeros degraus, sejam eles: intelectual, financeiro e social. Consegui comprar e quitar um apartamento, um carro, entre outros bens. Além de adquirir muitas habilidades intelectuais, como conhecer informática, processos financeiros e administrativos, trabalhar em grupo, aliás, que me fez crescer enquanto ser humano porque conheci muitas pessoas e aprendi muito com elas.

Em 2002 resolvi ir em busca de um sonho que havia deixado adormecido por um tempo, mas que estava vivo dentro de mim. Quase no término do mês de fevereiro do referido ano, procurei incansavelmente uma universidade que ainda estivesse com o processo seletivo aberto para o curso de graduação em Pedagogia, foi quando ingressei neste curso na Unip (Universidade Paulista).

Toda feliz, comuniquei ao meu ex-marido que na época era noivo, aos meus familiares e amigos e para a minha surpresa obtive o apoio de pouquíssimas pessoas. As demais me julgavam como volúvel e “lunática”, afinal cursei

Administração em Marketing, trabalhava na área financeira, especificamente em câmbio (exportação e importação) e “do nada” resolvi fazer pedagogia, ou seja, não havia a menor sincronia entre a minha vida acadêmica e profissional.

A meu ver, preconceituosamente ouvi comentários do tipo: “Xi, vai ser professora?, vai morrer de fome!”; “tem certeza que vai largar o banco para dar aula?”; “você não sabe o que te espera!”; “você está consciente que seu padrão de vida vai diminuir, não é?, pensa bem!!”; “ouvi dizer que fulana abandonou a área da educação porque não agüentava mais, foi violentada por seus alunos”; entre outros.

Mesmo assim, fui perseverante e segui em frente. Conclui o curso de Pedagogia, prestei alguns concursos públicos, mas não passei em nenhum. Nesta mesma época, mais precisamente em setembro de 2005, após muito sofrimento físico, recebi a notícia que havia “herdado” do Banco que em trabalhei duas doenças consideravelmente graves: tendinite e síndrome do túnel do carpo, as quais resultaram em duas cirurgias feitas num mesmo dia, onze pontos na mão direita e um afastamento de quatro meses do trabalho bancário. Já não agüentava mais trabalhar num lugar que embora me proporcionasse conforto financeiro, conquistas materiais, excelentes benefícios trabalhistas, não me satisfazia interiormente. Executava meu trabalho da melhor forma possível, com qualidade e excelência, mas me sentia uma máquina de produção, uma trabalhadora alienada, distante de meus ideais de vida. Confesso que muitas vezes não tinha vontade de levantar da cama para ir ao trabalho, sem contar que precisava pegar um ônibus e três metrô para chegar lá, isso levava em média 1 hora e quarenta minutos. Chegando lá, sentava-me em frente ao computador às 8h30min e levantava-me às 17h30min, com parada para o almoço e para ir ao banheiro, todos os dias a mesma coisa, a mesma rotina.

Até então minha única experiência docente havia sido com o trabalho voluntário de Alfabetização de Jovens e Adultos. Costumava chamar “meus velhinhos” de “cabelinhos de algodão”. Eles eram minha motivação de vida, saía do Banco e ia ansiosamente para a Instituição NADHU (Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Humano), a qual ministrava prazerosamente as aulas.

Cansada desta rotina, afastada do serviço – ainda em 2005 – recebi a incrível notícia que o Governo do Estado de São Paulo abriria mais de 11.000 vagas por meio de concurso público para o cargo de Professor de Educação Básica I. Sem pensar duas vezes, me inscrevi num curso preparatório para prestar o referido concurso, dediquei-me com afinco, foram horas e horas de estudo. Graças a Deus e ao meu esforço conquistei uma ótima classificação e fui chamada rapidamente para ingressar em fevereiro de 2006 na E.E. “Bom Jesus do Monte”* (**nome fictício*) – que fica a 3 quilômetros da minha casa – como professora titular do Ensino Fundamental – ciclo I com atribuição de aulas para uma 3ª série, livrando-me do metrô e de tantas outras atividades que me incomodavam.

Passei por algumas dificuldades burocráticas para chegar até a sala de aula em que atuo. Minha licença médica acabou, tive que voltar a trabalhar no Banco, mas logo na primeira semana em que retornei conversei com eu ex-gestor, pedi a ele que me mandasse embora alegando que estava com medo de voltar a trabalhar com computador e piorar novamente em minhas doenças, mesmo estando operada. Naquele momento, achei melhor não mencionar o real motivo pelo qual solicitei minha rescisão do contrato de trabalho, com receio de não conseguir fazer um acordo e precisar pedir as contas sem meus direitos trabalhistas, afinal de contas foram sete anos de labor naquela instituição financeira. Aguardei em torno de um mês, quando finalmente meu ex-gestor, muito a contra gosto, me demitiu, alegando para os companheiros de trabalho que em virtude da minha operação, não poderia investir em mim profissionalmente.

No entanto, ser professora da Educação Básica não era meu único sonho, tinha outro muito maior, talvez audacioso para uma mulher de 28 anos: ingressar no Programa de Mestrado em Educação, ser professora universitária, palestrante e escritora.

Parte deste grande sonho se realizou também em fevereiro de 2006, quando ingressei no Programa de Mestrado em Educação da Unicid (Universidade Cidade de São Paulo). Parece exagero ou força de expressão, mas só eu sei a

alegria que contemplou meu ser quando dei por mim e percebi que minha vida tinha dado uma volta de trezentos e sessenta graus, literalmente.

Esta reviravolta em minha vida acarretou mudanças estruturais no meu dia-a-dia, além de inúmeros aprendizados, entre eles: ser esposa, dona de casa, administradora do lar, trabalhar fora, ser turista na casa da minha família, etc. Digo isto porque quando me casei faltavam sete meses para eu me formar Pedagoga e foi meio complicado administrar tudo de uma vez!

Atualmente ainda sinto dificuldade em administrar minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Recebo críticas constantes porque dizem que quero abraçar o mundo. Admito que isto seja verdade porque tenho sede de conhecimento, faço vários cursos ao mesmo tempo e assumo inúmeros compromissos, atividades estas que giraram e giram minha vida como uma grande turbina a mover-me para o futuro.

Portando, estes acontecimentos me proporcionam grandes transformações, eu diria até gigantescas transformações porque entrar na área da Educação tem um grande significado para mim. Acredito poder contribuir para a sociedade como cidadã e educadora consciente que posso e devo ajudar o próximo em prol do progresso da humanidade.

Mas a brusca mudança que ocorreu em minha vida profissional será explanada a seguir porque merece atenção especial, pois foi através dela que descobri meu Problema de Pesquisa que será abordado neste Programa de Mestrado em Educação.

Quando entrei na Unidade Escolar em que leciono, fui muito bem recebida por todos, em especial por uma pessoa chamada Rita, ela, a Cláudia, Cida e o Valdir são os meus mais novos amigos. Costumo dizer que eles me “carregaram no colo” porque são professores experientes, me ensinaram a dar os primeiros passos como profissional da educação do ensino fundamental I, apoiaram-me psicológica e pedagogicamente.

Apesar de toda esta receptividade, minha realidade profissional mudou da água para o vinho, meu ritmo de vida embora possa parecer mais ameno, não o é.

Preciso preparar aulas, planejá-las e ministrá-las de forma significativa, contextualizando os conteúdos abordados e interagindo com os alunos.

Vim de uma instituição financeira altamente tecnológica, informatizada e dinâmica. Foi quando me deparei com uma peça aos meus olhos obsoleta: o mimeógrafo, mas que na verdade é utilizado diariamente nas escolas da rede pública estadual. Meus primeiros pensamentos foram: “meus Deus, isto ainda existe?”; “utilizavam esta peça na minha época, a mais de 25 anos!”; “que diferença brutal do Banco!”.

Pensando assim, sem saber por onde começar a manuseá-lo, até porque sou canhota e esta máquina foi feita para destros, pois só existe uma manivela que fica do lado direito dela. Então, recorri a minha amiga Ritinha – como a chamo – é uma senhora maravilhosa, simples, humildade, carismática e atenciosa que desde o primeiro dia de aula esteve ao meu lado dando as dicas das particularidades do magistério. Nesta ocasião, pacientemente ela me ensinou os macetes do uso do mimeógrafo, estas explicações se repetiram nas semanas seguintes até que eu me familiarizasse com a tão “sinistra” peça, afinal não se parece nem de longe com um computador! Ela que estava para se aposentar – era seu último ano no magistério – fez uma oferta em “off” para mim: ofereceu-me seu mimeógrafo que estava enfeitando o canto de um dos cômodos de sua residência. Aceitei alegremente o presente, mais do que depressa fui buscá-lo, hoje é peça da minha decoração. Confesso que já o utilizei bastante e às vezes ainda o utilizo, mas a maioria das vezes vou direto ao computador que é mais prático e rápido, porém, o custo do trabalho gerado sai do meu bolso, o que é desanimador. Neste momento penso: que situação incômoda, bem que o Governo do Estado de São Paulo poderia destinar verbas para – de fato – financiar a educação escolar pública, não tenho a obrigação de custear o preparo das aulas que preciso ministrar.

Alguns colegas de profissão entrevistados por Aiuri Rebello no jornal Diário de São Paulo, também demonstraram insatisfação em ter que custear o próprio trabalho, embora sejam funcionários públicos, assim como eu:

“(…) “O que temos disponível na maioria das escolas é o mimeógrafo. Ou você se conforma com ele, ou dá seu próprio jeito, como pagar xerox ou usar uma impressora multifuncional em casa”, acrescenta.

(…) Maria teve as cordas vocais danificadas em uma cirurgia de tireóide e, desde então, ocupa uma função administrativa em uma escola da capital.

“Quando dava aula, até comprei o meu mimeógrafo. Com ele, podia preparar as atividades em casa, com calma, fora do horário de aula, para não perder tempo”, lembra. “O professor que quer oferecer algo a mais para seus alunos acaba gastando do próprio bolso. Até hoje é assim”, acrescenta.

Uma professora do 2º ano, que prefere não se identificar, vai pelo mesmo caminho. “Comprei um impressora multifuncional para copiar as coisas em casa. Paciência, a gente ganha mal, mas os alunos precisam.”” (Jeitinho próprio, 13 abr. 2008, p.A10)

A primeira vez que resolvi utilizar o mimeógrafo doado pela minha amiga Ritinha me dirigi para um dos quartos do meu apartamento onde fica guardado e pensei: “onde vou colocar esta peça tão pesada?”. Neste momento ouvi meu ex-marido dizer: “não quero ver você pegando peso, hein?”, em virtude da minha cirurgia na mão.

Começou então meu “drama”, precisava equacionar a questão, precisava utilizá-lo, tinha que preparar atividades. Pensei com os meus botões: “no chão não dá para rodar as cópias”; “o sofá é fofo, também não dá”; “a mesa da sala de estar tem o tampo de vidro, também não suportaria o peso”. Neste momento tive a idéia de apoiar o mimeógrafo na pia de granito da cozinha, tirei o escorrer de louça e o coloquei lá, foi minha única alternativa.

Ao rodar as cópias, conversava com meu ex-marido. Tal era nossa indignação frente à situação que vivenciava naqueles instantes que dissemos um ao outro – “como pode, em pleno século XXI existir uma peça dessas?”. Ficamos literalmente inconformados com todo o processo de preparo das atividades, vou descrevê-lo: primeiramente preciso selecionar o texto que vou transcrever para o estêncil ou scannear para imprimí-lo na impressora matricial (outra peça gigantesca, pesada e pouco utilizada atualmente); colocar o estêncil no mimeógrafo; encher de álcool 92,8º a faixa de feltro que fica dentro dele (segundo a Ritinha e outras professoras, se o álcool não for deste tipo, a qualidade da cópia será prejudicada); colocar uma folha de papel sulfite com uma mão e rodar a manivela do mimeógrafo com a outra. Posso dizer que precisei rodar em média 20

folhas para sair 10 em perfeito estado de leitura, sem contar que a cada 5 folhas rodadas, precisava pegá-las e espalhá-las, (com o auxílio do “molha dedo”), sobre a mesa para secar o álcool e não borrá-las.

Posso dizer com propriedade que é um processo moroso, cansativo e inconcebível frente às novas tecnologias existentes atualmente e principalmente frente à era da cibernética que caracteriza o globalizante século XXI.

METÁFORAS DO MIMEÓGRAFO X O FAZER DOCENTE

O mimeógrafo:

- ✓ Pode ser considerado tão pesado quanto à jornada de trabalho dos professores;
- ✓ Precisa de outros aparatos para funcionar, assim como não há ensino se não houver aprendizagem;
- ✓ É um equipamento inventado há muitos anos - supostamente ultrapassado e/ou substituído por novas tecnologias existentes na chamada era digital presente no mundo globalizado em que vivemos, assim como as teorias pedagógicas surgidas há muito tempo e abandonadas por outras contemporâneas ou que continuam em funcionamento em virtudes de posturas e hábitos arraigados dos educadores que atuam a bastante tempo na área educacional;
- ✓ A manivela do mimeógrafo pode representar atitudes repetitivas de determinados professores que se negam a mudar de postura, mesmo com as inovações no campo da informática e da comunicação;
- ✓ O álcool incomoda alguns professores que também reclamam do comportamento de alunos, mas nem sequer se preocupam em tomar conhecimento do histórico de vida dos mesmos; se o álcool não for de boa qualidade, não gerará cópias legíveis, se o aluno não for bom, prestativo e disciplinado, muitas vezes não merecerá a atenção do docente;
- ✓ O estêncil se não for utilizado devidamente pode manchar ou prejudicar a qualidade da cópia gerada no mimeógrafo, assim como o professor que

entra na sala de aula sem planejamento, faz constantes improvisações e nem sempre atinge os objetivos educacionais propostos para a série em que leciona, prejudicando substancialmente o processo ensino-aprendizagem;

- ✓ Folhas de papel sulfite, canson, cartolina, entre outros utilizados no mimeógrafo para gerar cópias que muitas vezes saem ilegíveis e são desperdiçadas assim como o tempo de determinados professores que passam suas horas na unidade escolar entretidos com ações ou assuntos aleatórios aos interesses educacionais;
- ✓ Mesa de apoio para o funcionamento do mimeógrafo, assim como apoio pedagógico dos profissionais da educação atuantes na unidade escolar e também as leis que permeiam o universo educacional, pois ainda que esteja parada como a mesa que é colocada em um determinado local e raramente alguém pensa em mudar de lugar, limpar ou fazer manutenção – quando há esta preocupação, acontece de forma eventual e compulsória;
- ✓ Conteúdos selecionados para serem aplicados no estêncil com o fim de gerar diversas cópias a partir de uma matriz, assim como o professor que aborda conteúdos mecanicamente, os quais estão desvinculados com a realidade e com os conhecimentos prévios dos alunos – dificuldade do docente em lidar com a diversidade em sala de aula e/ou trabalhar interdisciplinarmente;
- ✓ Morosidade para atingir o objetivo final que é gerar várias cópias a partir de uma matriz, cópias estas que saem úmidas, podem manchar umas as outras e por isso, precisam ser espalhadas uma a uma para a secagem e posteriormente a junção de todas até chegar às mãos dos alunos, da mesma forma que o trabalho do educador acontece em inúmeras etapas, tais como: preparo das atividades, aplicação e contextualização de conteúdos, interesse dos alunos em aprender, participação e/ou parceria dos pais e, sobretudo, condições de trabalho favoráveis aos principais atores da educação escolar: professor (a) e aluno (a).

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

Este trabalho está organizado em cinco capítulos que serão expostos a seguir.

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir serão explanados alguns dos supostos reflexos do uso do mimeógrafo no dia-a-dia dos professores e dos alunos do ensino fundamental I de uma escola da rede estadual paulista.

Através da minha prática pedagógica, tentarei transpor situações ocorridas no interior da Unidade Escolar em que atuo, as quais estão diretamente ligadas à utilização do mimeógrafo e que, conseqüentemente, acarretam os supostos reflexos citados acima.

1.1. Tempo para a Elaboração das Atividades / Praticidade X Tempo de Atenção Despendido aos Alunos

As atividades pedagógicas podem ser elaboradas através dos recursos didáticos: máquina copiadora, computador, scanner e mimeógrafo, mas nem todos estes recursos estão ao dispor dos professores da rede pública estadual diariamente, além de outros empecilhos que permeiam o caminhar do trabalho docente e que serão explanados adiante.

Até pouco tempo atrás, na unidade escolar em que atuo não havia máquina copiadora. Porém, atualmente, a escola recebeu a doação deste equipamento para a felicidade das professoras que o utilizam com um sistema de cota, ou seja, cada professor (a) pode tirar 100 cópias/mês, tudo controlado numa planilha que fica na secretaria da escola. Esta quantidade é insuficiente para salas de aula com 35 alunos em média se, por exemplo, o professor quiser trabalhar três atividades num dia e três no outro, só com esta quantidade, já estaria no limite de cópia permitido por mês.

A realidade vivenciada pela pesquisadora é também compartilhada por outros professores da rede estadual de ensino que contradizem os argumentos da SEE – Secretaria Estadual de Educação, a qual informa o investimento de R\$ 11 milhões em distribuição de materiais didáticos e/ou recursos pedagógicos,

conforme reportagem de Aiuri Rebello publicada no jornal Diário de São Paulo em 13 abr. 2008, p.A10:

“A secretaria afirma investir R\$ 11 milhões por ano em suprimentos de informática, incluindo sua manutenção, e que os mimeógrafos em uso foram adquiridos antes da atual gestão.

A pasta acrescenta que conta com 22 mil impressoras e 73 mil computadores distribuídos em escolas da rede estadual de ensino. O órgão alega, ainda, que os professores podem fazer cópias à vontade nas 1.700 máquinas de Xerox existentes nas diretorias de ensino.

Porém, pelo menos na diretoria Centro-Sul da capital, isso não se confirmou. O DIÁRIO pediu a um dos professores que contribuíram com a reportagem para fazer o teste e, ao chegar lá, ele foi informado de que essa possibilidade não existe. Confrontada com esta informação, a pasta mandou nova resposta: “Importante: o diretor ou supervisor da escola é quem deve procurar a diretoria, já que se trata de gasto público, e, claro, necessita de controle.”

Material didático

O programa de alfabetização do governo estadual, para o ensino fundamental, também esbarra na questão das cópias. A 2ª, 3ª e 4ª séries não dispõem de material didático para os estudantes. Os professores recebem livros com orientações pedagógicas e sugestões de atividades e, para passá-las aos alunos, precisam copiá-las.”

A situação mencionada acima se confirma na escola em que atuo, onde a administração da escola alega que o custo para manter a máquina copiadora funcionando é bem mais alto do que o custo do mimeógrafo, pois o tonner não pode ser recarregado, além de acabar muito rápido devido ao grande volume de cópias tiradas no dia-a-dia da Unidade Escolar. Assim, nas reuniões pedagógicas, chegaram a ser cogitadas algumas estratégias para angariar fundos para a manutenção desta máquina, como por exemplo, oferecer cinema na escola, entre outras festividades.

No entanto, a alegria destes profissionais durou e dura pouco porque a máquina copiadora passa mais tempo quebrada do que funcionando, então, não resta alternativa senão utilizar o mimeógrafo ou preparar atividades nas próprias residências a um custo muito maior, porque quase sempre o professor tira de seu salário a tinta da impressora que utiliza em casa, as folhas, as cópias (xérox) tiradas fora da escola, etc.

A intensa jornada de trabalho do professor está relacionada ao baixo salário que este profissional recebe pela prestação de seu serviço junto à rede estadual

de ensino. Apesar da existência de outros pontos nevrálgicos que funcionam como desmotivadores para esta classe trabalhista, o baixo salário e as horas trabalhadas destacam-se como fatores estafantes para a maioria dos professores. Souza confirma esta idéia com sua pesquisa efetuada em uma escola também da rede estadual de ensino:

“A centralidade da discussão sobre as condições de trabalho docente, nos depoimentos, está no salário e na intensa jornada de trabalho dividida em vários locais. O número excessivo de horas de trabalho ocupa quase que totalmente a existência desses docentes. Sobra-lhes pouco tempo de não-trabalho, como poderá ser observado nos relatos. Entretanto, eles buscam no conteúdo do seu trabalho um espaço de resistência, imprimindo um significado para o que realizam.”

“As condições de ambiente físico, segurança e higiene da escola são minimizadas diante das condições salariais e da intensificação da jornada. A maioria considera esta escola, em compara com outras, agradável, limpa, segura, bem-iluminada, com boa localização geográfica.” (1996, p.104)

O professor da rede pública estadual, em sua grande maioria, necessita dobrar ou triplicar sua jornada de trabalho para garantir o sustento da família e o suprimento das necessidades básicas. Para isso, trabalha em mais de uma instituição escolar ou em outra atividade para complementar a renda, como por exemplo, venda de lanches, lingerie, materiais escolares, livros didáticos, entre outras, além de seus afazeres domésticos, pessoais e familiares. Neste ínterim, não consegue arrumar tempo para preparar as atividades fora do horário das aulas. Por isso, recorre ao mimeógrafo que é o recurso didático que está ao seu dispor durante sua carga horária de trabalho. Ao recorrer a este equipamento, o professor o leva para a sala de aula e começa a “rodar” atividades simultaneamente à aula, ou seja, enquanto está preparando as atividades, escreve um conteúdo na lousa para o aluno se ocupar ou dá a ele um livro didático para fazer cópia de exercícios, de forma que o mesmo não necessite da atenção do professor, já que não é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Já presenciei por várias vezes, outras situações que me deixaram estarecida: vi determinadas professoras sentadas olhando catálogos de roupas, objetos, etc., lixando as unhas, fazendo ligações, percorrendo as salas para

vender algo, “batendo papo”, entre outras atividades que fogem às funções de um(a) educador(a), enquanto seu aluno(a) – mesmo da 1ª série (com cerca de 7 anos) – vai buscar ou devolver o mimeógrafo, percorrendo um corredor de aproximadamente uns 50 metros até chegar a determinada sala de aula com aquele equipamento pesado e, portanto, prejudicial à coluna e/ou estrutura física da criança, e pior, estas mesmas professoras deixam um(a) aluno(a) “rodando” atividades para elas no mimeógrafo no fundo da sala de aula enquanto praticam as ações mencionadas. Estas são algumas das situações que acontecem nos bastidores da unidade escolar que passam despercebidas pelos superiores e/ou administradores da mesma, os quais mesmo cientes de acontecimentos ilícitos como estes, não tomam atitudes alegando que não querem constranger tal professor(a) e criar um clima ruim no ambiente educacional, mas e os(as) alunos(as) como ficam? E a qualidade do processo ensino-aprendizagem, será que não está em jogo? Penso que os profissionais da educação devem tomar atitudes diárias que favoreçam os discentes, afinal é em prol da educação escolar dos mesmos que os verdadeiros educadores devem agir, com comprometimento e seriedade.

Para ilustrar os fatos supra mencionados, apoio-me na dissertação de mestrado de Deise Juliana Francisco: “Hibridizações no Cotidiano Escolar: Escola & “Novas” Tecnologias da Comunicação e Informação” (1998, p.163)

“Outra “briga” trava-se entre o computador e o mimeógrafo: não tenho tempo para aprender a mexer no computador porque tenho que passar matriz para a aula de amanhã, alegavam algumas professoras para não irem até o ambiente informatizado. Ou, a posição contrária, que também se faz presente: tenho que aprender a mexer com o computador para não perder tempo passando matriz. Tirar xerox, imprimir, passar no mimeógrafo, atividades conflitantes nas quais emergem sentidos e posições frente às tecnologias na escola. Divisão entre tempo despendido para aprendizagem no uso de computadores e tempo despendido para outras atividades, sejam elas pedagógicas, de lazer, de tempo para ficar com a família, dentre outras”.

Como o número de alunos é, em média, superior a 30 por sala de aula, é preciso preparar muitas atividades se o professor tiver a intenção de trabalhar com atividades diferenciadas, significativas, etc., mas este é um outro ponto que será

comentado adiante, no capítulo II sobre Interdisciplinaridade. O que vem ao caso neste momento é a praticidade no preparo das atividades que não acontece porque além do mimeógrafo, o professor necessita de outros materiais didáticos tais como: estêncil, sulfite, álcool, entre outros. Com isso, há morosidade neste trabalho porque nem sempre as folhas saem legíveis (é preciso utilizar o álcool 92,8% para garantir a qualidade da cópia ou álcool comprado em posto de gasolina), e geralmente saem muito úmidas e precisam ser separadas uma a uma à medida que são geradas pela matriz e colocadas para secar para serem utilizadas posteriormente. Podemos perceber que é um trabalho de “formiguinha” que requer algumas etapas que levam tempo até que seja finalizado, sendo assim, lamentavelmente, o docente deixa de dar atenção ao aluno que tanto necessita, já que a relação professor-aluno é essencial para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Mediante esta situação, vêm as perguntas: Onde está o comprometimento do professor em propor atividades significativas e desafiantes para motivar o aluno a aprender a aprender e a aprender a fazer? Mas será que depende só do professor, ou do sistema educacional em que ele faz parte que não dá condições de trabalho condizentes com suas reais necessidades?

Estas são questões que fazem parte do universo educacional ainda obscura e amarrada a outras questões políticas como verbas voltadas para a melhoria na qualidade do ensino, valorização do professor, condições de trabalho docente, entre outras, as quais vão surgindo no decorrer dos anos por meio de leis, emendas, projetos, programas e quem sabe um dia serão resolvidas com um único fim que é a formação do cidadão crítico, criativo e participativo que atuará na sociedade civil.

1.2. Desperdício de Materiais (Custo X Benefício / Verbas Disponíveis)

Conforme descrito acima, quando o professor utiliza o mimeógrafo como recurso didático, além deste equipamento, o mesmo faz uso de outros aparatos

que o complementam. No entanto, há desperdício de materiais pedagógicos, tais como: sulfite, estêncil e álcool porque nem sempre a cópia sai com clareza.

Apesar do desperdício, tive a informação com um técnico de mimeógrafo que o custo por cópia gerada a partir de uma matriz gira em torno de R\$0,02 (dois centavos), contando com todos os materiais citados (entrevista com o profissional citado está como um dos anexos ao final desta dissertação). Este é um contraponto à utilização da máquina copiadora, já que para fazer uso da mesma, é preciso mantê-la funcionando por meio de tonner e de energia elétrica.

Estas considerações pesam quando se trata de disponibilidade de verbas para o ensino, uma vez que é muito mais viável manter um equipamento como o mimeógrafo que raramente precisa ser consertado e quando há necessidade de conserto, o custo de sua manutenção é baixo em vista da máquina copiadora – um equipamento tecnicamente sofisticado.

1.3. Doenças Decorrentes do Uso do Mimeógrafo

Na unidade escolar em que atuo há dois mimeógrafos que pesam 9,225 kg cada, eles ficam sobre uma mesa que está no início do imenso corredor das salas de aula, fato este que faz com que as professoras se desloquem de sua sala de aula e o carregue até a mesma, prejudicando substancialmente a coluna pelo fato de ser um equipamento pesado e incômodo para ser transportado.

Além deste fato, as atividades precisam ser “rodadas” pelo docente através da manivela do mimeógrafo que fica ao lado direito do mesmo, ou seja, o(a) professor(a) que é canhoto(a) – como no meu caso – também encontra este inconveniente para manuseá-lo. Ao rodarmos as folhas, precisamos curvar nosso corpo porque colocamos o mimeógrafo sobre uma carteira que não chega à altura da nossa cintura, prejudicando a postura e conseqüentemente, a coluna. Tem também o fato de girarmos repetidas vezes a manivela para gerarmos várias cópias, o que contribui para sentirmos: dor nos ombros, pescoço, braço e mão.

Pelos motivos citados acima, acredito que o mimeógrafo ocasiona algumas doenças como: torcicolo, tendinite, bursite, dor na coluna, problema de respiração

e/ou pulmonar gerado pelo odor do álcool, entre outras, quando manuseado de forma repetitiva.

Além da descrição do funcionamento do mimeógrafo, Aiuri Rebello faz algumas considerações no jornal Diário de São Paulo quanto ao esforço físico ocasionado pela utilização deste equipamento, tomando por base depoimentos de algumas professoras da rede estadual de ensino:

“O aparelho é movido à manivela, e as cópias são feitas uma a uma. Dentre os problemas, fora a lentidão, os docentes ouvidos pelo DIÁRIO reclamam que o processo exige um certo esforço físico, além de manchar roupas e mãos.

Para utilizá-lo, é simples: posiciona-se a página a ser copiada sobre um papel especial chamado estêncil e traça-se por cima os contornos das letras ou desenhos. Em seguida, coloca-se o estêncil no mimeógrafo e outra folha em branco. Por último, basta rodar a manivela.

“É meio surreal, na era digital, usarmos um equipamento movido a manivela”, comenta a mesma professora. A baixa qualidade das cópias é outro problema. Se o contorno do que se pretende reproduzir não for traçado com força, as cópias ficam apagadas. Caso se coloque álcool além da conta no aparelho, os papéis saem borrados.”

(...) Outra professora do 4º ano, que leciona na mesma escola, demorou mais de 20 anos para se render. Ela comprou uma multifuncional apenas no ano passado. “Usei o mimeógrafo por toda a vida e desenvolvi uma tendinite. Tenho certeza de que foi por conta disso. Para usar, é preciso contornar muito forte sobre o papel estêncil, se não, a cópia fica apagada. Com a repetição e o tempo, começam a aparecer as dores.””
(Jeitinho próprio, 13 abr. 2008, p.A10)

Portanto, a utilização da referida máquina pode ser um fator de desmotivação para o docente, além de incômodo ou dores físicas, já que o mesmo, muitas vezes, precisa utilizá-lo não só porque quer, mas por falta de opção e/ou de condições financeiras para recorrer a outro recurso didático pedagógico, podendo, lamentavelmente, acarretar prejuízo no processo ensino-aprendizagem, já que a qualidade pode ficar aquém do almejado.

1.4. Aceitação Mercadológica do Mimeógrafo e de seus Aparatos

Segundo a enciclopédia virtual Wikipédia, o mimeógrafo é um instrumento utilizado para fazer cópias de papel escrito em grande escala e utiliza na reprodução um tipo de papel chamado estêncil e álcool. A referida fonte de

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

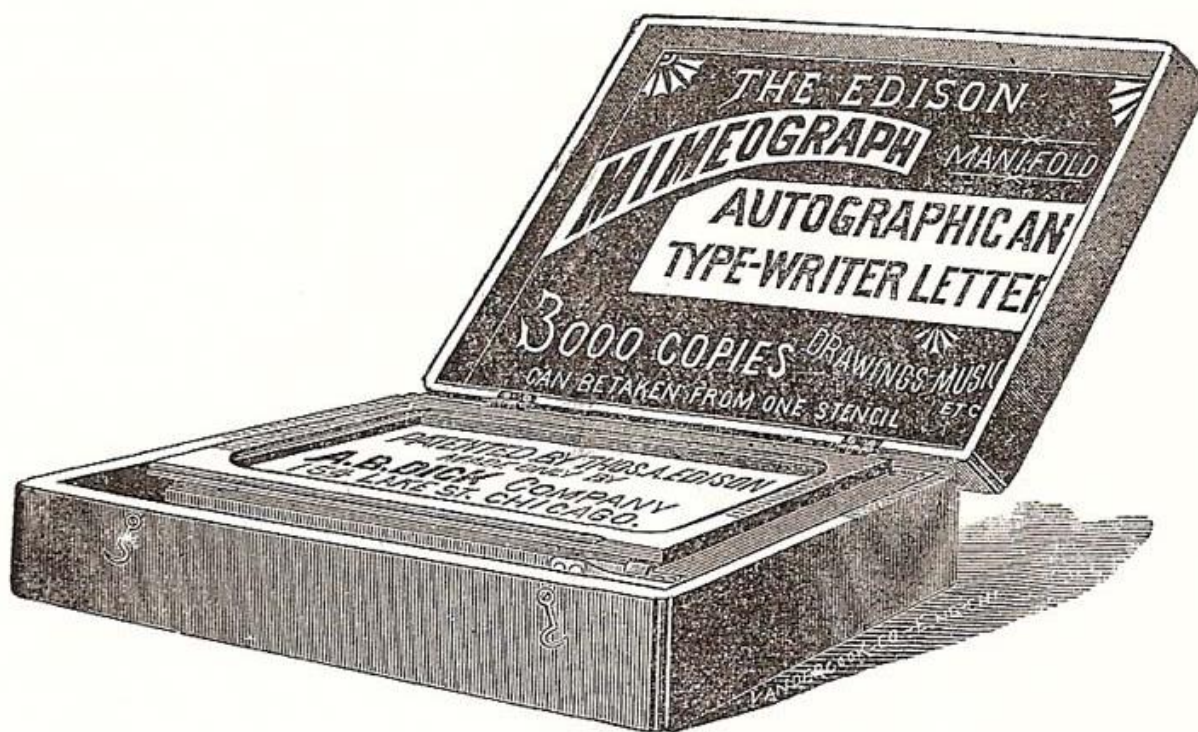
informação livre nos apresenta o histórico, o uso e funcionamento do mimeógrafo, embora remeta-se ao passado, assim como o modelo primitivo e o modelo moderno desta máquina, conforme segue:

Um protótipo da máquina de impressão simples foi patenteada, em 8 de agosto de 1887, por Thomas Alva Edison, nos Estados Unidos.

A patente foi deferida em 1880 e o nome Mimeógrafo foi utilizado pela primeira vez em 1887, por Albert Blake Dick, que foi licenciado por Edison para a produção da nova invenção.

A máquina foi sendo aperfeiçoada, mantendo, entretanto sua simplicidade de manuseio, incorporando-se uma pequena rotativa manual - o que permitia uma rápida reprografia de diversas cópias, nas pequenas tiragens.

Até a ampliação do uso das máquinas xerox e outras equivalentes, de reprodução em série e com maior qualidade, o mimeógrafo era a mais barata e eficiente forma de impressão para pequenas tiragens, sem qualidade.



[1889 Edison Mimeograph.jpg](#)

Uso e funcionamento:

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

O mimeógrafo teve larga utilização como meio barato de produção de cópias de textos, sobretudo nas escolas.

Essas máquinas, inventadas no século XIX, tinham inicialmente a força motriz manual, depois aperfeiçoadas para a eletricidade.

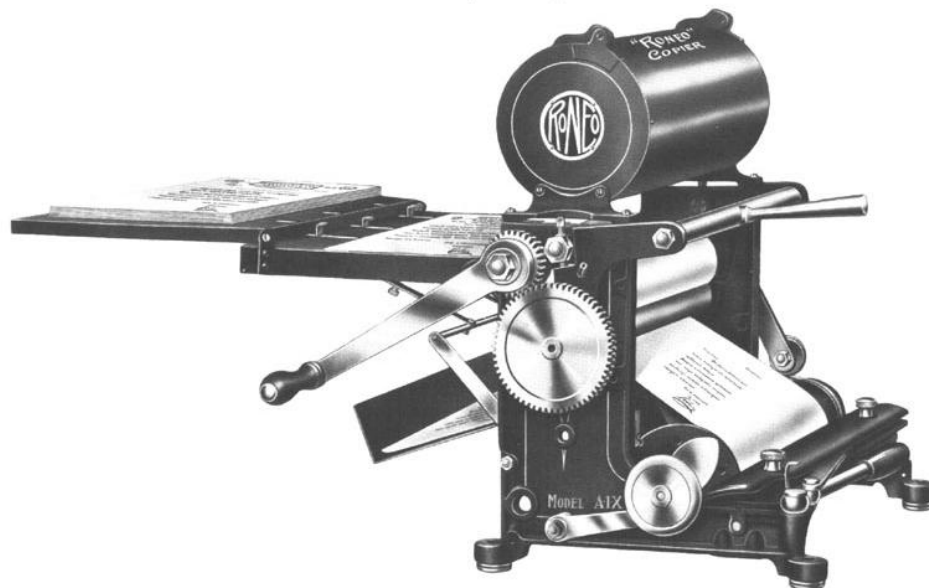
Os textos eram preparados com a ajuda de uma máquina de escrever, numa matriz em papel, chamado estêncil, impermeável e que continha a tinta concentrada numa das faces. A máquina ou um instrumento pontegudo (para os desenhos) faziam perfurações que permitiam a passagem da tinta e conseqüente impressão no papel. Esta tinta da matriz dissolvia-se em álcool, que era colocado num recipiente da máquina.

Colocava-se a matriz num pequeno cilindro poroso cheio de tinta e girava-se uma manivela que o punha a rodar. A força centrífuga impelia a tinta através da matriz e esta imprimia diretamente o papel.

O custo é extremamente baixo e a impressão muitas vezes é ilegível, sendo o processo muito trabalhoso e desgastante.

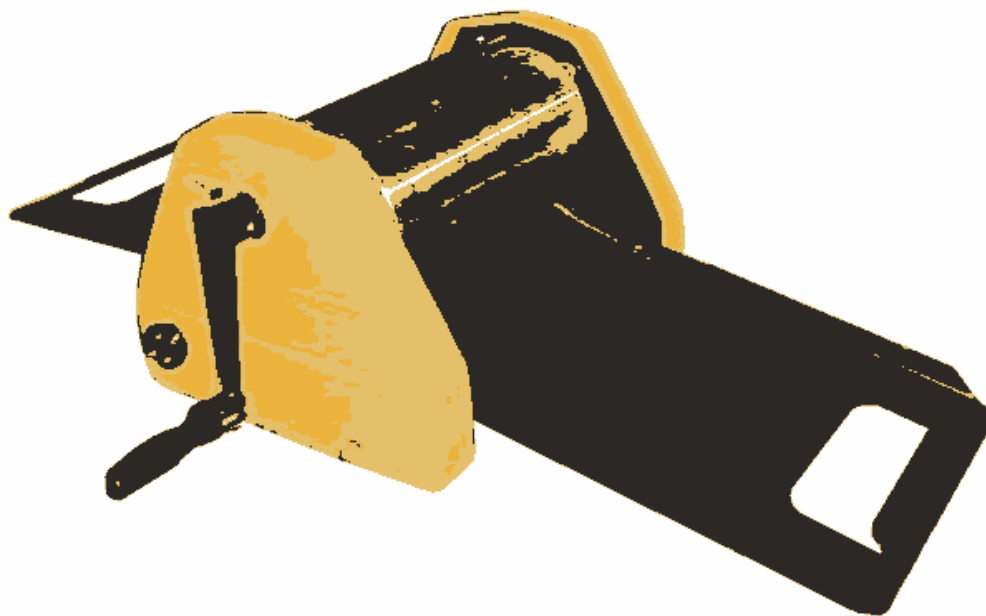
O mimeógrafo continuou praticamente o mesmo até a década de oitenta, quando surgiram máquinas computadorizadas que, utilizando o mesmo princípio básico, mantiveram o custo extremamente baixo do estêncil, mas com grande melhora na qualidade da impressão.

Vide mimeógrafo primitivo:



1906_Roneo_Copier.jpg

Vide mimeógrafo “moderno”:



1847-1931 patenteado por Thomas Edison

A palavra ‘moderno’ foi colocada entre aspas pelo fato do mimeógrafo ser um equipamento lançado a mais de um século, porém, utilizado nos dias atuais por algumas escolas públicas, conforme demonstrado nesta pesquisa.

Por se tratar de um equipamento ainda em uso, surpreendi-me ao ler o artigo mencionado abaixo, já que o autor refere-se ao mimeógrafo no tempo

passado, com humor e saudosismo como se o mesmo fosse considerado um bem inservível:

CORUJANDO DIA E NOITE – DAQUELA ÉPOCA

“Não, não nasci naquela época. Felizmente, sou mais antigo. Por outro lado, e também felizmente, tive o privilégio de adolecer nos anos 50 e, melhor ainda, de adquirir os direitos de propriedade de meu nariz nos anos 60. Pessoas da minha idade (que hoje são classificadas de "coroas") são vezeiras em lembrar as coisas boas de que desfrutaram naqueles tempos. O irônico é que algumas dessas coisas boas são hoje peças de museu. Pior, viraram referência de antigüidade para aqueles engraçadinhos que não perdem a mania de perguntar: "Mas você é daquela época?"

"Muitas coisas "daquela época" são assuntos clássicos em rodas de aposentados, como a máquina de escrever mecânica e o mimeógrafo (quem se lembra da cópia estêncil?). A primeira sempre exigiu uma qualificação datilográfica preliminar. O diploma de datilógrafa era o primeiro desafio a ser vencido pela mocinha que sonhava ser uma secretária executiva. Enquanto isso, grandes vultos da literatura continuavam usando tão somente os dois indicadores para gerar suas obras de arte. E pouca gente saberia dizer o que era uma tenossinuvite." (...) (Arnaldo P. Ribeiro, setembro de 1999).

Encontrei outro artigo que, também com humor e saudosismo, o autor descreve perfeitamente a utilização do mimeógrafo em outros tempos, inclusive destaca o seu manuseio por três ou mais gerações consecutivas, caracterizando o enraizamento desta prática didático-pedagógica, conforme segue:

O MIMEÓGRAFO PISCA-PISCA - (O início)

“Eis que surge repentinamente e sem explicação, em meio a um odor de álcool indecifrável e ruídos de tear sino-industrial, um Mimeógrafo espectral.”

(...) ”Talvez um tear industrial, dos antigos, anterior à invasão chinesa, daqueles que já funcionaram um dia em Caetanópolis ou Biribiri. Também não, é um ruído mais romântico que o produzido por operários desesperançados. Isto! Barulho resultante de esperança! Quem trabalha com esperança? Os pais? Na educação dos filhos? Não, isso não é trabalho, nem pode gerar um barulho tão constante. Educação, esperança e trabalho. Somente o professor. Mas nenhum professor trabalha com guilhotinas ou teares. Sei disso pois, a mãe do meu pai era professora, a mãe da minha mãe era professora, meu pai era professor, minha mãe era professora, a mãe da mãe da minha filha era professora, e a mãe da minha filha era professora. Com uma genealogia dessas, era de se esperar que eu reconheça que todo professor é um operário da esperança, mas sem utilizar prensas ou teares. E o cheiro de álcool? Continua. Qual a relação entre o odor de álcool e professores?”

(...) “Livre dos pensamentos circulares, consigo vasculhar os labirintos da memória. Não sei se estou livre do raciocínio vicioso ou se ele apenas mimetizou-se em saudosismo repentino. Mimetismo. Isto se aprendia nas aulas de Ciências. Lembro-me muito bem da cobra-coral, da

borboleta vice-rei e do camaleão. Mimetismo vem do grego 'mimetós', que significa imitado ou copiado. No gerúndio seria 'mimeo', ou seja, imitar, copiar. Álcool, escola e copiar fazendo barulho... 'mimeo'. É claro! Um MIMEÓGRAFO! Graças à meu pai, que era professor e me fez amar a etimologia, consegui decifrar esta charada insólita. Não sei quanto tempo se passou ou porque não me levantei logo para averiguar o que gerava o barulho, mas no momento exato em que identifiquei o que era, fui impulsionado, de um salto só, a inspecionar minha casa. Lá estava ele, funcionando a toda, sem dar explicação, sem operador, sem me respeitar e sem imprimir as esperadas cópias em tinta arroxeadas. De onde surgiu ou o que significava aquilo, eram perguntas que a magia do momento não me permitiam fazer." Por Rodrigo Torres ("Kiko"), 25 de agosto de 2006.

Os artigos citados acima demonstram que o mimeógrafo era tido como o "braço direito" dos educadores, já que os mesmos o utilizavam constantemente em suas práticas docentes pelo fato de não haver outras tecnologias disponíveis, tais como o computador e o scanner, como há atualmente.

Embora o mimeógrafo tenha sido lançado no século XIX, mais especificamente em 1880, sendo utilizado pela primeira vez em 1887, sua efetiva utilização se deu no século XX, motivo pelo qual este equipamento é visto como uma máquina obsoleta, principalmente por quem não atua na área educacional, particularmente no ensino fundamental – ciclo I da rede estadual de ensino. Porém, atualmente continua a ser utilizado por algumas escolas públicas paulistas. O mimeógrafo ainda está sendo comercializado em grandes lojas especializadas em produtos de papelaria e/ou informática justamente pelo fato de haver público alvo para tal produto.

Assim, o equipamento em questão faz parte do presente de muitos usuários inseridos no universo educacional em pleno século XXI, isto quer dizer que embora estejamos na "Era Digital", num mundo globalizado onde os avanços tecnológicos e informacionais estão a todo vapor, ainda fazemos uso de uma máquina aos nossos olhos arcaica, mas que na verdade funciona como "muleta" do professorado público estadual, talvez por inúmeros fatores sociais, políticos ou mesmo econômicos. Esta realidade contradiz o que Santos (2003, p.86) nos traz:

"A desatualização é decorrente do rápido avanço tecnológico que torna os equipamentos obsoletos em pouco tempo. Cabe considerar que a todo momento estão surgindo máquinas mais sofisticadas, fazendo com que alguns equipamentos caiam em desuso. Em geral, os avanços surgem modificando alguns elementos, o que compromete uma ou outra instituição

educacional. Aprender a relacionar-se com a tecnologia, na vida moderna, tornou-se uma via imprescindível de ser tomada.”

Além disso, há aceitação mercadológica não só para o mimeógrafo novo, mas também usado, pois há anúncios em jornais, revistas, e, sobretudo, na internet que veicula inúmeros produtos, entre eles, o duplicador portátil, mais conhecido como mimeógrafo, o qual é encontrado em diversas marcas, tipos, pesos, etc.

1.5. A Dificuldade do Professorado da Rede Estadual Frente às Inovações Contemporâneas e/ou à Falta de Opção na Mudança de Postura destes Profissionais

A Educação está passando por um bombardeio de inovações tecnológicas advindas de um modelo globalizado que emerge nos dias atuais. Com isso, é preciso haver investimento contínuo no processo de construção e reconstrução do saber pedagógico quanto ao desenvolvimento do professor que se depara com impactos gerados, por exemplo, pela informática. Para que isto aconteça, este profissional precisa ser ou estar capacitado para lidar com as novas tecnologias, se é que podem contar com elas como condições de trabalho.

Há um enorme contraste entre a utilização do giz e do computador no universo educacional. Não que um recurso possa ser utilizado independentemente do outro, ao contrário, um pode ser o complemento do outro. Porém, a adesão do segundo por parte dos educadores é menor em relação ao primeiro porque impõe novas maneiras de pensar o processo ensino-aprendizagem, requer flexibilidade quanto às posturas arraigadas e muitas vezes mudanças não acontecem ou acontecem gradativamente de acordo com a necessidade do momento. Conforme Santos (2003, p. 9):

“Estamos num momento especial na história da Educação, num ínterim entre o giz e o computador. Essa transição gera expectativas, impõe novas posturas para se organizar e gerenciar uma escola, uma sala de aula, pessoas. É importante re-situar as funções do professor, de seu trabalho no tempo, aproveitando suas experiências, frutos de uma história, e que indicam a necessidade de se adotar novas posturas para que as mudanças emergentes do mundo sejam acompanhadas. A adoção de novas posturas pertence a todos que estão comprometidos com a ação educativa.”

Grande parte dos professores da rede estadual de ensino participa de cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria do Estado de São Paulo, tais como: informática, programa Ler e Escrever, Teia do Saber, Letra & Vida, especializações pedagógicas, oficinas de teatro, leitura, jogos, reciclagens, dobradura, entre outros.

Especificamente o uso da informática está cada vez mais evidente em todas as áreas e isso não é diferente na educação, apesar de que as novas tecnologias não garantem a qualidade do processo ensino-aprendizagem se o (a) professor (a) não estiver comprometido com seu trabalho e se não procurar atualizar-se constantemente. Conforme Coscarelli afirma em seu artigo “O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem”:

“A todo momento os professores sentem que quem não for capaz de usar a informática como instrumento para o ensino-aprendizagem estará fora do mercado de trabalho.

(...) A informática, em especial, tem sido a grande promessa de uma nova revolução no ensino. Muito se fala a respeito disso, mas pouco se comprova em termos de eficácia desse instrumental em situações de ensino-aprendizagem.(...)

(...) Contudo, uma idéia já é ponto pacífico entre as pessoas que lidam com informática em educação: a informática, assim como qualquer outro instrumental que possa ser usado em situações de ensino-aprendizagem, depende do uso que se faz dela. Não se pode esperar milagres das novas tecnologias.” (1998, p.36)

Assim, os docentes não podem e não devem ficar esperando soluções milagrosas das novas tecnologias, é preciso buscar a atualização constante de seus conhecimentos frente às mesmas. Coscarelli, diz ainda que as novas tecnologias podem ocasionar efeitos positivos para os atores da educação desde que sejam exploradas: *Explorar bem o imenso potencial das novas tecnologias nas situações de ensino-aprendizagem pode trazer contribuições tanto para os estudantes quanto para os professores* (1998, p.39).

No entanto, nem todos os professores aplicam os conhecimentos adquiridos nos programas e/ou cursos oferecidos na prática docente, pois a maioria possui hábitos e posturas enraizadas que funcionam como “barreiras”

difíceis de serem derrubadas ou superadas, já que os acompanham por muitos anos nesta profissão.

Apesar de todos estes fatores, com a tecnologia surgem novos caminhos na prática docente que só se efetivará à medida que o professor se enxergar como um sujeito atuante no processo ensino-aprendizagem com visões futuristas que prezam pela qualidade educacional. Assim confirma Santos (2003, p.14):

“São novos caminhos que surgem na prática docente, proporcionando uma efetiva qualidade pessoal e profissional em que se exige um tratamento adequado aos conteúdos básicos, em função das características da sociedade como um todo e não como elite.”

“Uma nova escola requer um novo ser; atuante ao apropriar-se da tecnologia; consciente e crítico das novas transformações, que desencadeiam conhecimentos capazes de propiciar uma nova visão de mundo, que enfatizam uma nova mentalidade, valores e atitudes considerados socialmente adequados. É permitido às pessoas compreender e beneficiar-se das mudanças em processo, bem como aprender os códigos instrumentais para a leitura de um novo mundo.”

Com relação às inovações tecnológicas contemporâneas, a partir do momento que os professores se formam, geralmente eles próprios começam a se questionar em relação às mudanças que vão sofrendo no decorrer de sua caminhada profissional, conforme Santos (2003, p. 18):

“É importante ressaltar que desde o momento inicial de formação de um professor, até o momento da sua prática, muitas mudanças ocorrem e esse fato gera perguntas: até que ponto ele está preparado para atuar? Quais são as possibilidades para dar continuidade à sua formação frente às mudanças e às transformações?

O processo de “ensino-aprendizagem” lança um novo olhar no trabalho de integração professor-aluno, visando propiciar uma multiplicidade de conhecimentos. A informática pode oferecer novos conhecimentos, que estão inter-relacionados e se articulam mutuamente através de uma rede dinâmica e de especialidades, abrindo janelas. É a percepção global do processo em função de uma visão de mundo e do ser humano.”

Contudo, há educadores que tentam acompanhar as velozes mudanças e inovações contemporâneas, sobretudo na área da comunicação e informação, mas se deparam com algumas dificuldades no meio do caminho, como, por exemplo, falta de recursos para a aplicabilidade dos conteúdos aprendidos nas referidas capacitações.

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

Somente para ilustração, podemos citar a seguinte situação: o (a) professor (a) faz um curso de capacitação em informática, aprende a lidar com diversos softwares (aplicativos) e também hardware (parte física do computador), mas não tem onde aplicar esses conhecimentos, já que muitos não possuem computador em casa, ou se possuem, não têm tempo para manuseá-lo. Além disso, não há - nas Unidades Escolares – computadores disponíveis para os educadores prepararem suas aulas ou mesmo interagirem com os alunos por meio de recursos de multimídia.

Estas considerações podem significar ainda falta de preocupação do professor que “mata” o tempo dentro da unidade escolar e conseqüentemente crianças abandonadas para o futuro, ou não. Por isso, acredito ser necessário estudar e/ou pesquisar os pormenores em torno do tema abordado para contribuir significativamente para o cotidiano escolar e para o bem estar social.

Para tanto, o mundo digital precisa ser interpretado com um novo olhar e uma nova mentalidade por parte dos educadores. É preciso que os mesmos abandonem hábitos arraigados. A mudança de paradigmas pode ser a chave para o acompanhamento de tantas transformações exigidas pela sociedade.

2. O TRABALHO HUMANO E SUAS DIMENSÕES: SUBJETIVA E OBJETIVA

2.1. A Dimensão Subjetiva do Trabalho Docente

Partindo da temática desta pesquisa: condições de trabalho do professor, este capítulo tratará da subjetividade do homem na vida social e da questão da dignidade humana – baseado na Carta Encíclica do Papa João Paulo II (1981) – que pode e deve ser conquistada através do trabalho como porta para um caminho promissor na caminhada existencial de cada um de nós.

O ser humano tem suas capacidades intelectuais, morais, físicas e cognitivas mesmo que não tenha consciência das mesmas, por este motivo vive muitas vezes sem um propósito de vida, mas quando descobre seu potencial interno vai à busca de seus profundos sonhos, ainda que eles façam parte somente da esfera material onde o homem busca condições para suprir suas necessidades básicas. Porém, com o passar do tempo, através da maturidade consegue perceber que a parte espiritual também é importante e passa a buscar a realização pessoal através de uma profissão que lhe agrade a fim de praticar os princípios introjetados em seu ser.

Neste processo começa a perceber-se como um cidadão que está inserido numa sociedade política, econômica e civil. Dá-se conta que têm direitos e deveres que devem ser cumpridos para o bem de todos e que faz parte de um mundo teoricamente regado e moldado por um código de leis que é assegurado pelas leis da cultura e normas jurídicas. Isto acontece em quase todas as partes do mundo, onde o ser humano percebe-se como sujeito social, vale-se do trabalho humano como condição libertadora onde o sujeito decide por si mesmo e vai à busca da sua dignidade, além de contribuir para o progresso cultural e moral da sociedade. Ao se referir ao trabalho humano Paulo II (1981, p.22) diz:

“E mais, é não só um bem “útil” ou de que se pode usufruir, mas é um bem “digno”, ou seja, que corresponde à dignidade do homem, um bem que exprime esta dignidade e que a aumenta. Querendo determinar melhor o sentido ético do trabalho, é indispensável ter diante dos olhos antes de mais nada esta verdade. O trabalho é um bem do homem – é um bem da sua humanidade – porque, mediante o trabalho, o homem não somente

transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem e até, num certo sentido, “se torna mais homem”.

Somente o homem pode trabalhar – por este motivo ele se distingue do restante das criaturas, agindo entre elas seja com trabalho manual ou intelectual. Assim, através do esforço pessoal por meio do trabalho o homem conquista sua dignidade humana permitindo a prevalência dos avanços tecnológicos, econômicos e políticos. Conforme Paulo II (1981, p.03-04):

“(…) O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se pode chamar trabalho; somente o homem tem capacidade para o trabalho e somente o homem o realiza, preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra. Assim, o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido, constitui a sua própria natureza.”

O respeitoso Papa João Paulo II diz ainda que *“as fontes da dignidade do trabalho devem ser procuradas, sobretudo não na sua dimensão objetiva, mas sim na sua dimensão subjetiva”* (1981, p.15).

Refletindo sobre esta questão da dimensão subjetiva do trabalho humano, enquanto educadora pergunto-me o que esta profissão representa para a minha pessoa, já que sou um ser humano que faz parte de um universo escolar aonde chegam até mim cidadãos intelectualmente “prematurados” e saem ou deveriam sair dos meus olhos e das minhas mãos como cidadãos preparados para atuarem na sociedade de forma autônoma, crítica e participativa.

O trabalho é ao mesmo tempo um dever, uma obrigação do homem, mas também é um direito. Através dele o homem busca condições para sobreviver sozinho, em família, em sociedade – inevitavelmente, já que é membro desta atuando direta ou indiretamente como construtor do futuro daqueles que estão por vir e que com toda certeza também colaborarão para a construção da história, dentro de uma visão macro da existência humana. É o que diz Paulo II (1981, p. 38-39):

“(…) O trabalho, como já foi dito, é uma obrigação, ou seja, um dever do homem; e isto nos diversos sentidos da palavra. O homem deve trabalhar, quer pelo fato de o Criador tê-lo ordenado, quer pelo fato da sua mesma humanidade, cuja subsistência e desenvolvimento exigem o trabalho. O homem deve trabalhar por um motivo de consideração pelo próximo, especialmente consideração pela própria família, mas também pela sociedade de que faz parte, pela nação de que é filho ou filha, e pela inteira família humana de que é membro, sendo como é herdeiro do trabalho de gerações e, ao mesmo tempo, co-artífice do futuro daqueles que virão depois dele no suceder-se da história. Tudo isto, pois, constitui a obrigação moral do trabalho, entendido na sua acepção mais ampla.”

No caso do trabalho docente, o professor busca o provimento de sua subsistência através do seu trabalho e, conseqüentemente, transforma seu mundo e o mundo daqueles que “passam por suas mãos”, já que em toda ação pedagógica está embutido um objetivo que pode ser atingido ou não. Souza ilustra esta idéia quando se refere ao resgate da práxis na construção do trabalho docente:

“O professor não apenas provê sua subsistência, como animal laborans, mas, no decorrer de seu trabalho, como homo faber, constrói o artifício humano. O labor transforma-se em trabalho no decorrer do processo de laborar. O que era só sobrevivência deixa algum produto que sobrevive à própria atividade. O professor trabalha para viver e consumir, ao mesmo tempo consome para trabalhar e, aqui, está preso à engrenagem da vida biológica, à condição de labor. Entretanto, ao laborar transforma-se e transforma o aluno pelo trabalho, como homo faber.” (1996, p.125)

Souza diz ainda, que o *homo faber* incorpora e supera a dimensão do labor, tendo em vista que a docência é um processo de *fazer*:

“Esse processo de fazer a docência é marcado pela relação meios e fins. O aluno que aprende (considerado como produto final) incorpora o processo de fazer, assim meios e fins confundem-se. O processo do fazer, como meio, pode ser identificado como a aula. A aula, como “coisa” que o professor fabrica é, ao mesmo tempo, produto e processo, pois contém a atividade de pesquisa, de planejamento, de concepção – produto. Ao entrar em relação com o aluno, estabelece um processo de produzir outro produto – a aprendizagem: o aluno que aprendeu, o professor que também aprendeu. O processo (de fabricação) desaparece na aula porque também, é processo e, ao mesmo tempo, é meio para produzir este fim: o aluno que aprendeu.”

“O labor produz para o fim de consumo. O fim não é produto final e sim a exaustão da força de trabalho e sua reprodução. No processo de trabalho (homo faber) ocorre algo novo com suficiente durabilidade para permanecer no mundo como unidade independente e que acresce o artifício humano. Dessa forma, o homo faber incorpora e supera a dimensão do saber.” (1996, p. 126)

Desta forma, encaro-me como um sujeito social que lida com outros tantos sujeitos sociais. Isto é, mulher-pessoa que executa seu trabalho de forma digna, com princípios de empatia, tolerância, solidariedade, amor pelo que faz, perseverança e humanismo. Tem também a questão ética que deve ser tida como elemento fundamental para o bom desempenho de minhas funções pedagógicas.

No entanto, não podemos generalizar este olhar subjetivo. Cada ser é único em sua natureza e por este motivo possui significados e representações diversas de acordo com seus anseios, crenças e sonhos, sejam eles profissionais ou pessoais. Porém, é fato que fazemos parte de um todo que depende de nossa contribuição enquanto sujeito social. Será então que os docentes já se deram conta que podem contribuir para o progresso da humanidade através da dignidade do seu trabalho? Esta é uma questão que não tenho a resposta, acredito que não a terei um dia porque é realmente subjetivo dizer algo que se passa no interior do nosso semelhante, especificamente no campo mental do mesmo, mas refletir sobre tal questão é edificante porque de uma certa forma permite o olhar para dentro de mim como profissional da educação, ser pensante e indivíduo, antes de mais nada.

As representações e os significados colaboram para a formação dos sujeitos por estarem diretamente ligados aos valores humanos, conseqüentemente à descoberta de um sentido concreto e pessoal para aquilo que se pensa e se faz no dia-a-dia de cada um, valores estes que permitem o discernimento para a formação de pessoas livres, capazes e responsáveis.

No caso dos educadores as experiências vividas, discutidas e avaliadas no cotidiano escolar são valiosas para práticas criativas, participativas, reflexivas e significativas, mas dependem de outros aspectos ligados à escola, relações pessoais e formação profissional, tais como: conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

Em relação aos significados e representações, Souza volta-se ao aspecto compensatório aos sentimentos individuais do docente enquanto ser humano que tem seus anseios, mencionando a vocação, digamos, como uma perspectiva de vida para este profissional da área educacional:

“(…) Trata-se do conteúdo desse trabalho e do significado que ele assume na representação da docência.

As representações sobre o trabalho docente são expressão das condições e da organização do processo de trabalho. Nesse sentido, as dimensões – vocação e práxis – colocam-se com intensidade e, por vezes, contraditoriamente.

O professor, ao perder o espaço público do social, busca explicações no nível individual, ou seja, na vocação, para permanecer na docência. Trata-se de um jogo. Quando se perde no coletivo, o indivíduo torna-se a centralidade das dificuldades do trabalho docente.

(…) a compensação das precárias condições de trabalho é apreendida na perspectiva individual, no gosto pela profissão, no dever, na vocação. A ausência dessas características individuais são causadoras dos problemas no ensino.” (1996, p.103)

Cada pessoa tem algo de específico em si e pode doar através do seu trabalho. No campo da educação há inúmeras oportunidades para que isso aconteça porque o docente pode e deve dar um sentido ao seu trabalho por meio de atividades criativas, desafiantes e possíveis, a fim de motivá-lo, além de valorizar-se enquanto profissional sem esquecer de valorizar o que há no interior de cada aluno (a) que passa por ele. Assim confirma Silva (2000, p. 12):

“Em meu artigo abordo o tema do significado do trabalho em educação, com o intuito de colaborar para que os professores encontrem uma motivação para as atividades do seu dia-a-dia. Inicialmente, conceituo o trabalho como uma oportunidade de dar sentido à vida e realizar valores criativos, ou seja, o trabalho como sendo a possibilidade de enriquecer o mundo com o agir do homem, com o que há de específico e pessoal em cada um.”

Fazemos parte de um grupo de pessoas as quais nos identificamos ou não. Porém, desde que estas pessoas tenham as mesmas idéias que as nossas, queiram mudar o contexto social em que estão inseridas visando o bem comum, acreditem na transformação de uma dada realidade e tomem atitudes para que isto ocorra, detectamos aí um grupo de referência denominado como sujeito coletivo ligado por um laço que une os seres humanos uns aos outros, o qual forma o que Silva chama de nós ético:

“(…) à medida em que os componentes do grupo assumam essa identidade ou elaborem alguma outra com a qual se designem, estará surgindo um dos mais fortes fatores constituintes de um sujeito coletivo: a identidade grupal.”

“Essa identidade é que garantirá um sentimento e um sentido de “nós” que terá força ética, ou seja, será condicionadora do comportamento das pessoas mesmo quando estejam agindo isoladamente. Reside aqui a possibilidade de criação de vínculos fortes que comprometem as pessoas umas com as outras.” (2003, p. 54)

Portanto, a dimensão subjetiva está ligada aos significados que os indivíduos envolvidos despendem à ação que precisam realizar e variam de acordo com a história individual, ou seja, ao significado que o trabalhador – no caso professor (a) – atribui ao seu trabalho. Apesar disso, para cada ser, o significado acontece desde que o mesmo tenha um grupo de referência concreto com o qual interage, um nós ético que proporciona a atuação dos demais participantes do grupo.

A dimensão subjetiva do trabalho humano tem a sua importância, mas não podemos nos esquecer da dimensão objetiva que também é essencial para que o mesmo se efetive através de ações que servem de apoio à manutenção do significado que ganham estímulos como a organização do espaço, do tempo e a distribuição de recursos, já que ambas estão interligadas. É o que veremos adiante.

2.2. A Dimensão Objetiva do Trabalho Docente

A dimensão objetiva do trabalho docente também tem a sua importância por ser fator condicionante para a realização do mesmo, já que o profissional da educação necessita de tempo, espaço, recursos e condições para efetuar-lo, ou seja, de fatores externos a ele.

O trabalho ocorrerá num espaço real e em um tempo real, onde o trabalhador poderá utilizar-se de recursos que possam estimular a realização do mesmo. Contudo, a concretização do trabalho não acontecerá se contar apenas com uma dimensão, é preciso considerar tanto a dimensão subjetiva quanto a dimensão objetiva do trabalho humano.

O sistema escolar pode ser bem sucedido quanto à eficácia na realização das propostas pré-determinadas desde que às ações sejam relevantes, com boas

intenções para que este se realize com determinação, planejamento, coerência na distribuição de recursos e trabalho em equipe. Conforme Silva (2000, p. 43):

“Para que uma determinada proposta ganhe consistência e perdure, portanto, deve levar em conta tanto a dimensão subjetiva quanto a dimensão objetiva, da qual foram ressaltados aqui os fatores de tempo, espaço e orçamento. Para que se institucionalize, uma iniciativa deve constar de planos que orientem a vida da unidade ou do sistema escolar, dos quais constem calendários, locais, fontes de receita e formas de despesa. Muitas iniciativas, bem intencionadas e de grande relevância, fracassam por não terem previsto no calendário da escola ou das escolas, por exemplo, momentos de liberação de docentes para freqüência a cursos ou até mesmo local para abrigar encontros de grandes grupos. Igualmente, por não serem previstas em orçamento, muitas iniciativas não têm continuidade em exercícios seguintes.”

Por se tratar de aspectos externos ao trabalhador, nem sempre a realização do trabalho depende dele. No caso do educador, o trabalho é executado conforme as condições que lhe são impostas e que estão ao seu dispor. É preciso seguir normas, metas e objetivos institucionalizados dentro do universo escolar concreto, além de considerar fatores imprescindíveis como o ambiente de trabalho, o espaço físico, os instrumentos pedagógicos, os recursos financeiros, administrativos e materiais, a capacitação do docente, a jornada de trabalho, as habilidades em lidar com as novas tecnologias, entre outros.

Os fatores supra mencionados pertencentes à dimensão objetiva do trabalho humano, mais especificamente do trabalho docente estão presentes em diversos estudos como estimulantes e motivadores para a realização do mesmo. Alguns autores abordam a questão porque assim como eu, acreditam que depois da dimensão subjetiva, são preponderantes para o bom andamento do sistema educacional. Sendo assim, serão comentados adiante individualmente para a melhor compreensão da interdependência que envolve estas dimensões.

O ambiente de trabalho pode ser favorável ou desfavorável, dependendo do espaço físico disponibilizado, do trabalho individual ou coletivo, da transparência de informações, do envolvimento do colegiado escolar, e, sobretudo, do comprometimento dos profissionais da educação. Isto varia muito de uma instituição escolar para outra, podendo estar presente um ou mais itens citados e outros não.

O espaço físico pode ou deve ser propício para o processo ensino-aprendizagem desde tenha elementos como iluminação, ventilação, limpeza, amplitude e disponibilidade para a realização das atividades. Este também é um fator relevante, pois nem sempre há espaço suficiente para o bom andamento das tarefas realizadas no cotidiano escolar, muitas vezes o professor tem que replanejar sua aula para garantir o alcance de seu objetivo pedagógico.

Os recursos financeiros, administrativos e materiais estão intimamente ligados aos instrumentos pedagógicos. Nem sempre são transparentes, ou seja, nem sempre chegam aos ouvidos dos envolvidos em termos de distribuição e aplicação de verbas, adequação e amparo das necessidades educacionais, solução de problemas imediatos tais como: a compra de materiais didático-pedagógicos, melhorias na merenda escolar, melhorias no prédio escolar, transposição do projeto político pedagógico pré-estabelecido, entre outros. Sendo assim, muitas vezes os aspectos mencionados tornam-se transparentes apenas para alguns funcionários, seja da área administrativa ou não da unidade escolar ou para aqueles que fazem questão de tomar ciência dos mesmos, como por exemplo: o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Plano Gestão e outros. Já os instrumentos pedagógicos, ficam aquém das necessidades do professorado público estadual que ainda utiliza-se de equipamentos teoricamente ultrapassados, porém utilizados constantemente como o mimeógrafo – grande parceiro do professor pertencente a esta classe.

Há inúmeros cursos de capacitação para professores, mas nem todos aproveitam as oportunidades para melhorar sua prática educativa, seja por falta de tempo, seja por falta de vontade ou por falta de perspectiva na profissão, desilusão com a mesma, por desinteresse ou por qualquer outro motivo. O fato é que ainda há resistência por parte dos docentes em participar de cursos rumo à ascensão profissional. Apenas para ilustrar, dos 23 professores titulares que lecionam na mesma unidade escolar em que trabalho, apenas eu faço parte do programa de pós-graduação em nível de Mestrado, embora o Governo do Estado de São Paulo proporciona bolsa de estudo para tal capacitação, ou seja, muitos não se preocupam com esta questão, por isso, “sobram” vagas para bolsistas, ou

melhor, há vagas a disposição dos funcionários efetivos. Porém, aqueles que são capacitados através de cursos e oficinas pedagógicas, muitas vezes, não levam a teoria para a prática docente, guardando os conteúdos aprendidos em uma “gaveta” para quem sabe um dia utilizar e, na grande maioria das vezes, mantêm a mesma postura, “métodos” e conteúdos até então aplicados, pelo fato de enxergarem o (a) aluno (a) apenas como um “número” e não como um sujeito social que possui um histórico de vida com alegrias, tristezas, aflições, dificuldades biológicas, entre outras, desestrutura familiar, etc.

Segundo Santos (2003, p.87):

“Entre os motivos mencionados, o mais grave é a resistência quanto às mudanças. Muitos professores têm receio da máquina, o que dificulta o progresso de quem busca capacitação, apesar do preparo dos multiplicadores para sensibilizá-la quanto á utilização deste notável recurso (...)”

“Muitos professores capacitados, ao voltar para suas escolas, ficam ansiosos para colocar em prática todo o aprendizado adquirido, mas ficam desestimulados e decepcionados devido a inúmeros problemas que a unidade escolar está enfrentando. Esse é o impacto maior.”

Quanto à falta de tempo, a jornada de trabalho também é um condicionante para a realização pessoal e profissional dos docentes que grande parte destes profissionais tem um ritmo de vida alucinante porque duplicam ou triplicam a jornada de trabalho para garantirem um salário melhor a fim de suprir suas necessidades básicas e se possível terem lazer, entretenimento ou talvez certo conforto material para si e para a família. Neste ínterim, mal tem tempo para se cuidar fisicamente, investir em si por meio de cursos de capacitação profissional, e, conseqüentemente, não conseguem elaborar e/ou preparar suas aulas e acabam por fazer constantes improvisações, ou preparar atividades simultaneamente às aulas, deixando a qualidade do ensino aquém das necessidades dos educandos porque nestas circunstâncias fica difícil traçar objetivos, lidar com a diversidade em sala de aula e ainda refletir sobre sua prática educativa.

Com relação à jornada de trabalho, Santos (2003, p.86), comenta:

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

“Os primeiros sintomas do impacto do Programa de Informática na Educação surgem quando se aponta na direção da formação dos grupos de professores para o curso de capacitação. Imediatamente se percebe que os professores dependem, ora da disponibilidade de horário e do local do curso, ora do compromisso com outras atividades escolares, programadas no momento do planejamento.”

Desta forma, há alguns entraves encontrados no cotidiano escolar dos docentes e, conseqüentemente dos discentes, que comprometem direta ou indiretamente os sujeitos citados quanto à qualidade no processo educacional.

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

3. A FRUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE ATRAVÉS DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS – A OUTRA FACE

Quando abordamos o tema interdisciplinaridade podemos abranger vários aspectos, entre eles: o pedagógico, o social, o político, entre outros. No entanto, este capítulo tem como propósito contemplar o aspecto didático-pedagógico da interdisciplinaridade com vistas ao fazer docente. Esta é a outra face deste estudo que pode ser positiva ou negativa, dependendo do olhar do educador enquanto maestro que rege a orquestra educacional.

Para compor o referido capítulo, farei algumas considerações baseando-me na Professora Doutora Ivani Fazenda, uma destacada pesquisadora da Educação Interdisciplinar.

Dito do universo da educação estadual paulista, particularmente nas séries iniciais do ensino fundamental, quando levamos em conta os recursos didático-pedagógicos disponíveis, tais como: lousa e/ou quadro branco; giz e/ou caneta para quadro branco; vídeo; dvd e mimeógrafo, não é difícil percebermos que os referidos recursos são escassos se tivermos uma proposta educacional interdisciplinar, tal como objetivos interdisciplinares.

Muitos teóricos da educação mencionam o fato que não é preciso o professor ter em mãos recursos didático-pedagógicos eficazes para efetuar um trabalho interdisciplinar satisfatório. Porém, como professora de educação básica I, sei o quanto é difícil preparar atividades no meu dia-a-dia já que tenho a meu dispor o mimeógrafo, um equipamento aos olhos de muitos obsoleto, mas utilizado constantemente pelos educadores desta rede pública de ensino.

Penso que em parte esses teóricos da educação têm razão porque desde que o professor esteja comprometido com seu trabalho, ele conseguirá fazer um trabalho interdisciplinar qualificado, independente dos meios, visando atingir os fins que é a efetiva abstração significativa por parte dos alunos, mesmo que seja improvisando suas aulas ou fazendo uso do livro didático. Porém, os fins não justificam os meios. Penso que antes de tudo e além do comprometimento do professor que é um cidadão a serviço do bem, do progresso da humanidade, deve

haver por parte deste profissional: dedicação, respeito, empatia, organização, planejamento e ação para como os educandos (que também têm direito à cidadania) e demais parceiros da educação, independente dos recursos tecnológicos disponíveis nas Unidades Escolares. Conforme Fazenda (2003, p. 65):

“(…) Uma proposta de interdisciplinaridade no ensino procura reconduzir o professor a sua dignidade de cidadão que age e decide, pois é na ação desse professor que se encontra a possibilidade da redefinição de novos pressupostos teóricos em Educação. Sediando seu saber, o educador poderá explicar, legitimar, negar e modificar a ação do Estado, condicionando sua ação aos impasses da sociedade contemporânea.”

No entanto, não adianta só o professor estar comprometido com seu trabalho e não ter ferramentas e condições para executá-lo. Tanto o aspecto pedagógico quanto o físico são importantes para a educação quando há a preocupação e a intenção em formar cidadãos críticos, participativos e autônomos para atuarem efetivamente na sociedade. Porém, merece destaque o aspecto físico quanto ao preparo e elaboração das atividades.

Sendo assim, os recursos didático-pedagógicos são aliados dos professores e conseqüentemente dos alunos já que a prática educativa requer a utilização constante destes recursos, ainda que sejam escassos e/ou antigos ou em péssimas condições, onde muitas vezes compromete esta prática ou impedem o êxito e a qualidade da mesma.

A jornada de trabalho dos professores da rede pública estadual é intensa, sendo que neste viés estão implícitos outros vieses, tais como:

- ⇒ A questão salarial que induz estes profissionais a dobrarem ou até triplicarem suas jornadas de trabalho para que possam suprir suas necessidades básicas ou se permitirem uma extravagância como momentos de lazer com os filhos, familiares ou amigos;
- ⇒ Doenças decorrentes: do ritmo de trabalho dos professores; falta de respeito dos estudantes e/ou colegas de trabalho; estresse com a burocracia do sistema público; preparo das atividades através de recursos tecnológicos escassos, etc.

Embora o professor tenha como princípios trabalhar com a diversidade dentro da sala de aula, proporcionar significado aos alunos através de conteúdos ligados à sua realidade e principalmente ultrapassar as fronteiras das disciplinas científicas a fim de realizar um trabalho interdisciplinar, a grande maioria dos docentes sente-se frustrados porque o preparo das atividades fica aquém dos seus objetivos.

O que acontece é que nós professores do ensino fundamental I da rede estadual paulista, lutamos contra o tempo previsto no horário escolar de 4 horas e 30 minutos no sentido de darmos conta de “atender” às necessidades cognitivas, sociais e afetivas dos educandos (nem todos os professores são assim, não podemos generalizar). Sendo que, se as condições para o preparo das atividades fossem outras, como por exemplo, a utilização de computador, impressora, scanner e principalmente máquina copiadora, com toda a certeza o êxito na integração dos conteúdos e a relação professor-aluno seria mais proveitosa e abrangente. Por conseguinte, se quisermos aproveitar melhor a carga horária escolar, temos que levar as atividades prontas, ou seja, preparadas em casa após uma dupla jornada diária e muitas vezes no horário noturno entre o preparo de uma janta, a ajuda da lição dos filhos, a atenção do marido, entre outras atividades domésticas.

Sendo assim, quando o professor chega à escola, já está cansado, desmotivado e “sem pique” para realizar seu trabalho interdisciplinarmente. Caso o mesmo não tenha conseguido planejar sua aula através do preparo antecipado das atividades, faz uso do livro didático, passando o professor a ser o “monitor” deste recurso pedagógico. Como segunda alternativa, muitas vezes, o professor improvisa as aulas, o que tem sido uma constante, pois improvisar uma vez ou outra não há problema, porém, a improvisação tem se perpetuado em sua prática docente por conta da falta de tempo para o preparo das atividades e/ou dos limitados recursos tecnológicos, prejudicando substancialmente o processo ensino-aprendizagem. Fazenda afirma que:

“A escola, último reduto para o convívio social, desde, que “brincar na rua” deixou de existir, não contribui mais para a socialização do indivíduo.

Hábitos, valores de atitudes sociais deixam de ser considerados integrantes básicos da personalidade humana. Em seu lugar, uma massa de conteúdos disforme que o professor aprendeu num livro-texto (usado como “bíblia”) e a exploração de exercícios padronizados que têm conduzido o aluno à reprodução parcial do aspecto particular de uma verdade relativa.” (2003, p. 61)

Além da mecanização do ensino-aprendizagem, há também o comodismo de muitos professores que estão a serviço da Educação apenas esperando que sua aposentadoria chegue para que possam aposentar as chuteiras sem nenhum sentimento de impotência por não terem feito o melhor ou não terem trabalhado de forma interdisciplinar, aliás, muitos nem sabem como fazer isso. Assim, quanto à improvisação de aulas por parte dos docentes, percebemos que não há uma intencionalidade em agir de forma interdisciplinar. Neste sentido, Fazenda assinala que:

“O projeto, a intencionalidade, o rigor, características fundamentais de uma forma de agir e de pensar interdisciplinares, infelizmente em muitos casos têm sido substituídos pela improvisação e o *non sense*.” “(...) Em nome de um modismo – interdisciplinaridade – temos visto em nossas pesquisas, infelizmente, muita improvisação e muita acomodação. Essa falta de seriedade tem conduzido esses projetos interdisciplinares a um esfacelamento do conhecimento e à falência de certas escolas e instituições.” (2003, p.72 – 73)

Conseqüentemente esta mecanização do processo ensino-aprendizagem gera a fragmentação do ensino no sentido de que o aluno somente exerce o papel de consumidor de informações, deixando de produzir e/ou construir o conhecimento significativo, de modo a fazer sentido tal aprendizado que deveria estar associado ao prazer em aprender. Com isso, nos deparamos com números e mais números de pesquisas na área da educação que apontam para o fracasso escolar, pais insatisfeitos e/ou desconectados da realidade escolar de seus filhos e políticas educacionais proclamadas, mas não reais, ou seja, a tão almejada interdisciplinaridade ainda é um sonho de muitos professores, mas nem todos a procuram. Fazenda confirma este olhar:

“A imersão na prática de ensino da escola fundamental, tem revelado uma realidade fragmentada, tanto em sua proposta quanto em sua ação: professor mal formado, injustamente caracterizado como responsável direto dos fracassos escolares; alunos sedentos de novos saberes e

frustrados em suas expectativas; pais esperando que a escola contribua ou determine a mudança social; leis que impedem ou dificultam a ampliação do conhecimento; escolas que lutam na busca de novas soluções, outras que permanecem esperando... Na prática, a interdisciplinaridade tem sido "utopia", sonhada por muitos, procurada por alguns..." (2003, p.63)

Não obstante, o professor é cobrado diariamente pela coordenação pedagógica, pelo diretor da escola, pelos demais professores e até mesmo pelos pais, a elaboração de um trabalho interdisciplinar através do desenvolvimento de projetos, portfólios, atividades significativas, lições para serem feitas em casa e, sobretudo, sucesso no processo ensino-aprendizagem. O qual ainda hoje é mensurado quantitativamente por meio de índices de avaliação, sondagens, mapa da sala (planilha que referencia a hipótese de escrita e leitura que a criança se encontra), provas, etc.

Infelizmente nos dias atuais, ainda predomina o olhar quantitativo para a educação, que de certa forma impede a eficácia da mesma e vai contra as teorias pedagógicas contemporâneas que defendem o respeito ao ritmo de aprendizagem dos educandos. E, ainda, a formação do cidadão crítico, criativo, autônomo e participativo, na medida em que somente a aplicação de provas, entrega de trabalhos e muita lição de casa, são valorizadas no universo escolar. Pensando assim, tanto os docentes, quanto os responsáveis pelos discentes e os próprios discentes demonstram acreditar que este modo quantitativo de avaliar é o mais eficaz e muitas vezes não se dão conta que a avaliação é um processo contínuo, ou seja, acontece o tempo todo e que a prova é mais um instrumento da avaliação.

Para que o trabalho interdisciplinar ocorra, necessariamente é preciso haver interação entre o corpo docente e discente, reuniões específicas para a discussão e/ou planejamento de tais projetos e, sobretudo, políticas públicas voltadas para a aplicação de recursos financeiros em recursos didático-pedagógicos. Do contrário, seria o mesmo dizer que: sei como plantar batata, mas não tenho terra fértil, ou seja, sei como trabalhar interdisciplinarmente, mas não tenho instrumentos disponíveis para que tal trabalho seja realizado. Com isso, faço o que posso e o que está a meu alcance.

Desta forma, a interdisciplinaridade voltada para o aspecto didático pedagógico envolve significativamente o professor em seu dia-a-dia. O mesmo tem que fazer seu trabalho de forma limitada em termos de aparatos que apóiam seu trabalho e ainda, administrar seu curto tempo para o preparo de atividades ecléticas, abrangentes, envolventes e encantadoras para os educandos que se colocam na grande maioria das vezes como receptores das informações abordadas.

Em relação à disciplina de História, Fazenda faz um alerta:

“(…) a história, vista sob perspectiva interdisciplinar, deve ser mais que simples ordenação seqüencial e manuseio de certos materiais para consulta, deve plantar a “semente” do futuro pesquisador e do cidadão que luta por seus direitos e deveres, enfim, por sua liberdade.” (2003, p. 61)

Já na disciplina de Matemática, Fazenda nos aponta uma situação corriqueira e, que acontece desde as práticas tradicionais de ensino até hoje:

“(…) o que temos observado, e que conduz a um fracionamento do saber, é que, para a noção de número tem sido levado em conta apenas o adestramento da criança, o repetir automático de exemplos e exercícios que dão a falsa impressão de aprendizagem, sem se levar em conta que ensinar matemática é, antes de mais nada, ensinar a “pensar matematicamente”, a fazer uma leitura matemática do mundo e de si mesma. É uma forma de ampliar a possibilidade de comunicação e expressão, contribuindo para a interação social, se pensada interdisciplinarmente.” (2003, p. 62)

Em contrapartida, há cursos e mais cursos de capacitação de professores para o nível de ensino supra mencionado que visam incentivar o trabalho interdisciplinar à luz de inúmeros teóricos da educação contemporâneos, com o objetivo de abolir e/ou minimizar pensamentos penderes às tendências tradicionais e/ou conservadoras que acreditam ser o aluno um consumidor e o professor um produtor de informações. Mesmo havendo estes programas de capacitação de professores, alguns insistem em permanecer com as velhas tendências enraizadas em suas práticas educativas, nem sequer atentam-se a fatores, digamos “físicos”, como por exemplo, os recursos didático-pedagógicos

que os acompanham em sua jornada diária, acarretando-lhes muitas dificuldades em seu fazer docente.

Partindo do pressuposto que há, então, posturas engessadas na área educacional, especificamente no nível de ensino supra mencionado, necessariamente os educadores precisariam mudar este quadro, onde *“uma postura que procure levar em conta o trabalho como forma de ação que pode modificar a realidade pensará os meios necessários à concretização das propostas”*. (Silva, 2000, p. 30).

Concluo que é preciso atribuir um olhar qualitativo para a Educação, buscando a humanização do universo escolar, já que lidamos com pessoas e não com números como são computados nas pesquisas educacionais. Faz-se urgente este olhar, mas para que isso ocorra é preciso que haja a conscientização dos envolvidos por meio de políticas públicas educacionais voltadas à melhoria e ao desenvolvimento do ensino, mas estas só funcionarão se saírem dos papéis e forem transpostas para a prática. Sobretudo, é preciso que haja maior atenção aos processos de formação de professores que são as raízes frutíferas para o trabalho pedagógico, desde que estejam voltadas para este fim e valorização do docente por meio de boas condições de trabalho, condizentes com suas reais necessidades.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR – O QUE DIZ A LEI

Este capítulo concentrar-se-á nas normas, diretrizes e leis voltadas para a Educação Escolar, especificamente ao nível de ensino fundamental I, a fim de apresentar informações gerais sobre os profissionais da educação básica, tais como: a Organização do Magistério Público e Privado; o Registro do Diploma de Professor; A Formação do Magistério, tanto dos Professores quanto dos Especialistas de Educação; O Magistério do Ensino Público em relação ao Plano de Carreira, ao Concurso de Ingresso, ao Estatuto e Regimento Escolar e às Incumbências dos Docentes; as Atividades Profissionais do Pedagogo e do Especialista de Educação.

Estes assuntos englobam os interesses docentes e, conseqüentemente discentes, os quais mencionam assuntos importantes que muitas vezes passam despercebidos pelas Políticas Públicas de Educação quanto aos profissionais da educação básica, como por exemplo: jornada de trabalho; recursos financeiros, administrativos, materiais e, sobretudo, recursos pedagógicos; inovações tecnológicas; capacitação profissional; ambiente de trabalho; doenças profissionais; valorização dos docentes, entre outros que serão contemplados com o intuito de propiciar reflexões entre os valores reais e os valores proclamados, já que nem sempre as leis são transpostas e aplicadas, ao contrário, são emendadas e prorrogadas justamente pela falta de aplicabilidade e condições para tal. Além disso, a desinformação dos profissionais da educação quanto às leis condizentes com a realidade desta área também se faz presente porque muitos destes trabalhadores não conhecem seus deveres e o que é pior, seus direitos.

Seguirei citando algumas destas leis, decretos e/ou normas que foram formuladas pelas políticas públicas de educação, as quais muitas vezes são questionadas pelas entidades de classe como a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e o CPP (Centro do Professorado Paulista), além de envolverem a temática em estudo - Condições de Trabalho do Professor do Ensino Fundamental I.

Iniciarei pelo Decreto nº. 40.473 de 21 de novembro de 1995, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (v.105, n.222) na gestão do Senhor Mário Covas, o qual institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. Desta forma, há várias menções que visam favorecer prioritariamente a educação básica com o objetivo de atingir a qualidade do processo ensino-aprendizagem, entre outras questões, mas reflitamos quanto à aplicabilidade de tais providências, tanto neste decreto, quanto em resoluções, entre outros que serão citados a seguir:

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído, junto à Secretaria da Educação, o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, com o objetivo de garantir a escolarização de 8 (oito) anos, com qualidade, para todos os alunos do ensino fundamental e médio.

Artigo 2º - Para a consecução de seu objetivo, o Programa instituído pelo artigo anterior promoverá modificações na estrutura das escolas da rede pública estadual, de maneira a permitir, em especial:

I – um melhor atendimento pedagógico às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, com a instalação de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos diferenciados, mais adequados ao processo de ensino e à faixa etária dos alunos;

II – o funcionamento da maioria das escolas em dois turnos diurnos ou em dois turnos diurnos e um noturno;

III – a composição, de forma mais adequada, da jornada de trabalho do professor, com maior fixação do corpo docente em uma escola;

IV – a adequação dos espaços físicos e equipamentos ao nível de ensino da clientela escolar atendida;

V – a racionalização dos investimentos.

Artigo 3º - Para a execução do Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, o ensino fundamental e médio, regular ou supletivo, será oferecido, a partir do próximo ano letivo, em unidades escolares organizadas com classes de: I – Ciclo Básico à 4ª série. (...)

Artigo 4º - As escolas que vierem a manter classes de Ciclo Básico à 4ª série do ensino fundamental deverão, preferencialmente, funcionar em dois turnos diurnos.

O Decreto nº. 40.473/95 encontra-se à pág. 102 do vol. XL da Col. de Leg. Est. de Ens. de 1º e 2º Graus – CENP/SE.

Logo no 2º artigo, podemos perceber que o decreto em referência faz menção às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos quanto a um melhor atendimento pedagógico, depois segue em outros artigos e resoluções

supra mencionadas com outras preocupações do tipo jornada de trabalho do professor, entre outras que me suscitam certas dúvidas enquanto educadora do ensino fundamental I, pelo fato de não vivenciar o que está mencionado nas “linhas legais”, oportunidade em que não consigo vislumbrar a transposição das políticas públicas educacionais na forma da lei, ainda que seja nas entrelinhas das mesmas ou ainda de forma parcial já que necessariamente os principais objetivos, ao meu ver, são: a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a formação para o pleno desenvolvimento da cidadania.

Resolução 107, de 25-6-2002

Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação os sistemas de Gestão Dinâmica de Administração Escolar e Sistema de Informações da Educação. O Secretário de Estado da Educação, considerando a necessidade de:

- informatizar a administração escolar em benefício do aluno; (...)
- agilizar na escola o registro das atividades escolares, o controle de pessoal, de recursos financeiros e materiais;
- otimizar o uso da tecnologia já instalada na rede estadual para integrar as bases de dados operacionais da Secretaria de Estado da Educação;

Resolve:

Artigo 1º - Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, os seguintes sistemas integrados: GDAE – Gestão Dinâmica de Administração Escolar, voltado para a gestão da unidade escolar e gerando informações operacionais para a administração da Secretaria de Estado da Educação; SIEDUC – Sistema de Informações da Educação, constituindo acervo de informações gerenciais do sistema escolar paulista de educação básica.

Artigo 2º - O GDAE constitui amplo portal operacional criado em ambiente Internet, que integra a unidade escolar aos demais órgãos, servindo de ferramenta administrativa na escola e poderoso instrumento de gestão para os órgãos da Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 3º - O GDAE está estruturado em módulos:

(...) VII – MATERIAIS: controla bens de consumo, suprimentos de informática, material de escritório e de limpeza;

Artigo 4º - O sistema permite o aperfeiçoamento pela incorporação de novas funcionalidades aos módulos, visando à inclusão de serviços e produtos na informatização escolar.

Artigo 5º - A implementação do GDAE compreende:

I - gerenciamento do sistema;

II - provimento de infra-estrutura para os ambientes de desenvolvimento e de operação do sistema garantindo a conectividade das escolas via Internet / Intragov, com os órgãos centrais; (...)

Parágrafo único – Intragov é uma rede de comunicação de dados que integra os órgãos do Governo do Estado, permitindo o compartilhamento de recursos operando como uma Intranet, oferecendo, também, acesso à Internet e Correio Eletrônico.

Artigo 6º - O GDAE está aberto à utilização por todas as escolas do sistema de ensino paulista, acessado por meio de link contido no site www.educacao.sp.gov.br (...)

Os artigos citados acima se referem à informatização da educação escolar, além de otimizar o uso das novas tecnologias existentes no mercado educacional, sobretudo, a internet como canal promissor e integrador no processo ensino-aprendizagem. No entanto, como observadora partícipe de uma escola de ensino fundamental – ciclo I – de 1ª a 4ª série, percebo a discrepância entre as sugestões e/ou propostas encontradas nas leis e a realidade escolar pelo fato dos docentes e discentes acessarem esporadicamente – de forma limitada – os recursos tecnológicos da unidade escolar.

Resolução SE nº. 18 de 24 de fevereiro de 2006

Dispõe sobre a complementação de carga horária relativa às aulas ministradas pelo pessoal docente. O Secretário da Educação, considerando:

- que as matrizes curriculares definidas para o Ensino Fundamental (Ciclos I e II) e para o Ensino Médio indicam duração diferenciada de aulas para o período diurno e para o noturno;

- o disposto no § 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, que estabelece a duração da hora de trabalho docente de 60 (sessenta) minutos, pelos quais será remunerado o professor, nas tabelas I e II da Escala de Vencimentos das Classes Docentes (EV-CD).

Resolve:

Artigo 1º - O professor, além da tarefa de ministrar aula, fará a complementação da carga horária, desenvolvendo outras atividades ligadas à docência, da seguinte forma:

I – durante 10 (dez) minutos a mais de trabalho, para cada aula ministrada no período diurno;

II – durante 15 (quinze) minutos a mais de trabalho, para cada aula a ser ministrada no período noturno.

Parágrafo único – Consideram-se atividades ligadas à docência, além do atendimento a alunos, as tarefas de preenchimento de diários de classe, de programação dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, de definição do grau de aprofundamento de estudos, de acordo com a especificidade de cada classe, de avaliação contínua das dificuldades e dos avanços de cada aluno, em especial aqueles encaminhados para estudos de recuperação paralela, entre outras. (...)

Nota:

Lei Complementar nº. 836/97, à pág. 28 do vol. XLIV;

O “caput” do art.º 1º da Res. SE 18/06 está retificado de acordo com DOE 18/03/06 – pág. 55.

**Lei Complementar nº. 836, de 30 de dezembro de 1997
30/12/1997 – Gestão Mário Covas:**

Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Fica instituído Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, conforme Anexos I e II desta lei complementar.

Artigo 2º - Esta lei complementar aplica-se aos profissionais que exercem atividades de docência e aos que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, aos quais cabem as atribuições de ministrar, planejar, inspecionar, supervisionar, orientar e administrar a educação básica.

Artigo 3º - Para os efeitos desta lei complementar, considera-se:

I – Cargo do Magistério: o conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas ao profissional do magistério;

II – Classe: o conjunto de cargos e de funções-atividades de mesma natureza e igual denominação;

III – Carreira do Magistério: o conjunto de cargos de provimento efetivo do Quadro do Magistério, caracterizados pelo desempenho das atividades a que se refere o artigo anterior;

IV – Quadro do Magistério: o conjunto de cargos e de funções-atividades de docentes e de profissionais que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, privativos da Secretaria da Educação.

Artigo 4º - O Quadro do Magistério constituído das seguintes classes:

I - classes de docentes:

a) Professor Educação Básica I - SQC-II e SQF-I; (...)

Artigo 6º - Os integrantes das classes de docentes exercerão suas atividades na seguinte conformidade:

I – Professor Educação Básica I, nas 1ª. à 4ª. séries do ensino fundamental;

II – Professor Educação Básica II, no ensino fundamental e médio;
(...)

Artigo 9º - O provimento dos cargos e o preenchimento das funções-atividades do Quadro do Magistério serão feitos mediante, respectivamente, nomeação e admissão.

Artigo 10º - A jornada semanal de trabalho do docente constituída de horas em atividades com alunos, de horas de trabalho pedagógico na escola e de horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente, a saber:

I – Jornada Básica de Trabalho Docente, composta por:

a) 25 (vinte e cinco) horas em atividades com alunos;

b) 5 (cinco) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) na escola, em atividades coletivas, e 3 (três) em local de livre escolha pelo docente;

II – Jornada Inicial de Trabalho Docente, composta por:

a) 20 (vinte) horas em atividades com alunos;

b) 4 (quatro) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) na escola, em atividades coletivas e 2 (duas) em local de livre escolha pelo docente.

§ 1º - A hora de trabalho terá a duração de 60 (sessenta) minutos, dentre os quais 50 (cinquenta) minutos serão dedicados à tarefa de ministrar aula.

§ 2º - Fica assegurado ao docente, no mínimo, 15 (quinze) minutos consecutivos de descanso, por período letivo. (...)

Artigo 12º - Entende-se por carga horária o conjunto de horas em atividades com alunos, horas de trabalho pedagógico na escola e horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente.

§ 1º – Quando o conjunto de horas em atividades com alunos for diferente do previsto no artigo 10 desta lei complementar, a esse conjunto corresponderão horas de trabalho pedagógico na escola e horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente, na forma indicada no Anexo IV desta lei complementar.

§ 2º – Na hipótese de acumulação de dois cargos docentes ou de um cargo de suporte pedagógico com um cargo docente, a carga total não poderá ultrapassar o limite de 64 (sessenta e quatro) horas semanais.

Artigo 13º - As horas de trabalho pedagógico na escola deverão ser utilizadas para reuniões e outras atividades pedagógicas e de estudo, de caráter coletivo, organizadas pelo estabelecimento de ensino, bem como para atendimento a pais de alunos.

Parágrafo único – As horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente destinam-se à preparação de aulas e à avaliação de trabalhos dos alunos. (...)

Artigo 15º - Os docentes sujeitos às jornadas previstas no artigo 10 desta lei complementar poderão exercer carga suplementar de trabalho.

Artigo 16º - Entende-se por carga suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

§ 1º – As horas prestadas a título de carga suplementar de trabalho são constituídas de horas em atividades com alunos, horas de trabalho pedagógico na escola e horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente.

§ 2º – O número de horas semanais da carga suplementar de trabalho corresponderá à diferença entre o limite de 40 (quarenta) horas e o número de horas previsto nas jornadas de trabalho a que se refere o artigo 10 desta lei complementar.

Com relação à jornada de trabalho do professor de Educação Básica I, assim como das atribuições junto ao ensino fundamental, podemos perceber o quanto é estafante e sobrecarregada, uma vez que as funções deste profissional são muito mais do que simplesmente entrar numa sala de aula para ministrar aula, mas ao contrário, deve haver todo um preparo de atividades, cumprimento de deveres burocráticos junto a instituição escolar, além de lidar com a constante avaliação do seu próprio trabalho por meio do feedback (retorno) que recebe dos alunos, ou seja, quando os mesmos retornam com seus progressos cognitivos.

Resolução SE - nº. 11, de 11-2-2005

Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental nas escolas estaduais. O Secretário da Educação, considerando a necessidade de se estabelecerem diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental, nos períodos diurno e noturno:

Resolve:

Artigo 1º - O ensino fundamental será estruturado em oito séries anuais, em regime de progressão continuada, por meio de dois ciclos:

I – Ciclo I, correspondente ao ensino de 1ª a 4ª séries;

II – Ciclo II, correspondente ao ensino de 5ª a 8ª séries.

Parágrafo único – A carga horária estabelecida para cada série será desenvolvida em 200 dias de efetivo trabalho escolar, observada a correspondência sempre que adotada a organização semestral.

Artigo 2º - Na organização curricular do ensino fundamental, deverá ser assegurado o desenvolvimento da seguinte carga horária:

I – no ciclo I:

a) nas unidades escolares com até dois turnos diurnos: 25 aulas semanais, com a duração de 50 minutos cada, totalizando 1000 aulas anuais;

b) nas unidades escolares com três turnos diurnos: 20 aulas semanais, com a duração de 50 minutos cada, totalizando 800 aulas anuais. (...)

O Estatuto do Magistério Estadual Paulista disponibiliza inúmeras leis, decretos, normas, entre outras regularizações que visam à organização e viabilidade da educação tendo como objetivo a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

4.1. Dispositivos Legais – Considerações de João Gualberto de Carvalho Meneses

Vejamos o que diz o Prof. Dr. João Gualberto de Carvalho Meneses no capítulo 14 do livro Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão, onde o tão conceituado autor remete-se ao tema dos Profissionais da Educação Básica, baseando-se em artigos que constam na Constituição Federal Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e também no Estatuto do Magistério Paulista.

A Constituição Federal de 1988 contempla amplamente o magistério, sob a denominação de *profissionais de ensino*, em inúmeros dispositivos diretos e explícitos e, ainda, em outros que se aplicam ao magistério na condição de trabalhador.

O artigo 206 da Constituição Federal estabelece como *princípios* para que o ensino seja ministrado:

V – valorização dos profissionais de ensino, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime único para todas as instituições mantidas pela União;

Já temos observado em outras oportunidades que o ensino de qualidade pressupõe um quadro de profissionais pedagogicamente capacitados e socialmente reconhecidos. O pressuposto da importância dos profissionais da educação na construção da democracia obriga a um reconhecimento social da função, o qual, entretanto, não é meramente moral; passa pela garantia de um plano de carreira, ingresso por concurso público de provas e títulos e pela valorização salarial, com piso, ou seja, assegurando-se remuneração inicial mínima condigna.

A Constituição Federal de 1988, além de consignar as linhas mestras para assegurar aos profissionais da educação maior valorização e garantias de trabalho, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 14 (12/09/96), o artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal foi alterado, com o objetivo de se assegurar a universalização do ensino fundamental e de se garantir *remuneração* condigna para o magistério. Criou-se, para isso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Uma proporção não inferior a 60% dos recursos do Fundo será destinada ao pagamento dos professores de ensino fundamental em efetivo exercício no magistério (ADCT, art. 60, § 5º), permitidos, também, gastos com a capacitação de professores leigos (art. 7º, da Lei nº 9.424/96). A lei prevê a criação de um piso salarial profissional e propõe outras medidas que devem ser introduzidas para a valorização dos profissionais da educação. Dentre elas ressalta a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho. Essa medida vem quebrar a discriminação de “professor primário – professor secundário” ao incentivar a elevação cultural e técnica e o desempenho, sem outra distinção que não seja a formação e o mérito pessoal.

A nova LDB refere-se aos profissionais da educação, especialmente quando se trata de remuneração, plano de carreira, recrutamento e seleção, formação e das suas obrigações.

O Magistério Público e Privado

Como se Organiza o Magistério:

A situação do magistério está hoje contemplada na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em diversos dispositivos legais.

Embora existam regras gerais aplicáveis ao magistério, dispositivos específicos regem as diferentes situações do vínculo empregatício.

Assim, deve-se considerar, em primeiro lugar, o regime estatutário, aplicáveis aos servidores públicos (assim chamados em virtude de estarem jurisdicionados a um estatuto), e o regime celetista a que se subordinam aqueles que se encontram regidos por uma relação contratual do empregado (trabalhador da educação) com o empregador, que pode ser uma empresa pública ou privada. Neste caso, a legislação que regula esse vínculo é a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Certas categorias de serviços públicos podem ser regidas pelo regime celetista.

A carreira do magistério abrange diversas atividades: a de professor e a de profissionais da educação. Cada uma delas, por sua vez, também se subdivide. O professor pode ser qualificado conforme o nível e a etapa em que atua: professor de educação infantil; professor de ensino fundamental e médio; professor de ensino fundamental; professor de 1ª a 4ª séries ou PI (ou do 1º e 2º ciclo), dependendo da estrutura didática adotada pelo sistema de ensino); professor de 5ª a 8ª séries (PII ou PIII) etc. Os profissionais da educação são os diretores de escola, supervisores de ensino (ou escolar), inspetores escolares, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, delegados de educação ou de ensino ou dirigentes educacionais, entre outras designações que podem variar de conformidade com a nomenclatura adotada pelo respectivo sistema de ensino.

O Registro do Diploma de Professor:

Para exercer atividade docente e de profissional da educação básica devem ser preenchidos alguns requisitos legais. Alguns parecem óbvios; entretanto, por não tê-los cumprido, embora o candidato ao magistério tenha concluído normalmente o seu curso, não poderá exercer a profissão.

Assim, para *receber o diploma* a que tem direito ao final do curso superior, o licenciado deve colar grau. Essa formalidade legal consiste na promessa perante autoridade escolar competente de cumprir com os deveres profissionais. Em alguns casos, o formando recebe dois diplomas: o de bacharel e o de licenciado. O primeiro refere-se a uma formação profissional alheia ao magistério: Matemática, Química, Geografia, Psicologia etc. O diploma de licenciado corresponde sempre à formação pedagógica para o magistério e só o recebe quem cursou as disciplinas do curso de licenciatura. O diploma deve ser registrado para que adquira valor jurídico e passe a ser publicamente reconhecido e, conseqüentemente, dê ao licenciado o direito de exercer legitimidade a sua profissão. Os diplomas de graduação expedidos pelas universidades são por elas registrados e os conferidos por instituição não-universitária serão registrados por universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

As providências para o *registro do diploma* iniciam-se com o requerimento do interessado dirigido à Secretaria da Faculdade e o pagamento das respectivas taxas. Com os documentos e dados que o licenciado forneceu por ocasião de sua matrícula no curso e outros, como o currículo e as notas obtidas no curso realizado, é composto o *histórico escolar* do aluno. Por ele, o calígrafo preenche o diploma, que recebe as assinaturas do reitor (ou diretor) e do secretário da universidade ou da faculdade.

Em seguida, o diploma é encaminhado ao setor de registro, onde os dados e os documentos do aluno são conferidos e, se tudo estiver de acordo com as normas regulamentares, o diploma recebe um **número** de registro, podendo o licenciado retirá-lo.

O *registro de disciplina* e o *de especialista* que eram expedidos pelo Ministério da Educação e do Desporto (DEMECs) foram abolidos, e o diploma do professor é suficiente para a comprovação de habilitação para o exercício profissional. Os conselhos de educação têm estabelecido normas para o exercício das funções do magistério.

A Formação dos Professores e Especialistas de Educação

A Formação do Magistério:

A **formação do magistério** é proposta numa linha programática que incentiva a sua progressiva elevação cultural e técnico-pedagógica, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada nível. A Lei estabelece que a formação terá como fundamento a associação entre teorias e práticas, inclusive a capacitação em serviço. Inova, ao admitir o aproveitamento de formação e de experiências anteriores em instituições de ensino e outras entidades. Finalmente, a Lei reconhece a impossibilidade de formação escolar específica a todos os profissionais da educação do País e permite o aproveitamento de atividades já exercidas no ensino e mesmo em outras atividades como formas de capacitação. A aplicação das leis anteriores fracassou ao estabelecer a exigência de formação em nível superior para o exercício do magistério. As exceções admitidas em muitos Estados e Municípios acabaram por constituir a regra geral que caracteriza o baixo nível de escolarização dos professores. Agora é proposto novo prazo para se obter uma melhoria na formação dos docentes. Estica-se a década de educação para o período de 1998 a 2007 quando se espera que somente serão admitidos para a docência professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

É norma geral exigir-se como formação mínima para as atividades docentes de educação básica curso de nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena. Como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil (destinado a crianças de zero a seis anos de idade) e nas quatro

primeiras séries do ensino fundamental, é admitida a formação oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Tais cursos deverão ser ministrados em universidades ou em institutos superiores de educação.

Os institutos superiores de educação manterão cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior (engenheiros, advogados, economistas, médicos etc.) que queiram dedicar-se à educação dos diversos níveis. A formação docente inclui a prática de ensino de, no mínimo, 300 horas.

A Formação de Profissionais da Educação:

A LDB de 1971 criara as habilitações profissionais, nos cursos de pedagogia, para formar o diretor de escola, o supervisor pedagógico, o inspetor escolar, o orientador educacional e outras tantas habilitações.

A nova LDB propõe que a *formação dos profissionais* de educação básica deve ser feita em curso superior de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério. As normas de formação acima descritas admitem exceções nos casos de admissão de pessoal em caráter precário.

O Magistério do Ensino Público

O Plano de Carreira:

O plano de carreira é o instrumento que vai assegurar o progresso individual e profissional do professor. Contrapõe-se à situação de estagnação, sem perspectivas futuras e sem motivação e estímulo para o exercício de suas atividades. Se quiser progredir na carreira, quase que compulsoriamente, o

professor deve deixar a docência e procurar outros cargos e funções de especialistas (diretor de escola, coordenadores, supervisor etc).

O plano de carreira é objeto de referência no art. 10, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a apresentação de Plano de Carreira e remuneração do Magistério de acordo com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação analisou a matéria em seu Parecer nº 10/97 e fixou diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o Magistério dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios pela Resolução CNE/CEB nº 3/97 (DOU de 26/09/97). Por essa norma entende-se que integram a carreira do magistério os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto de tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Para o exercício destas funções de magistério é pré-requisito a experiência docente mínima de 2 (dois) anos, em escolas públicas ou privadas, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino.

Concurso de Ingresso:

O ingresso por **concurso público** obedecerá aos princípios de investidura no emprego público: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. São providências que buscam o mérito ao invés do nepotismo e dos privilégios sociais de classes econômicas e políticas que caracterizam a admissão no serviço público.

O **professor de escola pública**, para inscrever-se no concurso de ingresso para o magistério, deverá comprovar habilitação específica para a série e o grau em que pretende trabalhar. De modo geral os concursos são regidos por instruções especiais (edital) que estabelecem a modalidade do concurso, as condições para provimento do cargo, o tipo e conteúdo das provas e natureza dos títulos, os critérios de aprovação e classificação, o prazo de validade do concurso, entre outras.

Estatuto e Regimento Escolar:

O licenciado que prestou concurso para o cargo do magistério público, desde que tenha sido aprovado, classificado, tenha escolhido escola e sido nomeado por ato da autoridade competente, quando toma posse e inicia seu exercício, passa a ser funcionário público efetivo. Como tal, tem sua situação funcional regulada pelo Estatuto do Funcionalismo Público Civil (da União, do Estado ou do Município, conforme o caso). Acima do Estatuto pode existir norma contrária específica do magistério que, nesse caso, prevalece. Inúmeras disposições legais tratam da vida funcional do professor funcionário público, estabelecem uma certa *carreira do magistério* e apresentam um conjunto bastante diversificado de seus direitos e deveres. As leis que tratam dos concursos para o provimento dos cargos de magistério, que estabelecem normas de movimentação do pessoal, que tratam de salários e vantagens dos cargos docentes e administrativos são, entre outros, dispositivos legais que têm precedência na aplicação do magistério, sobre a legislação geral do funcionalismo público.

Cada sistema de ensino deve ter, também, seu *Estatuto do Magistério*. O Estatuto é a norma legal que estrutura e organiza o magistério. Ele complementa o plano de carreira.

Cada estabelecimento de ensino deve ter seu *regimento* que regule sua organização administrativa, didática e disciplinar. Esse regimento deve, entre outras providências, estabelecer o quadro de pessoal, seus direitos, atribuições e proibições. Além da insistência na *valorização dos profissionais da educação*, incluída a *condição adequada de trabalho*, as diretrizes para os novos *Planos de Carreira e de Remuneração do Magistério* deverão se formulados com observância do seguinte:

I – não serão incluídos benefícios que impliquem afastamento da escola, tais como faltas abonada, justificadas ou licenças, não previstas na Constituição Federal;

II – a cedência para outras funções fora do sistema de ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira de magistério;

III – aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares deverão ser assegurados 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, distribuídos nos períodos de recesso, conforme o interesse da escola, fazendo jus os demais integrantes do magistério a 30 (trinta) dias por ano;

IV – a jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola;

V – a remuneração dos docentes contemplará níveis de titulação, sem que a atribuída aos portadores de diploma de licenciatura plena ultrapasse em mais de 50% (cinquenta por cento) a que couber aos formados em nível médio;

VI – constituirão incentivos de progressão por qualificação de trabalho docente:

- a) a dedicação exclusiva ao cargo no sistema de ensino;
- b) o desempenho no trabalho mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional, a serem definidos em cada sistema;
- c) a qualificação em instituições credenciadas;
- d) o tempo de serviço na função docente;
- e) avaliações periódicas de aferição de conhecimentos na área curricular em que o professor exerça a docência e de conhecimentos pedagógicos;

VII – não deverão ser permitidas incorporações de quaisquer gratificações por funções dentro ou fora do sistema de ensino aos vencimentos e proventos de aposentadoria;

VIII – a passagem do docente de um cargo de atuação para outro só deverá ser permitida mediante concurso, admitido o exercício a título precário apenas quando indispensável para o atendimento à necessidade do serviço (Resolução CNE nº 3/97).

Quanto à remuneração dos docentes do ensino fundamental, a mesma Resolução diz que deverá ser definida em uma escala cujo ponto médio terá como referência o custo médio do aluno-ano de cada sistema estadual ou municipal.

As Incumbências dos Docentes

A Lei de Diretrizes e Bases para estabelecer o rol das atribuições dos entes federativos, dos estabelecimentos de ensino e dos docentes usa o verbo *incumbir*.

O artigo 13 da Lei arrola seis incisos de incumbências dos docentes.

O primeiro refere-se à *proposta pedagógica* do estabelecimento de ensino, cuja elaboração deve contar com a *participação dos professores* da escola. Esta responsabilidade não pode, pois, ficar a cargo de empresas que vendem propostas pedagógicas prontas; nem mesmo ser entregue aos membros da equipe escolar. Os professores não podem eximir-se da responsabilidade de efetivamente participarem da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar.

O segundo é decorrência do primeiro, isto é, deve o professor apresentar o seu *plano de trabalho* coerente com o projeto pedagógico, e cumpri-lo.

O terceiro e o quarto complementam os incisos anteriores: *zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento*. Se os dois primeiros referem-se à obrigação com o ensinar, estes dois correspondem à outra mão do processo, a aprendizagem. Não basta, pois, dizer que se ensina; é importante que o aluno aprenda. Daí o *zelo*, a atenção que o professor deve ter com o processo de aprendizagem. E a incumbência do professor vai mais além: cuidar dos casos de alunos com menos rendimento escolar. Para isso, cabe ao professor proporcionar condições ou estabelecer estratégias para as atividades de recuperação. Isso deve significar

que os resultados de atividade do ensino-aprendizagem não podem depender, exclusivamente, de mecanismos pedagógicos da escola ou do sistema escolar. O papel do professor na aprendizagem é obrigatório e fundamental.

O quinto inciso parece óbvio, pois, *não se pode admitir que o professor exerça sua função sem ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional*. Tais atividades constituem a própria função docente.

Agora, acrescenta-se o período destinado à *capacidade continuada*. A bibliografia sobre a formação do professor indica a necessidade de estudos durante toda a vida. Cabe ao sistema de ensino oferecer a oportunidade de cursos de atualização e aperfeiçoamento ao professor, e é dever do professor freqüentá-los.

Por último, e dentro da política educacional vigente, deve o professor colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Não se concebe mais a escola e o processo ensino-aprendizagem desvinculados da sociedade como um todo e, de modo especial, da família.

Atividades Profissionais do Pedagogo e do Especialista de Educação

As **oportunidades profissionais** do licenciado em pedagogia não se restringem à docência, pois, como já foi dito, ele pode obter no curso uma especialização em atividades educacionais. São previstas habilitações ou *especializações* para a formação de profissionais para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. As oportunidades de trabalho nessas atividades especializadas vão depender, em grande parte, do grau de complexidade do sistema de ensino e, também do próprio mercado de trabalho. Mas, se não houver cuidadoso planejamento de formação de mão-de-obra, a oferta de profissionais poderá ser maior do que a procura, o que diminui o número de ofertas de trabalho.

Alguns estudos vêm sendo realizados ultimamente entre nós com o objetivo de informar os estudantes, os educadores e os meios empresariais sobre a escolha da profissão e as fontes formadoras de mão-de-obra. Embora inexistam dados sobre as reais possibilidades de trabalho do licenciado em pedagogia no campo empresarial, sabe-se que ele vem recebendo aí uma procura crescente. Além disso, o desenvolvimento dos métodos e processos de produção se alteram constantemente, e as empresas requerem contínuo treinamento de seu pessoal para enfrentar as novas situações, o que gera novas oportunidades de trabalho aos pedagogos na área de administração de pessoal. Como o licenciado já tem uma formação universitária em uma área específica, antes de sua licenciatura, ele tem, também, outras oportunidades de trabalho fora do magistério, oficial ou particular.

Foram citados alguns dispositivos legais relativos aos Profissionais da Educação Básica, uns mais antigos, outros mais atuais. Há ainda outros tantos que não foram mencionadas, que, aliás, foram reformulados, atualizados de acordo com as propostas governamentais. No entanto, pretende-se demonstrar nesta pesquisa que ainda que sejam reelaborados e/ou complementados, a transposição dos mesmos acontece de forma morosa, tardia ou não acontece.

Os assuntos abordados cercam a questão do trabalho dos professores e dos especialistas de educação, com o intuito de melhorar as condições de trabalho e o salário do magistério. No entanto, pouco se fala em melhoria das condições físicas do trabalho docente, ou seja, os recursos didático-pedagógicos são secundários na visão legal, já que os outros aspectos ora mencionados são preferencialmente destacados.

5. PESQUISA DE CAMPO

5.1. Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, utilizando o questionário estruturado e a observação participante como instrumentos de coleta de dados. Escreve Gil (1997, p. 42):

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como o questionário e a observação sistemática.”

Por meio da pesquisa de campo, pretendeu-se conhecer a realidade de professores e alunos no dia-a-dia do universo escolar referente à temática estudada, com o intuito de verificar seus pontos de vista em relação aos reflexos ocasionados pela utilização dos recursos didático-pedagógicos com vistas à qualidade do processo ensino-aprendizagem.

No questionário estruturado (anexo 1), com um total de 30 (trinta) questões de natureza objetiva e/ou dissertativa – uma ligada à outra – sendo estas de caráter pessoal e/ou profissional voltadas para a temática pesquisada: *Condições de Trabalho do Professor* com enfoque na utilização do mimeógrafo, as professoras puderam expressar tanto física, quanto emocionalmente quais são seus anseios e/ou experiência em relação à educação escolar pública pertencente à rede estadual de ensino fundamental I (1º a 4º série) através de fatos de sua vida e práxis pedagógica, especificamente quanto à utilização do mimeógrafo.

Foram distribuídos 20 questionários às professoras da instituição escolar em que atuo, porém, apenas 12 foram respondidos e devolvidos a mim. Destas 20 profissionais todas são do sexo feminino. A escolha da escola deu-se por fazer parte do dia-a-dia da pesquisadora como observadora participante.

5.2. Os Dados da Pesquisa

5.2.1. Questionário Para as Professoras / Análises dos Dados

1. Qual seu sexo?

Todos os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino.

2. Qual sua idade?

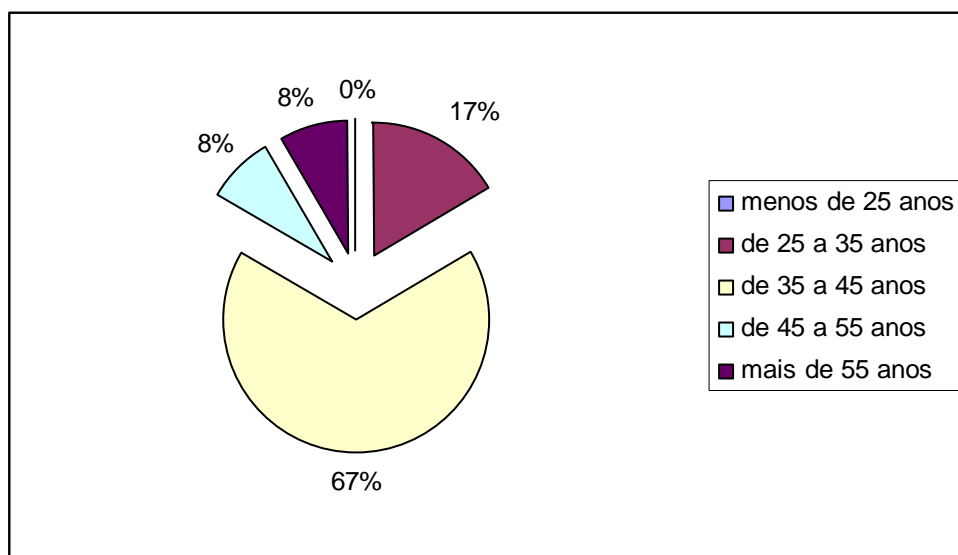


Gráfico 1 – Idade das professoras

Das professoras entrevistadas, a maioria com um total de 67% tem de 35 a 45 anos de idade e nenhuma tem menos de 25 anos de idade.

3. É professor (a) da rede estadual de ensino a quanto tempo?

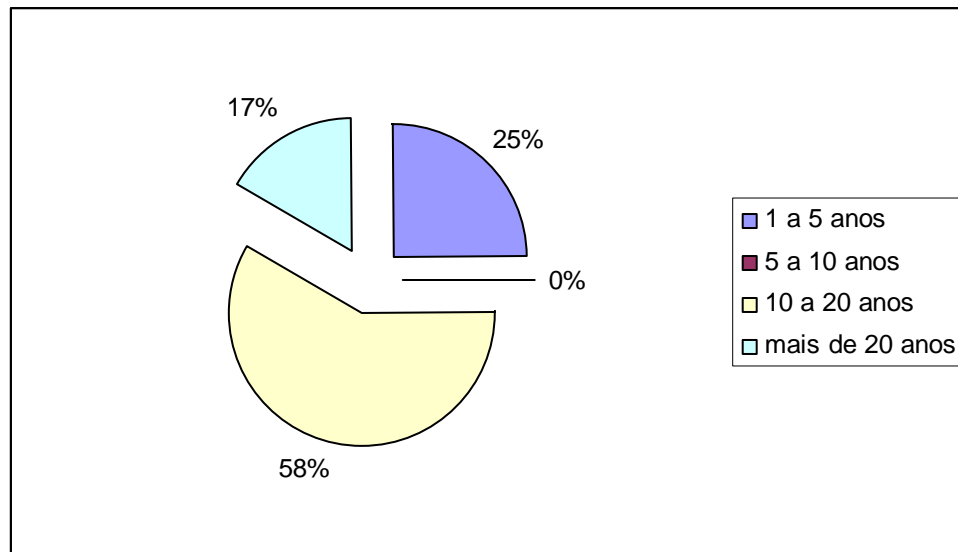


Gráfico 2 – Tempo de serviço na rede estadual de ensino

58% das professoras trabalham na rede estadual de ensino por um tempo de 10 a 20 anos, as quais relataram à pesquisadora o quanto estão cansadas profissionalmente, assim como os 17% das professoras entrevistadas que trabalham a mais de 20 anos nesta profissão e dizem estar contando os dias para se aposentarem. Já 25% das professoras responderam que trabalham de 1 a 5 anos neste sistema educacional e disseram que estão dispostas a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e que vão fazer sua parte a cada dia.

4. Trabalha em mais de uma instituição escolar?

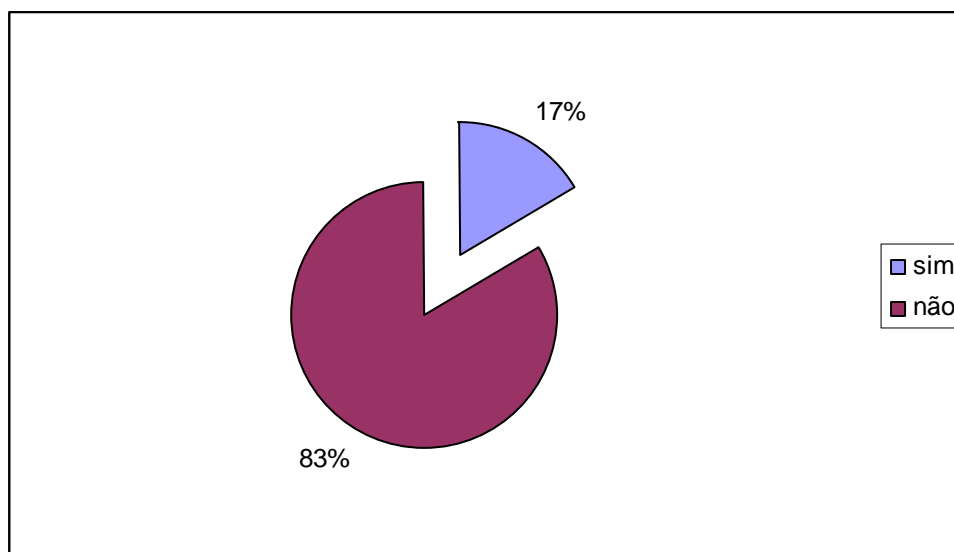


Gráfico 3 – Atuação em mais de uma instituição escolar

A maioria das professoras entrevistadas disse que trabalha apenas em uma instituição escolar devido alguns motivos que as impedem de atuarem em mais de uma escola, tais como: conciliação de horários, família, cursos, preparo das aulas, etc. No entanto, 17% das professoras disseram que com muito esforço – devido à necessidade financeira – trabalham em duas escolas.

5. Você se identifica com a profissão de educador (a)?

Todas as professoras responderam que se identificam com a profissão. Porém, algumas fizeram ressalvas dizendo que o sucesso do processo ensino-aprendizagem não depende apenas do professor pelo fato de ser uma parceria entre os pais, o professor e o aluno, ou seja, é um triângulo, onde o (a) aluno (a) deve estar no topo, mas nem sempre isso acontece. Por este motivo, disseram ainda que o educador acaba por prestar outros serviços aliados à educação e, conseqüentemente, assume outros papéis, tais como: pai, mãe, amigo, babá, psicólogo, fonoaudiólogo, conselheiro, enfermeiro, etc.

6. Por qual motivo escolheu esta profissão?

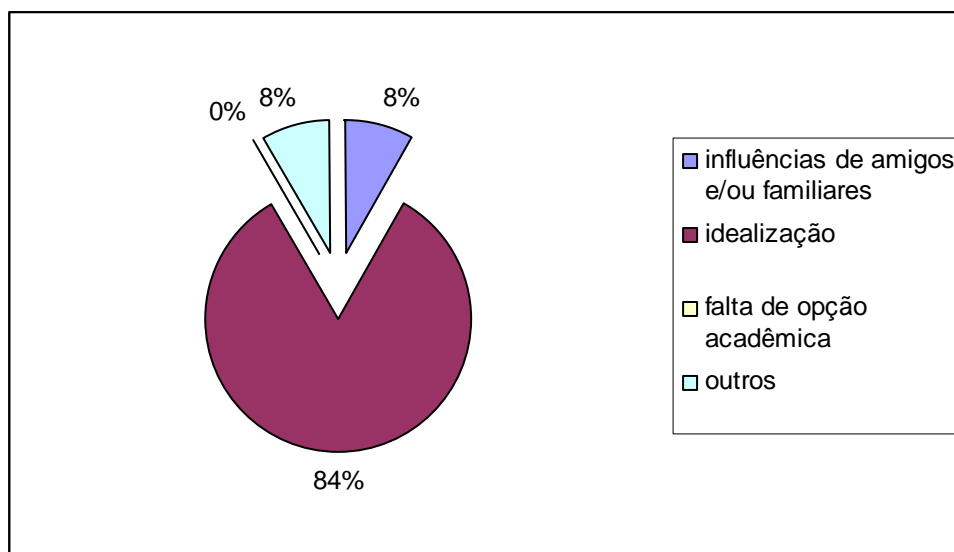


Gráfico 4 – Escolha da Profissão

Quanto à escolha da profissão, 84% das professoras responderam que fizeram esta opção por idealização, justificando que gostam do que fazem e que acreditam que podem contribuir para a melhoria da sociedade em nível educacional. No entanto, 8% das professoras entrevistadas disseram ter escolhido esta profissão por influências de amigos e/ou familiares ou por outro motivo, tal como: “Gosto da convivência com crianças, ensino e aprendo com elas”. A falta de opção acadêmica não foi assinalada por nenhuma professora, apesar que as mesmas comentaram que poderiam ter escolhido outro curso, mas um dos motivos pelo qual escolheram esta profissão foi que o curso de graduação com licenciatura em Pedagogia tem um custo menor comparando com os demais cursos existentes no mercado acadêmico.

7. Como considera o ritmo do seu trabalho?

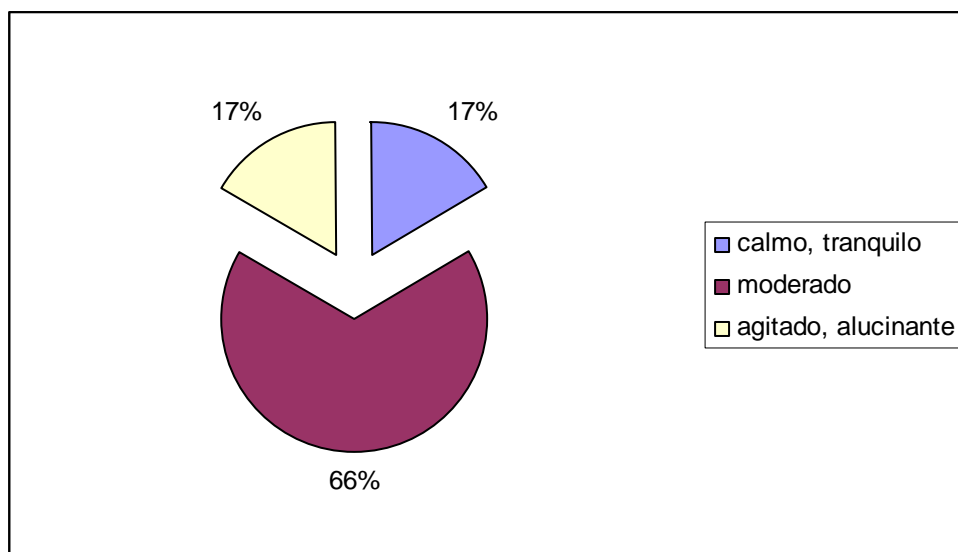


Gráfico 5 – Ritmo do trabalho docente

Esta pergunta impactou na resposta das entrevistadas, 66% responderam que seu trabalho tem um ritmo moderado. Outras professoras, com um percentual de 17% disseram que o ritmo de seu trabalho é agitado, alucinante e ainda comentaram que mal tem tempo para se cuidarem ou se dedicarem à família. As demais, com o mesmo percentual, disseram que seu trabalho tem um ritmo calmo, tranquilo.

8. Quais os pontos nevrálgicos encontrados na educação escolar em sua opinião?

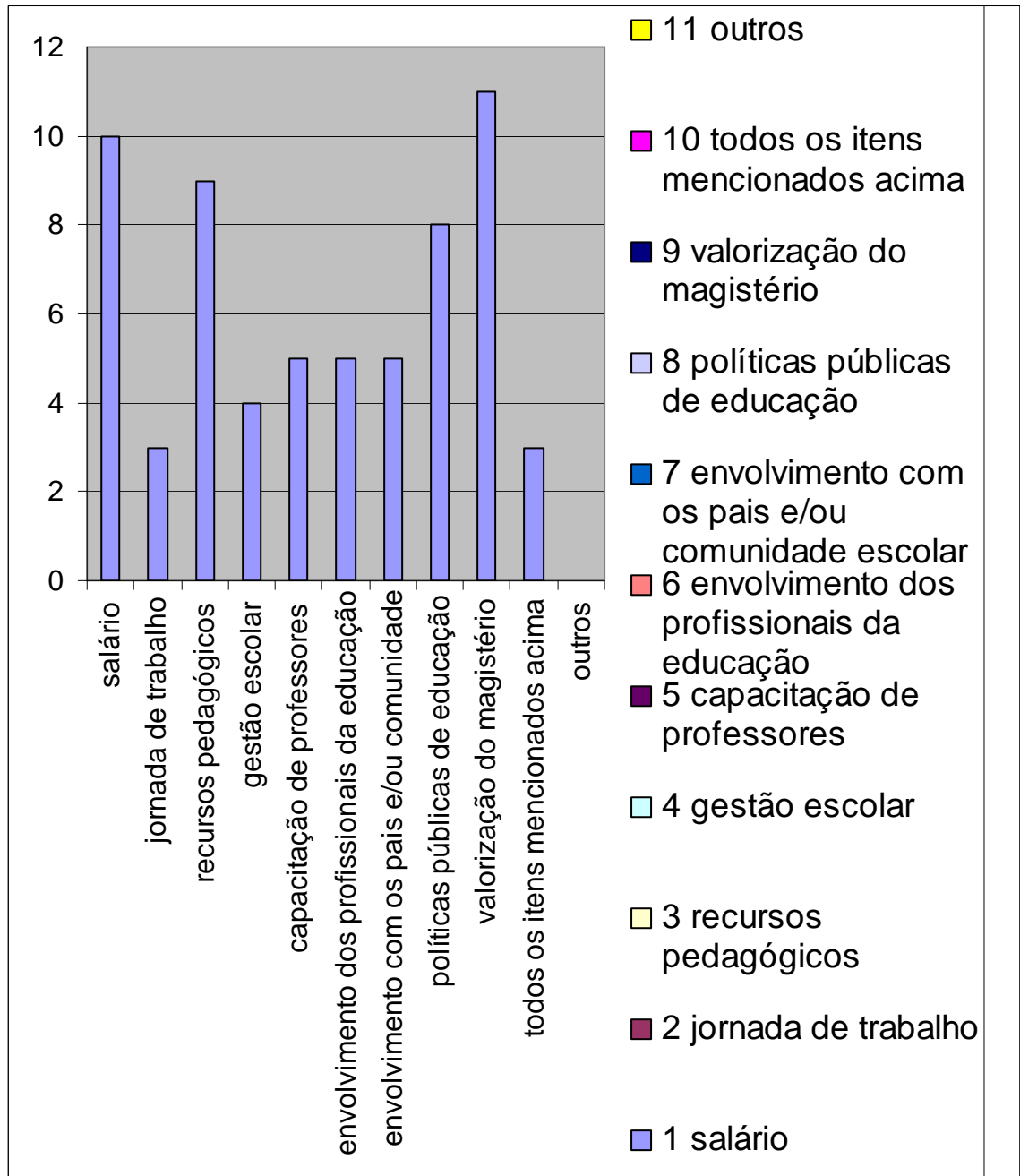


Gráfico 6 – Pontos nevrálgicos encontrados na educação escolar

Foram nove os pontos nevrálgicos apresentados às professoras entrevistadas, tirando a opção de múltipla escolha e o item: outros. As respostas

variaram bastante. Dentre estes pontos, o que mais chamou a atenção delas foi o que se refere à valorização do magistério, ponto culminante em que estas profissionais apontam como fator influenciador na negatividade da educação escolar, uma vez que a maioria das professoras vê-se como peças chaves para o processo ensino aprendizagem.

Através deste tipo de gráfico, é possível vislumbrarmos que a dimensão objetiva representada pelo item: recursos pedagógicos é tão importante quantos os demais que representam a dimensão subjetiva do trabalhado docente.

9. Como você considera a educação escolar brasileira?

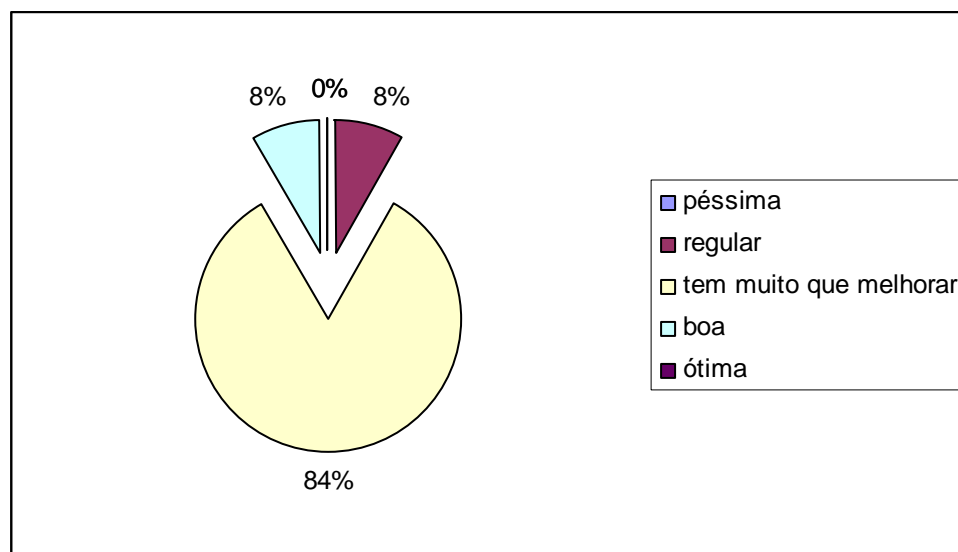


Gráfico 7 – Qualidade da educação escolar brasileira

Apenas 8% das professoras entrevistadas consideram a educação escolar brasileira boa ou regular. Nenhuma delas acha que seja ótima ou péssima. Porém, a grande maioria, ou seja, 84% destas profissionais acham que a educação tem muito que melhorar.

10. Como você lida com as novas tecnologias, especificamente da área da informática? (pergunta pessoal). Vide abaixo as diversas respostas listadas:

- “Basicamente o básico.”
- “Tenho dificuldades porque ainda não fui capacitada.”
- “Bem, embora utilize pouco na escola, utilizando mais em casa, na preparação das atividades.”
- “Muitas vezes, não sei como e por onde começar a usar o computador com os alunos.”
- “Razoavelmente bem, utilizo na preparação e aplicação de aulas.”
- “Como apoio pedagógico.”
- “Com tranquilidade, precisamos utilizar tudo para a melhoria da educação.”
- “Tenho conhecimentos nessa área, então não tenho dificuldades.”
- “Eu pessoalmente só sei os conhecimentos “básicos” que utilizo no meu dia-a-dia, preciso me aperfeiçoar e me capacitar muito.”
- “Procuro utilizá-la como apoio pedagógico.”
- “Não tenho nenhuma experiência com a tecnologia.”
- “Como apoio pedagógico.”

As respostas acima variaram bastante, mas poucas professoras responderam que lidam com as novas tecnologias de maneira tranquila e também poucas fizeram menção quanto à importância destes recursos em sua vida profissional.

11. Já fez ou faz algum curso de capacitação para professores? Qual ou quais? (pergunta pessoal). Vide abaixo as diversas respostas listadas:

- “Sim, oferecido pela rede Letra e Vida, Teia do Saber (1º módulo).”
- “Sim, Teia do Saber, Letra e Vida.”
- “Não.”
- “Sim, vários. Os que lembro são: PEC (Programa de Ed. Continuada), Capacitação de Informática, Letra e Vida (Alfabetização), um outro sobre alfabetização.”

- “Vários; Informática, Teia, Gestão.”
- “Sim, Letra e Vida.”
- “Sim, Letra e Vida e Teia do Saber 1º módulo.”
- “Sim. O último foi o “Letra e Vida”.
- “Sim. Letra e Vida”.
- “Vou iniciar Ler e Aprender.”
- “Letra e Vida.”
- “Não, o pouco que faço foi sem curso.”

Das respostas obtidas nesta questão, apenas duas professoras disseram que já participaram de algum curso de informática. As demais citaram cursos voltados para a alfabetização e outras admitiram não terem feito qualquer tipo de curso oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo ou por outro sistema.

Ao fazer um link entre as respostas das questões número 10 e 11, é possível percebermos que poucas professoras demonstram “intimidade” com a área informacional, apesar de considerarem importante conhecer, ou ainda, tê-la como apoio pedagógico.

12. Em sua opinião o professor tem autonomia pedagógica? (pergunta subjetiva). Vide abaixo as diversas respostas listadas:

- “Sim.”
- “Sim.”
- “Nem sempre”.
- “Só dentro da sala”.
- “De certa forma sim”.
- “A autonomia do professor é um processo que busca uma ação consciente, no que diz respeito às condições de trabalho, quanto à efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O professor constrói sua autonomia a partir das dinâmicas presentes na ação educativa. Essa postura, no exercício da docência, pode possibilitar

ao aluno o exercício crítico. “Ensinar exige liberdade e autoridade” (Paulo Freire)”.

- “Sim, ele deve e pode ousar, não haverá grandes problemas se houver resultados positivos”.
- “Depende da unidade, muitas escolas que o professor vai trabalhar já têm uma linha a seguir”.
- “Sim, muitas vezes até demais, pois nem todos se dedicam. Porém, para aqueles que levam sua profissão a sério, é muito bom preparar suas aulas de acordo com o que você acredita”.
- “Temos “dentro” de sala de aula”.
- “Nem sempre, pois às vezes é imposta a metodologia que devemos colocá-la em prática”.
- “Nem sempre, pois muitas vezes já vem imposto o que deve ser feito e o professor deve cumprir”.

Estas respostas são de caráter subjetivo. Por isso, as professoras responderam de acordo com sua realidade escolar partindo de seus princípios, crenças e objetivos vivenciais.

No entanto, a autonomia pedagógica é da natureza do trabalho do professor, ele é condicionado pelos fatores que estão à disposição dele, como por exemplo: o número de alunos, recursos didático-pedagógicos disponíveis a ele, condições de trabalho, entre outros. Partindo da minha prática pedagógica, arrisco dizer que o docente não tem autonomia quanto ao currículo desenvolvido em sua prática, porém, concordo com as colegas que responderam que é preciso ousar para ter resultados positivos, através do preparo das aulas de acordo com o que se acredita, assim haverá comprometimento e, conseqüentemente, êxito no processo ensino-aprendizagem.

A autonomia do professor está cada vez mais limitada por conta de uma hierarquização existente no interior da unidade escolar quanto à organização da escola, além da divisão de atividades relacionadas ao ensino, caracterizando a

fragmentação do trabalho docente inserido num contexto burocrático. Assim confirma Hypólito (1991, p.3):

(...) “Apesar dessas modificações nem sempre mostrarem-se aparentes, substancialmente a escola transitou de um modelo tradicional, que se caracterizava pela autonomia do professor em relação ao ensino e à organização escolar e por processos burocráticos praticamente inexistentes, para um modelo técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e à organização da escola – divisão de tarefas, formas de controle, hierarquização –, enfim, por uma marca burocrática muito acentuada.”

13. Você utiliza algum tipo de recurso pedagógico para o preparo das aulas enquanto está na Unidade Escolar?

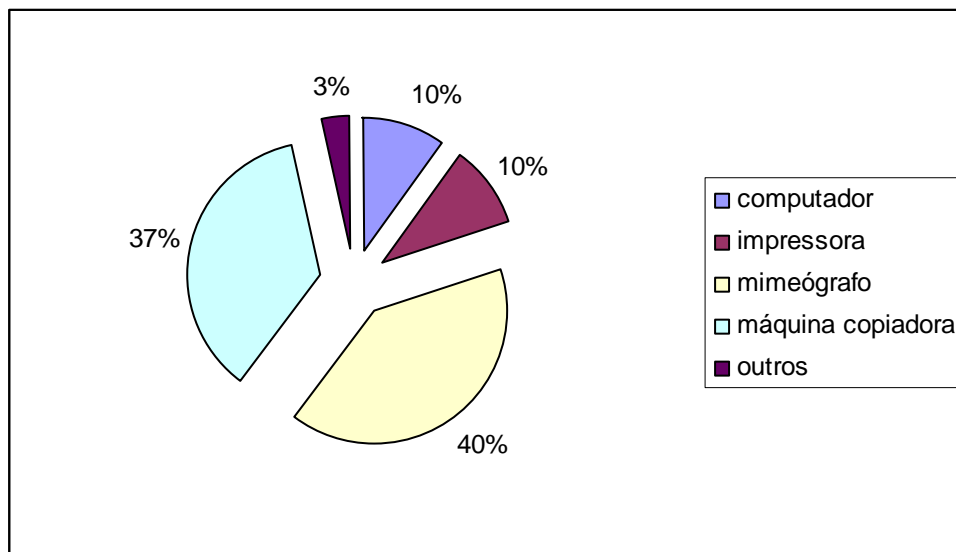


Gráfico 8 – Recurso pedagógico utilizado para o preparo das aulas na unidade escolar.

O computador e a impressora representaram 10% das respostas das professoras quanto ao recurso pedagógico utilizado na Unidade Escolar. A máquina copiadora representou apenas 37% das respostas. Porém, houve ressalvas nos questionários pelo fato deste equipamento fazer parte do patrimônio da escola somente após o segundo trimestre do ano de 2008, isto quando não está em manutenção. Além disso, uma das entrevistadas que representa 3% do

gráfico acima, respondeu: “Preparo minhas aulas em casa, utilizo computador e impressora”, dispensando desta forma, o uso de outros equipamentos.

No entanto, o mimeógrafo se fez presente em 40% das respostas. As professoras afirmaram que, na Unidade Escolar este recurso é o mais acessível, além de oferecer menor custo.

14. Com que frequência utiliza o(s) recurso(s) mencionado(s) acima, na Unidade Escolar?

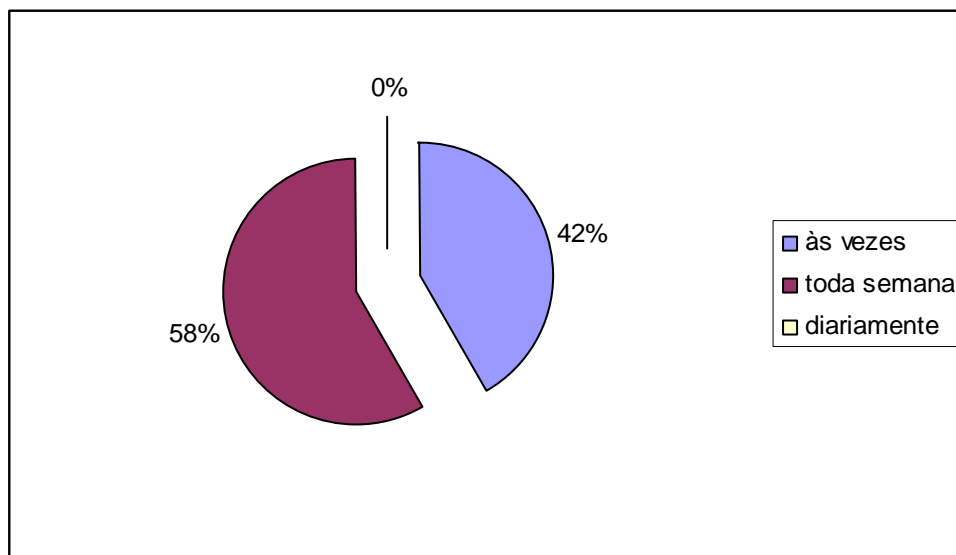


Gráfico 9 – Frequência da utilização dos recursos pedagógicos citados no gráfico 8.

Tendo em vista que o recurso pedagógico mais utilizado na Unidade Escolar é o mimeógrafo – de acordo com o gráfico 8 – deduzimos que o mesmo seja utilizado toda semana por pelo menos 58% das entrevistadas, entre outros recursos. Porém, 42% das professoras disseram que utilizam os recursos pedagógicos supra mencionados às vezes e nenhuma delas disse que utiliza diariamente.

15. Você utiliza o mimeógrafo como recurso pedagógico?

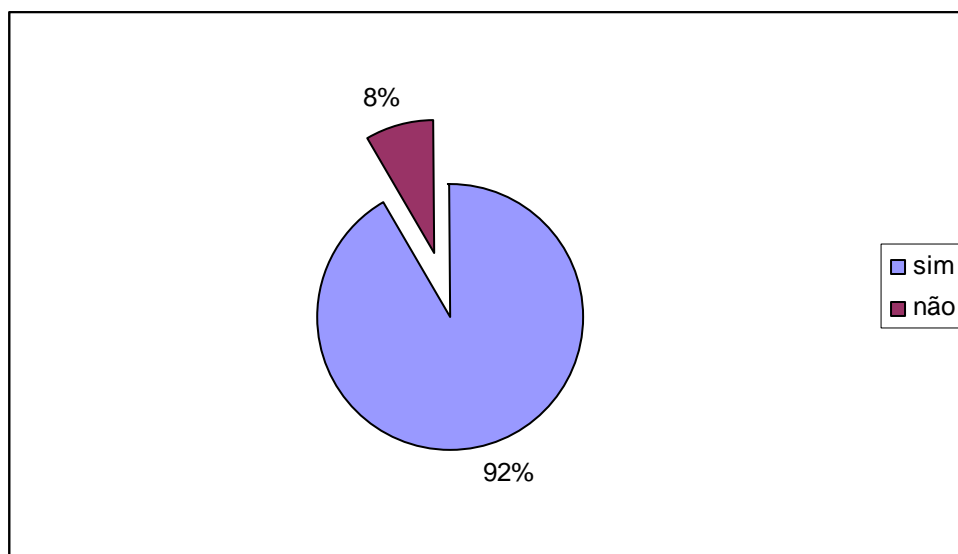


Gráfico 10 – Utilização do mimeógrafo como recurso pedagógico

Apesar das professoras terem respondido anteriormente que utilizam outros recursos pedagógicos além do mimeógrafo, 92% delas admitiram fazer uso deste equipamento. Somente 8% disseram não utilizá-lo. Através destes percentuais, pode-se concluir que o mimeógrafo faz parte do dia-a-dia do corpo docente por ser utilizado corriqueiramente.

16. Você possui um mimeógrafo em seu lar?

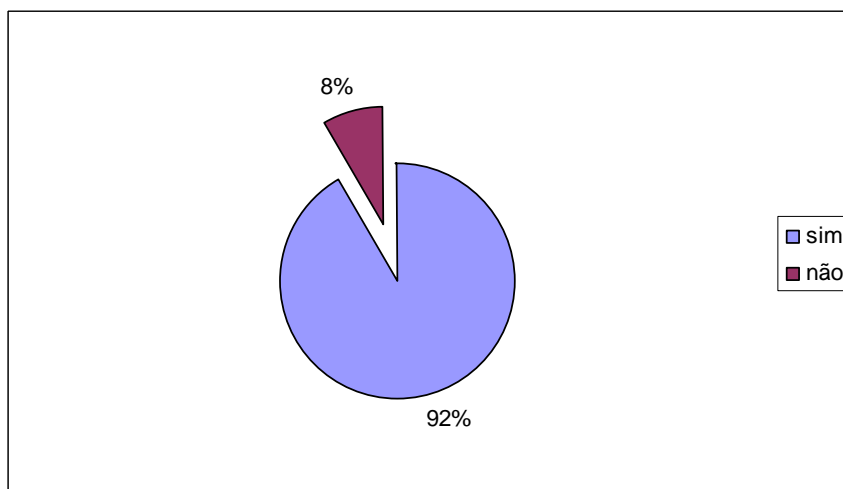


Gráfico 11 – Aquisição do mimeógrafo por parte das professoras

Assim como no gráfico anterior, inclusive com os mesmos percentuais, pode-se concluir que o mimeógrafo é um parceiro das professoras, tanto na Unidade Escolar como em seus lares.

17. Comprou o mimeógrafo novo, usado ou ganhou de alguém?

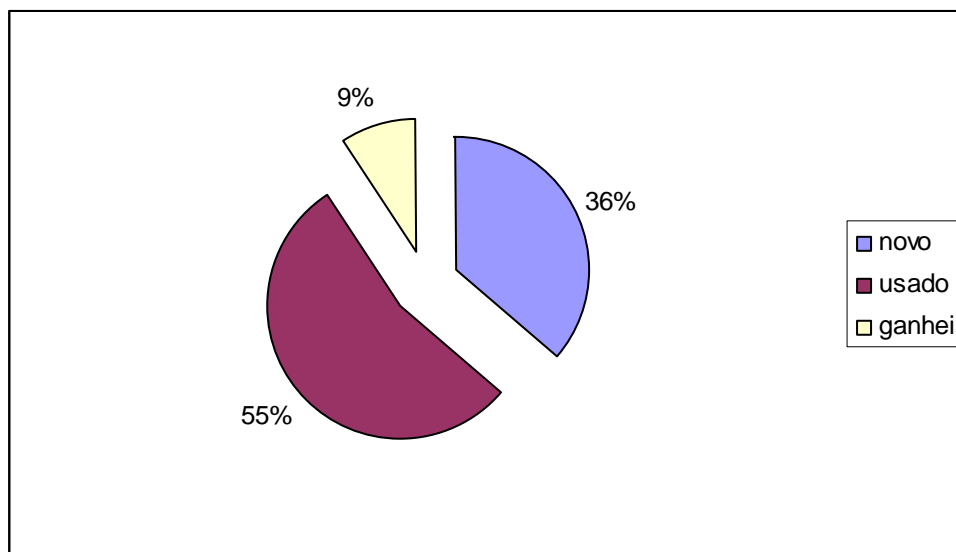


Gráfico 12 – Condições para a aquisição do mimeógrafo por parte das professoras

55% das professoras entrevistadas adquiriram um mimeógrafo usado, 36% compraram o equipamento novo e 9% disseram que ganharam este recurso pedagógico, revelando assim que o mesmo é duradouro, pode ser conservado e passado de uma pessoa para a outra.

18. Há quanto tempo adquiriu este equipamento?

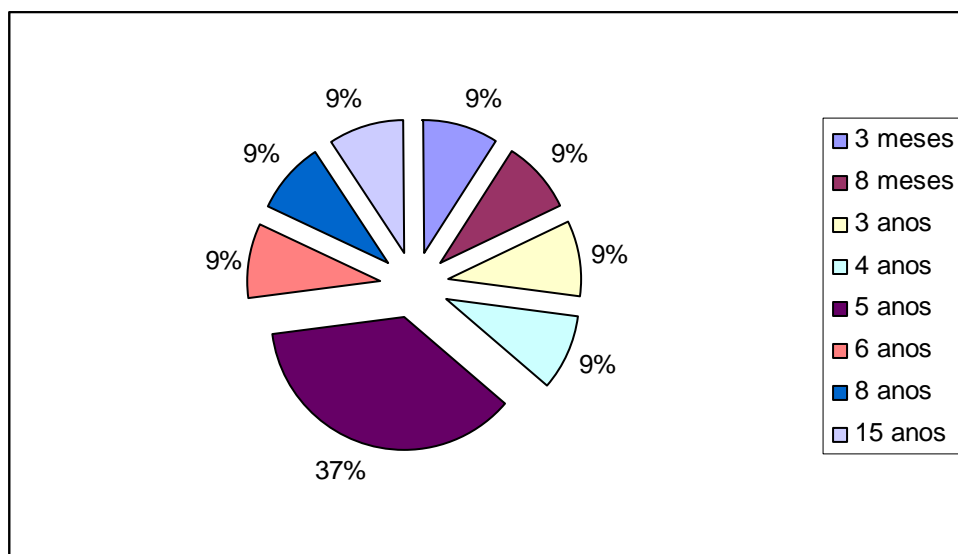


Gráfico 13 – Tempo de aquisição do mimeógrafo após ingresso no magistério

Quanto à aquisição do mimeógrafo as respostas variaram bastante. Seja com menos de um ano de ingresso no magistério conforme demonstrado no gráfico acima ou com mais de cinco anos, entende-se que este recurso didático é relevante para o trabalho pedagógico, pois a maioria destas profissionais quis e/ou precisou adquiri-lo.

19. O mimeógrafo é importante para o trabalho pedagógico?

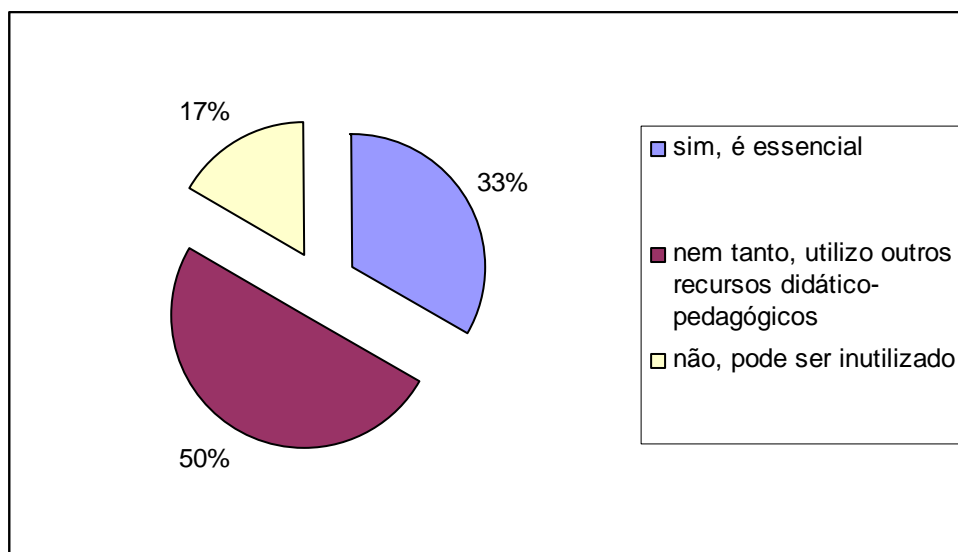


Gráfico 14 – Importância do mimeógrafo para o trabalho pedagógico

Apenas 17% das professoras disseram que o mimeógrafo não é importante para o trabalho pedagógico, podendo ser inutilizado. 50% admitiram que o mesmo não é tão importante, pois utilizam outros recursos didático-pedagógicos. No entanto, 33% destas profissionais expressaram a importância do mimeógrafo como equipamento essencial para seu trabalho.

20. Além do mimeógrafo, quais os materiais que você necessita para preparar as aulas?

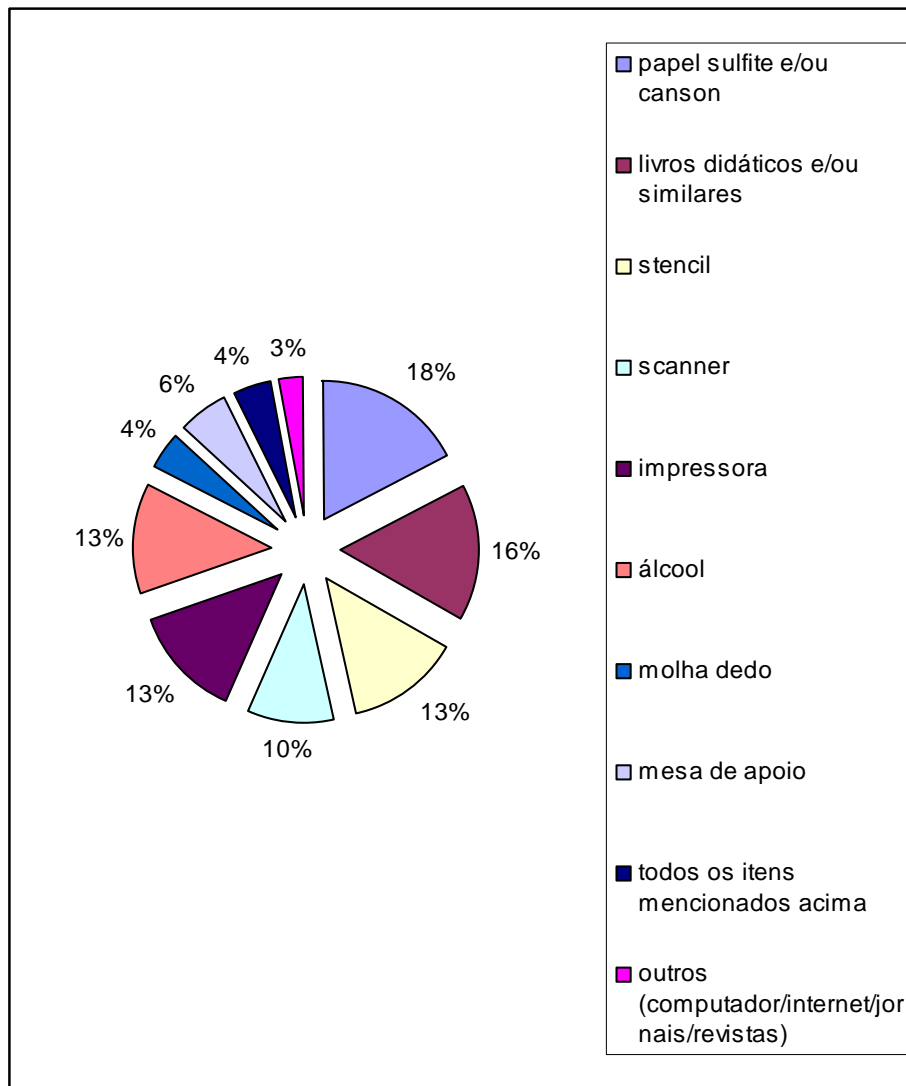


Gráfico 15 – Materiais necessários para o preparo das aulas

Como podemos perceber o mimeógrafo necessita de outros materiais para ser utilizado, principalmente papel sulfite e/ou canson (18%), livros didáticos e/ou similares (16%), álcool e stencil (13%). As demais relativas aos materiais necessários para o preparo das aulas, estão relacionadas ao uso do computador e outros recursos tecnológicos, conforme gráfico acima.

21. Como você considera a qualidade das atividades feitas com o mimeógrafo?

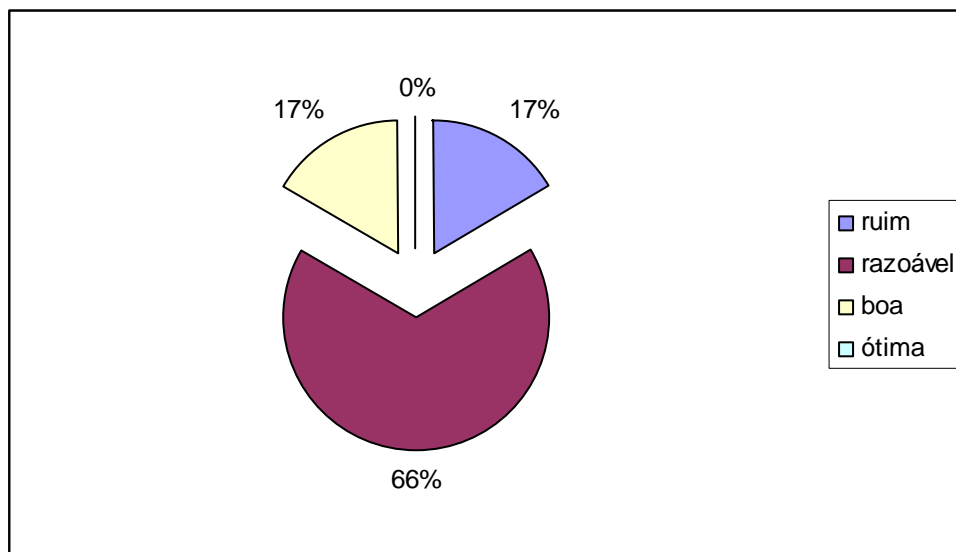


Gráfico 16 – Qualidade das atividades produzidas através do mimeógrafo

Nenhuma professora considera a qualidade das atividades produzidas através do mimeógrafo de ótima qualidade. 17% delas as consideram ruim ou boa e 66% disseram que as atividades têm uma qualidade razoável quando produzidas por meio deste recurso didático-pedagógico. Pessoalmente, comentaram que muitas vezes tem que reforçar a cópia gerada com o lápis e/ou caneta porque a mesma não sai totalmente legível, refletindo diretamente no entendimento dos discentes.

22.A qualidade das atividades preparadas por meio do mimeógrafo depende:

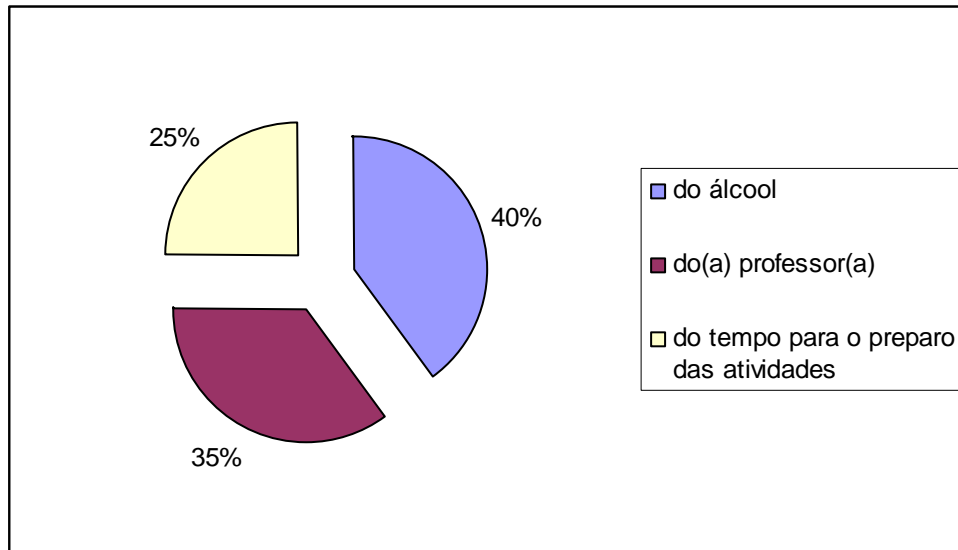


Gráfico 17 – Fatores que possibilitam a qualidade das atividades preparadas através do mimeógrafo

Na opinião de 40% das professoras, o álcool é o grande responsável pela qualidade das atividades preparadas através do mimeógrafo. Inclusive, na lista de materiais dada aos pais dos alunos no início do ano escolar, pede-se $\frac{1}{2}$ litro de álcool 92,8%, grau considerado de melhor qualidade, ou as professoras compram com seu próprio recurso financeiro álcool em postos de combustíveis porque disseram que é o melhor de todos os álcoois existentes no mercado. Além do álcool, 25% das professoras responsabilizam o tempo para o preparo das atividades como fator determinante para a qualidade das mesmas. 35% das professoras admitem que a qualidade das atividades dependa delas mesmas, fazendo-nos refletir o quanto é necessária dedicação, empenho e comprometimento a começar do preparo das atividades.

23. Há desperdício de materiais com a utilização do mimeógrafo?

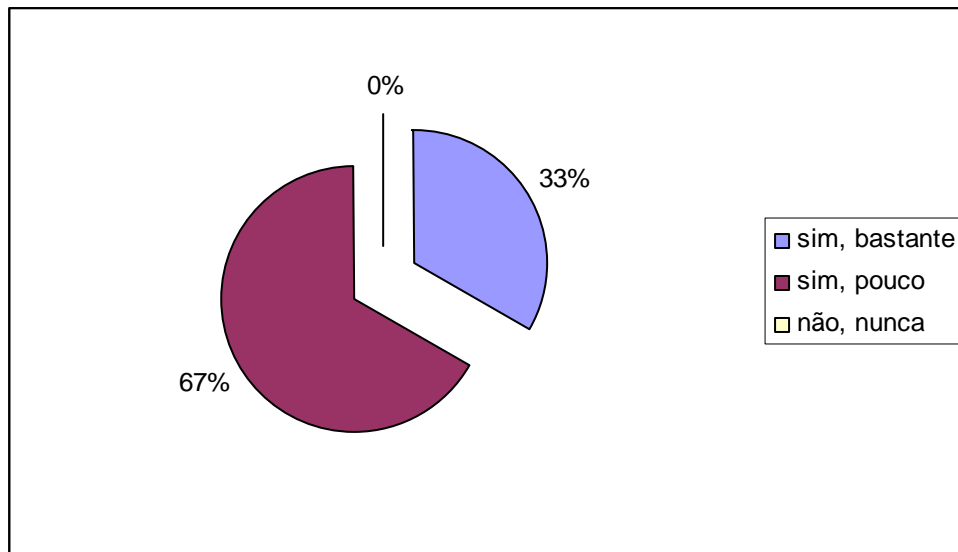


Gráfico 18 – Desperdício de materiais com a utilização do mimeógrafo

Pelo gráfico acima podemos notar que o desperdício de materiais com a utilização do mimeógrafo não é nulo, ou seja, quando o mesmo é utilizado sempre há desperdício, seja pouco (33% das respostas) ou bastante (67% das respostas). Acredita-se que este fato incide diretamente no professor que necessita de um tempo maior para o preparo das atividades, desgastando-se fisicamente; no aluno que muitas vezes recebe cópias quase ilegíveis para a realização das tarefas escolares, além de ter que comprar o material solicitado no início do ano escolar “em excesso”, já considerando os desperdícios que virão no decorrer do período letivo. Não podemos nos esquecer que o desperdício afeta consideravelmente o meio ambiente, prejudicando o desenvolvimento sustentável da sociedade em que estamos inseridos.

24. Você considera fácil e prático o manuseio do mimeógrafo?

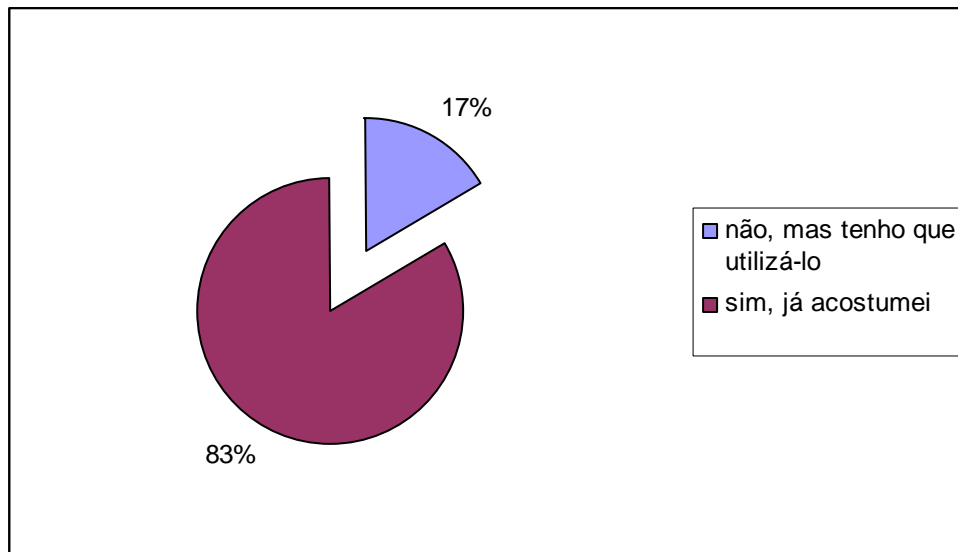


Gráfico 19 – Praticidade e/ou facilidade no manuseio do mimeógrafo

Somente 17% das professoras não consideram o manuseio do mimeógrafo fácil e prático, mas disseram que tem que utilizá-lo, talvez por falta de opção por não ter outro recurso didático-pedagógico disponível na Unidade Escolar, tanto quanto este. Quase todas as professoras, 83%, consideram o manuseio deste equipamento fácil e prático, pois já se acostumaram, revelando mais uma vez que o mesmo faz parte do cotidiano escolar.

25. Você prepara as aulas com o mimeógrafo:

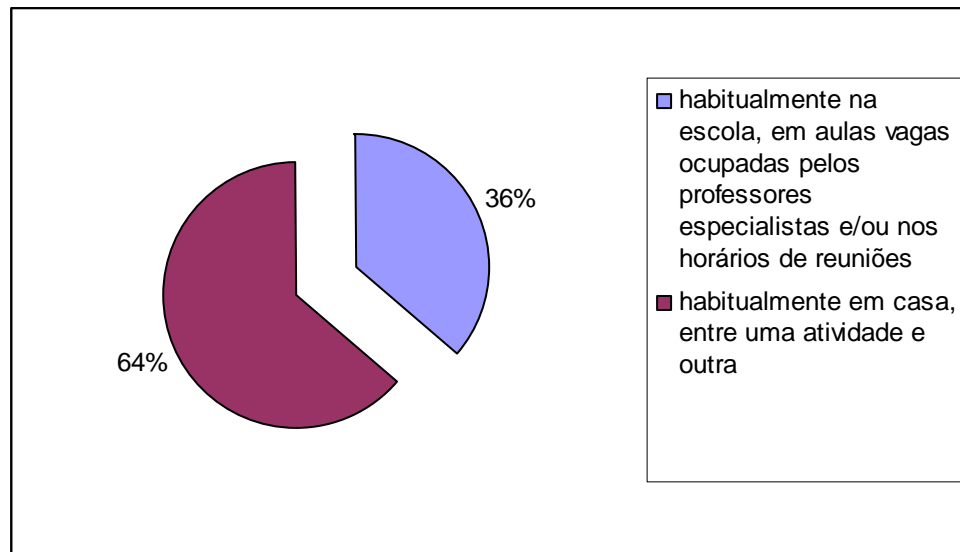


Gráfico 20 – Local de preparo das aulas por meio do mimeógrafo

64% das professoras entrevistadas preparam suas aulas por meio do mimeógrafo habitualmente em casa entre uma atividade e outra, fator que contribui substancialmente para o estresse das mesmas, já que seu tempo tem que ser dividido entre o trabalho, a família, os amigos, a própria profissional que obviamente necessita de cuidados particulares, etc., e o pior, não há acréscimo no salário por este trabalho extra. 36% delas utilizam o tempo em que estão na escola para preparar as aulas com o mimeógrafo. Porém, sabe-se que o preparo destas aulas não acontece somente em períodos “vagos”, mas também simultaneamente às aulas, fator prejudicial para o processo ensino-aprendizagem já que a professora muitas vezes deixa de dar atenção aos alunos para “rodar” atividades no mimeógrafo, ocupando o tempo dos mesmos com atividades “mecânicas” que não necessitam de acompanhamento para a execução das mesmas, conseqüentemente não contribuem para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

26. Quanto você acha que pesa um mimeógrafo?

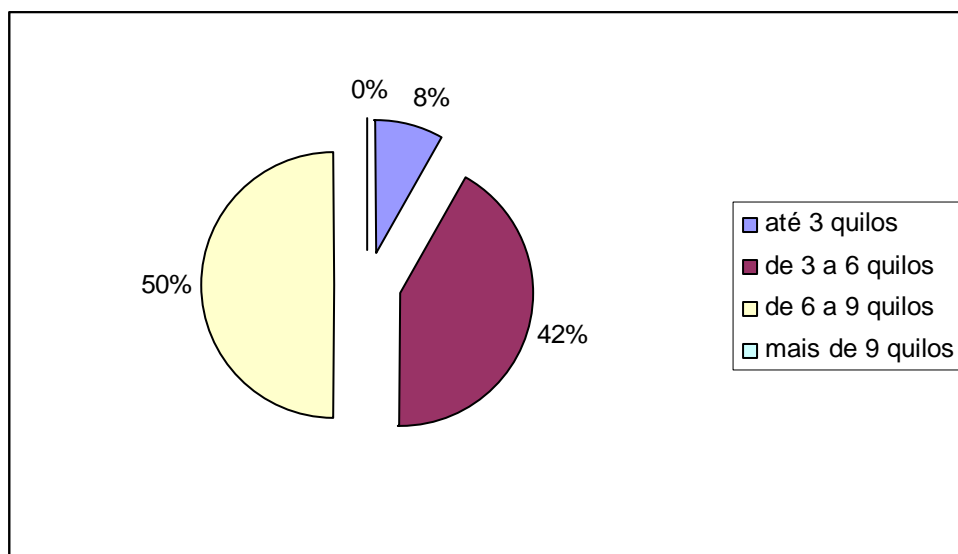


Gráfico 21 – Opinião das professoras quanto ao peso do mimeógrafo

Surpreendentemente, nenhuma das professoras entrevistadas acertou o peso do mimeógrafo utilizado na unidade escolar que serve como objeto deste estudo. O modelo utilizado na Unidade Escolar em que atuamos é o demonstrado no capítulo 1, item 1.4, descrito como mimeógrafo moderno (amarelo), o qual pesa 9, 225 quilos. Todas elas disseram que este equipamento pesa menos que isto, ou seja, não tem noção do peso do mesmo, nunca se interessaram em saber ou isto é o que menos importa para elas, uma vez que nem sempre são as docentes que o carregam, vez por outra, pedem para os alunos prestarem este "favor" a elas.

27. Você sente dificuldade em transportar este equipamento?

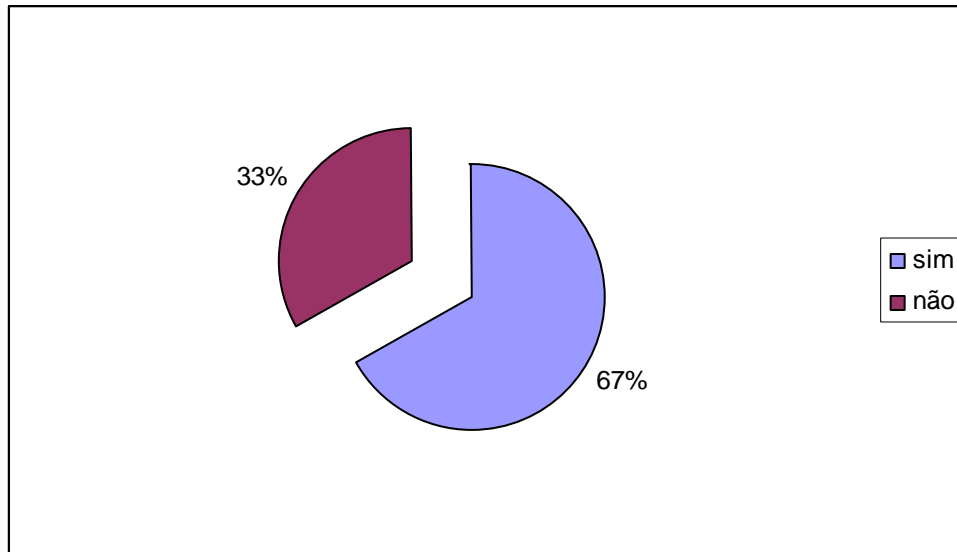


Gráfico 22 – Dificuldade no transporte do mimeógrafo

Contraditoriamente às respostas do gráfico anterior, mais da metade das professoras (67%), disseram que sentem dificuldade em transportar o mimeógrafo pelo fato do equipamento ser muito pesado e incômodo para ser carregado. Chegaram a comentar e/ou solicitar à direção que fosse feita um mesa com rodinhas para o transporte do mesmo. Porém, o assunto não mereceu destaque no momento em que foi levantado, o argumento é que não havia nenhum móvel deste tipo para o transporte de tal equipamento, muito menos algum funcionário "disponível" para fazê-lo. O assunto então foi encerrado sem mais delongas e ficou por isso mesmo. As professoras vêem-se diante de certas dificuldades no seu dia-a-dia, mas não reenvindicam seus direitos como seres humanos, muito menos como sujeitos coletivos que são. Não têm esta ciência que em grupo podem mudar a realidade momentânea do universo escolar a fim de buscar a melhoria na qualidade do ensino. Este é apenas um exemplo do que acontece nos bastidores de uma escola pública estadual da cidade de São Paulo, Capital, fator gerador de estresse, desmotivação e descompromisso profissional.

28. Você já se afastou do trabalho em decorrência da utilização do mimeógrafo ou conhece alguém que tenha se afastado?

Todas as professoras entrevistadas responderam que não conhecem alguém que tenha se afastado em virtude da utilização do mimeógrafo e afirmaram nunca terem se afastado por este motivo.

29. Quais doenças você tem conhecimento que podem ser ocasionadas por meio da utilização do mimeógrafo?

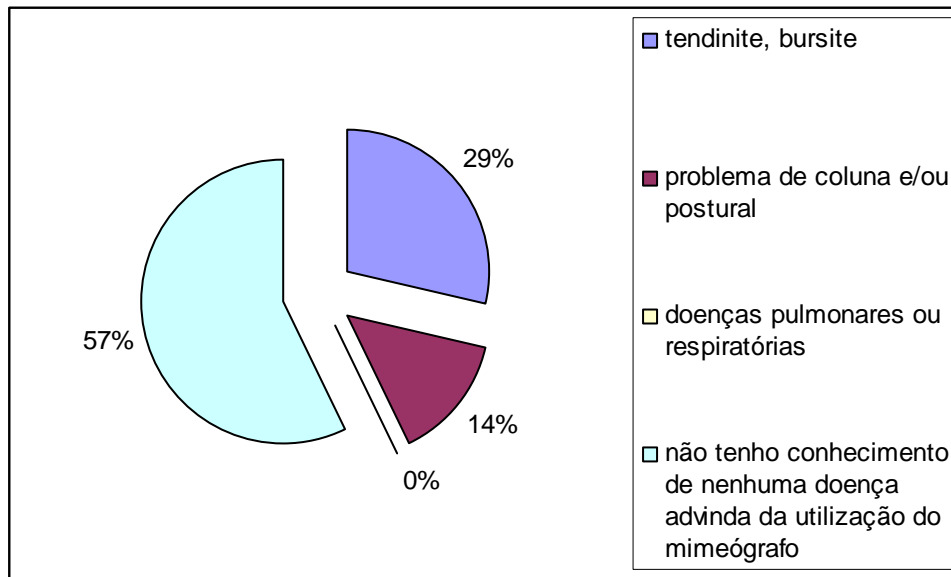


Gráfico 23 – Doenças ocasionadas por meio da utilização do mimeógrafo

Apesar da unanimidade nas respostas quanto ao não conhecimento de alguém que tenha se afastado em virtude da utilização do mimeógrafo, 14% das professoras pensam que o manuseio deste equipamento pode causar problema de coluna e/ou postural e 29% acreditam que os movimentos executados por meio do mimeógrafo podem gerar tendinite ou bursite. As demais não têm conhecimento de nenhuma doença advinda da utilização do mesmo, nem mesmo de doenças pulmonares ou respiratórias.

No entanto, como pesquisadora e professora conheço uma pessoa que se afastou do serviço pelo fato de ter adquirido uma doença pulmonar, segundo ela por causa do álcool utilizado no preparo das atividades por meio do mimeógrafo.

Esta professora disse que começou a sentir dificuldade para respirar, além de tosses e dores nas costas, foi aí que procurou um médico clínico que a encaminhou para um pneumologista, que por sua vez, ao investigar, diagnosticou a doença como inflamação bronco-pulmonar decorrente das substâncias existentes na composição do álcool utilizado frequentemente por esta profissional.

Além deste caso, ouvi relatos de afastamento decorrentes de fortes dores nos ombros, braços e mãos diagnosticados como tendinite, bursite e outras que afetam a musculatura e/ou a postura, devido ao grande número de movimentos repetitivos como gerar inúmeras cópias no mimeógrafo ou passar lição na lousa.

30. Quanto à manutenção do mimeógrafo, pode ser reparado facilmente?

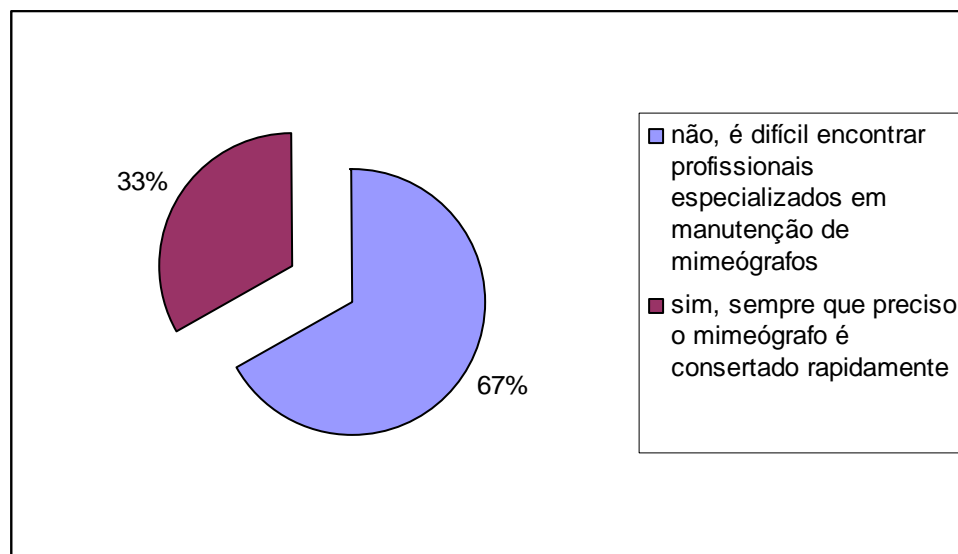


Gráfico 24 – Facilidade quanto à manutenção do mimeógrafo

67% das professoras entrevistadas sentem dificuldades em encontrar profissionais especializados em manutenção de mimeógrafos, estas disseram que pelo fato do mundo contemporâneo pertencer ao universo cibernético, está cada vez mais restrito à disponibilidade destes profissionais no campo educacional. Porém, 33% destas profissionais disseram que sempre que precisam o mimeógrafo é consertado rapidamente, mas fizeram a ressalva que conseguem rapidez no conserto de seus equipamentos porque os trazem para a unidade escolar que já possui a um bom tempo um profissional especializado neste

serviço, o qual atende prontamente tanto a escola, quanto às professoras que integram o quadro do magistério da mesma, com atendimento individualizado e/ou particular.

5.2.2. Observação Participante

Entende-se neste trabalho que a observação participante consiste em a pesquisadora manter contato direto com o objeto e/ou situação pesquisada para posteriormente descrever detalhadamente o que foi observado com apontamentos de acordo com seu ponto de vista, ou seja, é dado um sentido à experiência vivenciada. Assim confirma Chizzotti (2005, p.90-91):

“A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista.

A observação direta pode visar uma descrição “fina” dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. A observação pode ser participante: experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos. A descrição e a compreensão podem estar compostas em uma *observação compreensiva dos participantes* descrevendo suas ações no contexto natural dos atores. A atitude participante pode estar caracterizada por uma partilha completa, duradoura e intensiva da vida e da atividade dos participantes, identificando-se com eles, como igual entre pares, vivenciando todos os aspectos possíveis da sua vida, das suas ações e dos seus significados. Neste caso, o observador participa em interação constante em todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentido dessas ações, e interrogado sobre as razões e significados dos seus atos.”

Como observadora participe desta pesquisa, farei primeiramente a caracterização da unidade escolar em que atuo para podermos mensurar a dimensão do universo pesquisado frente à realidade vivenciada no mesmo, conforme regimento escolar.

Esta escola pertence à rede estadual de Ensino Fundamental – Ciclo I – 1ª a 4ª série, localizada no bairro Jardim Marília situada na cidade de São Paulo,

Capital, área jurisdicionada à Diretoria de Ensino Leste - 4, ministrado em dois períodos de acordo com os currículos constantes em sua proposta pedagógica.

Foi fundada em 07/04/1999, de acordo com a publicação em Diário Oficial do Estado por meio do Decreto de n. 43.939, com um nome antigo que foi atualizado para o nome que está em funcionamento em 09/09/2004 (os nomes serão preservados tendo em vista se tratar de uma pesquisa científica de grande abrangência), alterado pela Lei 11.795, conforme Ato de Criação da Unidade Escolar.

É mantida pelo poder público estadual e administrada pela Secretaria Estadual de Educação, com base nos dispositivos vigentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96 e Regimentais Básicas – parecer do Conselho Estadual de Educação n. 67/98.

Segundo histórico da instituição, o comando da Unidade Escolar passou por vários diretores, os quais procuraram adequar os ambientes da escola e criar condições para que os docentes e discentes desenvolvessem um trabalho pedagógico tranqüilo e harmonioso.

A comunidade embora participe das atividades desenvolvidas pela escola, não atua efetivamente das tomadas de decisões, pois poucos pais comparecem às reuniões de APM (Associação de Pais e Mestres) e Conselho de Escola.

A clientela da Unidade Escolar é formada por crianças na faixa etária dos 06 aos 10 anos de idade, crianças na sua maioria oriundas de lares de classe média baixa.

O horário de funcionamento da escola é das 07h15min às 19h00, dividido em dois turnos (manhã e tarde), admitindo-se o funcionamento de um terceiro turno diurno apenas nos casos em que o atendimento à demanda assim o exigir. Dada à faixa etária a que se destina a escola atualmente, não é oferecido o ensino no período noturno.

Essa escola oferece a carga de 1.000 (mil) horas, ministradas em duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar. Considera-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas planejadas pela escola desde que contem

com a presença de professores e a frequência controlada dos alunos. Para cumprimento da carga horária prevista em lei, o tempo de intervalo entre uma aula e outra, assim como o destinado ao recreio, serão considerados como atividades escolares e computadas na carga horária diária de classe ou proporcionalmente na duração de aula de cada disciplina.

Tem como princípio a Gestão Democrática que objetiva possibilitar à escola maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade de ensino ministrado.

A unidade escolar em que atuo dispõe de poucos recursos didático-pedagógicos, os quais são insuficientes para o bom andamento do trabalho docente, já que o professor necessita preparar suas aulas com antecedência para que possa cumprir o objetivo almejado nas mesmas, visando à qualidade do processo ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores solicitam materiais pedagógicos e/ou recursos didáticos, mas recebem como respostas argumentos do tipo: “não temos verbas para isto”; “nosso orçamento está apertado ou mesmo devedor”; “temos outras prioridades”, etc.

Há certa distância no relacionamento entre as docentes e entre as mesmas e a administração da escola quanto à integração pessoal e funcional destas profissionais. Percebe-se que o relacionamento interpessoal acontece por mera formalidade, digamos por sobrevivência dentro da unidade escolar, pois muitas vezes acontecem fatos importantes no interior da escola onde alguns funcionários nem sequer tomam conhecimento do acontecido, ou fica sabendo após vários dias por acaso ou porque um (a) colega contou. Posso citar um exemplo: os funcionários da frente de trabalho (agentes escolares e inspetores de alunos) foram trocados por outras pessoas, tendo em vista que o contrato de trabalho expirou-se. No entanto, nós professoras, só ficamos sabendo quando os novos funcionários já estavam com a "mão na massa" na unidade escolar. Porém, não fomos apresentados a qualquer um que seja, não sabemos nem mesmo o nome deles, assim também aconteceu com os alunos que ficaram sem entender nada, sem saber a quem direcionar uma queixa na hora do intervalo, solicitar algo, etc.

Esses e outros fatores semelhantes constataam a falta de integração ou talvez de organização por parte da gestão escolar. Além disso, é alvo de comentários nos corredores da escola, levando a classe trabalhadora a se sentir menos importante do que gostaria de ser perante o coletivo.

Em relação à capacitação docente e ao desenvolvimento de projetos, a motivação grupal também fica muito aquém dos objetivos traçados na proposta pedagógica da unidade escolar, tendo em vista que ficamos há aproximadamente seis meses sem coordenadora pedagógica e quando contávamos com esta profissional, pouco ou nenhum projeto ou capacitação acontecia. A sensação que temos enquanto docentes é que somos "cada um por si e Deus por todos", onde cada professora ou no máximo um grupo de duas ou três professoras desenvolvem, vez por outra, algum projeto relacionado a alguma data cívica porque estas têm afinidade entre si, mas não por incentivo da gestora da escola.

Conforme mencionado no item 2.2. deste trabalho, de todo corpo docente da escola em que atuo, sou a única professora que faz parte de um programa de mestrado em educação. As demais não estão neste caminho por vários motivos, ou porque não tem tempo, não tem interesse, sentem-se cansadas profissionalmente, estão cursando a graduação em Pedagogia no momento, não são professoras efetivas pela SEE/SP - Secretaria Estadual de Educação da cidade de São Paulo, entre outros fatores que são impeditivos para a busca do aperfeiçoamento e/ou capacitação profissional.

Isso leva-nos a crer que não só intra unidade escolar, mas fora da escola faltam políticas públicas estimuladoras ao progresso docente no que diz respeito à capacitação desta categoria em nível de pós-graduação, evidenciando a visão míope que existe por parte do governo quanto à importância no investimento intelectual destes profissionais que atuam diretamente na formação de cidadãos atuantes, quer queira ou não, na sociedade civil.

5.2.3. Entrevista

A entrevista foi concedida à pesquisadora e/ou observadora partícipe por

um técnico de mimeógrafos, o qual mencionou seus dados pessoais, além de descrever sua rotina de trabalho com mimeógrafos e outras atividades voltadas à área educacional, assim como, as questões que cercam o uso e funcionamento do referido equipamento.

❖ Dados Pessoais:

Nome: Leomar Cândido Anacleto;

Idade: 38 anos;

Estado Civil: Casado;

Filhos: 2 (dois);

Formação: 2º grau completo

Profissão: Músico

➤ Como chegou a área educacional?

Por influência da esposa que é professora de educação básica I, a qual leciona na mesma instituição que a pesquisadora. Este profissional teve acesso ao mimeógrafo, trabalhando a princípio com a venda deste equipamento, mais tarde começou a fazer a manutenção do mesmo devido à percepção que não havia técnicos voltados para este fim. Desta forma, procurou a empresa “Facit” - fabricante de mimeógrafos – entre outros equipamentos, para fazer um curso a fim de aprofundar seus conhecimentos e dedicar-se a este segmento. Passou então a atender a domicílio e prestar serviço nas instituições escolares por indicação.

Atua nesta área há cinco anos, onde 90% do seu público alvo são PEB I – Professores de Educação Básica I, ou seja, atuantes nas séries iniciais – de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e esporadicamente PEB II – Professores de Educação Básica II (5ª a 8ª séries do ensino fundamental) e Ensino Médio. Seu leque de trabalho na área educacional foi expandindo gradativamente – graças à abertura de portas por meio do mimeógrafo. Com os consertos dos mimeógrafos, Leomar percebeu a necessidade de atendimento ao público docente quanto aos materiais didático-pedagógicos. Durante sua atuação, houve procura de outros

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

produtos ligados à área educacional, como por exemplo, livros didáticos, coleções pedagógicas, entre outros livros e produtos de diversos gêneros literários como: cds, dvd's, brinquedos pedagógicos, etc.

Com o tempo - também nas escolas – foi surgindo à idéia e, sobretudo, a oportunidade de trabalhar com produtos de entretenimento e alimentação com a finalidade de participar de atividades lúdicas e/ou festivas que acontecem vez por outra em datas comemorativas.

De acordo com a confiança e amizade angariada nas instituições escolares, este profissional aos poucos se tornou multifuncional pelo fato de ter conquistado seu espaço entre os profissionais da educação, sempre atualizando seus produtos e serviços conforme as necessidades das instituições escolares.

Além dos produtos e serviços supra mencionados, a atuação do mesmo volta-se também para promoções de eventos como: excursões para o Parque da Mônica, Beto Carreiro World, Parque da Xuxa, Parques Temáticos, Sítios e Chácaras com diversos opcionais variados de acordo com a faixa etária envolvida no passeio proporcionado.

Como oportunidade da divulgação e comércio do seu trabalho – em parceria com a esposa educadora – o profissional entrevistado encontra "portas abertas" para expor e/ou oferecer a prestação de serviços e produtos como: a venda de tapper; artigos de catálogos; cosméticos; chaveiros com fotos; caixinhas para presentes (para serem dados em datas como dia das mães, dos pais); participação em festas representadas por datas cívicas como: folclore, festa junina, consciência negra, etc., além do oferecimento de equipamentos de entretenimento como cama elástica, piscina de bolinhas, algodão doce, fotos temáticas. Atende também a domicílio com atuação em festas de aniversário, entre outros eventos particulares.

Tanto a pesquisadora, quanto o pesquisado acharam por bem ressaltar a importância do trabalho em parceria com as unidades escolares, no sentido de retribuir o espaço oferecido ao profissional para expor seus produtos em troca da manutenção gratuita dos mimeógrafos ou mesmo do fornecimento de um ou mais brinquedos de entretenimento, como por exemplo, cama elástica para ser

proporcionado aos alunos em data pré-estabelecida pela administração da escola, ou seja, é um trabalho de troca de favores e benefícios que geram lucro tanto para o prestador de serviços quanto para a unidade escolar.

A seguir descreverei algumas particularidades mencionadas pelo entrevistado, tais como: dificuldades encontradas para a realização das atividades no seu dia-a-dia; pontos positivos encontrados na execução do seu trabalho nas unidades escolares e pontos positivos e negativos do mimeógrafo, nosso objeto de pesquisa.

Dificuldades encontradas para a realização das atividades nas unidades escolares em seu dia-a-dia:

- ✓ Acordos de horários entre o profissional entrevistado e os profissionais da educação em relação às aulas, reuniões, intervalos, devido ao pouco tempo disponível para a divulgação dos produtos e/ou serviços, além da troca de informações entre os mesmos;
- ✓ Falta de interesse da administração escolar em sequer conhecer o trabalho oferecido pelo profissional entrevistado, ocasiões em que o mesmo é censurado ao iniciar sua proposta que sempre é benéfica às duas partes;
- ✓ Desencontros não intencionais entre a entrega e o recebimento dos produtos vendidos previamente aos profissionais da educação, como por exemplo: o prestador de serviços e/ou produtos precisa se deslocar por 4 ou 5 vezes na mesma unidade escolar em dias consecutivos ou alternados para resolver uma mesma finalidade como receber o pagamento de uma coleção de livros didáticos ou mesmo entregar o mimeógrafo consertado e receber pelo serviço, ocasionando perda de tempo e despesas extras.

Pontos positivos encontrados:

- Unidades Escolares:

- ✓ Prazer em trabalhar com pessoas agradáveis, cultas, oportunidade da ampliação do quadro de conhecimentos pelo fato de lidar com informações atualizadas que estão em consonância com as políticas públicas de educação;
 - ✓ Aproveitamento da maximização dos seus conhecimentos em sua vida pessoal para com seus filhos, amigos e parentes no sentido de indicação, por exemplo, de coleções pedagogicamente corretas de acordo com a faixa etária da pessoa em contato, despertando o interesse e proporcionando a ampliação do aprendizado da mesma. Como depoimento, o entrevistado relatou a seguinte situação: ao expor seus produtos aos profissionais da educação, se deparou com um livro chamado: "meu primeiro grande dicionário", livro este que despertou a idéia e interesse em levá-lo para seu filho de quatro anos, com o intuito de contribuir para seu aprendizado, o que o deixou bastante feliz;
 - ✓ Administração do seu próprio tempo de trabalho e, conseqüentemente, autonomia para exercê-lo.
- Sazonalidade / Agendamento: o período de maior procura para a manutenção de mimeógrafos é entre fevereiro e abril, pelo fato do ano letivo estar iniciando as escolas entram em contato para solicitar este serviço com a preocupação de mantê-los em dia.

Digamos que pelo mesmo motivo, também há – por parte dos professores – grande procura de coleções didáticas no mesmo período, visando à organização pedagógica para o ano letivo.

Pontos positivos e negativos do mimeógrafo:

- Positivo

- ✓ Durabilidade: havendo bom manejo e conservação do equipamento, sua durabilidade é longa ou mesmo indeterminada, podendo se estender a mais de 30 anos, por se tratar de um material muito resistente feito a base de ferro e alumínio, onde neste tempo estimado, há vez por outra, a necessidade de trocar apenas um feltro feito de algodão, visando à boa qualidade das cópias geradas pelo mimeógrafo.
- ✓ Fácil utilização: por se tratar de um equipamento de uso manual, não requer capacitação por meio de cursos. Para o bom manejo bastam poucas e simples explicações para que o aparelho seja utilizado, o que não acontece com as novas tecnologias, tais como: computador, scanner, impressora, etc.
- ✓ Materiais pedagógicos necessários na utilização do mimeógrafo: para gerar cópias de alguma atividade pedagógica, são necessários os seguintes materiais: stencil (matriz), álcool, papel sulfite, canson, entre outros.

É importante lembrar que a qualidade da cópia depende do bom manuseio do equipamento e também de materiais pedagógicos adequados, como por exemplo, é recomendável que o álcool tenha o INPM (%P= porcentagem de álcool em peso ou grau alcoólico, quantidade em gramas de álcool absoluto contida em 100 gramas de mistura hidro-alcoólica) superior a 92,8°. Além disso, o preparo do stencil (matriz) pode ser feito de duas maneiras:

- ✓ 1ª opção – através de uma impressora matricial: primeiramente o conteúdo a ser trabalhado é scaneado para o computador e encaminhado para a impressora.
- ✓ 2ª opção – manualmente: o conteúdo a ser trabalhado é traçado no stencil pelo (a) próprio (a) professor (a), a lápis ou a caneta. Porém, este traçado deve ser feito com intensidade para que as cópias saiam legíveis, exigindo assim, maior força física deste profissional,

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

principalmente se o conteúdo for extenso, de modo a estimular dores no punho e na mão, conforme a professora-pesquisadora deste trabalho.

Custo por cópia:

- ✓ Stencil: um stencil utilizado como matriz pode gerar em média 200 cópias a um custo de R\$0,50 (cinquenta centavos).
- ✓ Álcool: para as mesmas 200 cópias são necessário, em média, 200 ml de álcool a um custo de R\$0,60 (sessenta centavos), se considerarmos o valor de R\$3,00 (três reais) para 1 litro de álcool (calculando a quinta parte de um litro, correspondente a 1000 ml).
- ✓ Papel: são utilizados diversos papéis, tais como: sulfite, canson, almaço, linguagem, cartolina, etc., porém, há predominância na utilização do papel sulfite a um custo de R\$3,00 (três reais) para o mesmo número de cópias supra mencionado.
- ✓ Custo total por unidade: considerando os materiais citados acima, o custo por cópia é, em média, de R\$0,02 (dois centavos). Esta é a grande vantagem na perduração da utilização do mimeógrafo.

➤ Negativo

- ✓ Desperdício de materiais pedagógicos: quando os materiais pedagógicos não são utilizados corretamente, conforme especificações anteriores há possibilidade de desperdício destes materiais, como por exemplo, quando o álcool utilizado é de má qualidade, normalmente o feltro é umedecido em excesso, visando gerar cópias legíveis a partir do stencil matriz. No entanto, pode ocasionar a danificação do stencil e das folhas sulfite.
- ✓ Morosidade: pelo fato do trabalho ser manual, requer maior tempo de preparo e geração das cópias, tendo em vista que a cada 15 cópias

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

geradas a partir de uma matriz, as mesmas devem ser colocadas para secagem com o intuito de não serem borradas e/ou desperdiçadas.

Através desta entrevista, percebeu-se que o mimeógrafo é peça chave para o docente atuante na Educação Básica I – de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental público – considerando a Unidade Escolar em referência – o qual funciona como um grande parceiro do (a) professor (a), já que oferece mais pontos positivos do que negativos em sua utilização.

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do diálogo com autores sobre o problema que a educação vem enfrentando com relação às condições de trabalho do professor – nas dimensões objetiva e subjetiva – a cerca da concepção de educação para o século XXI, pude verificar que as políticas públicas educacionais quanto à aplicabilidade de recursos financeiros destinados à educação e as reais condições de trabalho docente, com o fim de garantir a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, deixam muito a desejar. Através da entrevista e dos questionários pude perceber o quanto à prática docente encontra-se distante da teoria, ou seja, a transposição das leis é algo a ser conquistado gradativamente com o passar do tempo.

Percorri um longo caminho a fim de realizar esta pesquisa. Tudo começou quando resolvi ser uma profissional da área pedagógica, entrar para o mundo acadêmico e contribuir para a sociedade civil. Prestei serviços em uma instituição altamente informatizada, porém, optei por concorrer à vaga de professora de educação básica I (séries iniciais do ensino fundamental), oportunidade em que ingressei numa escola estadual paulista por meio de concurso público promovido pelo Governo do Estado de São Paulo. A partir daí, deparei-me com significativo impacto no que tange à área informacional, pois a instituição em que trabalho ainda utiliza o mimeógrafo. Caso eu não queira utilizá-lo, minha única opção é custear o preparo das atividades que serão aplicadas aos meus alunos. Daí nasceu meu problema de pesquisa que diz respeito às condições de trabalho do professor.

Pretendi apresentar de forma significativa, por meio da minha vivência na área educacional, os reflexos ocasionados pelo uso do mimeógrafo na escola da rede estadual paulista aos discentes e docentes, além de demonstrar como tais reflexos comprometem direta ou indiretamente o processo ensino – aprendizagem na Unidade Escolar, sobretudo intra-sala de aula. Desta forma, o problema que a educação vem enfrentando no que tange às condições de trabalho do professorado público é evidente, pois um equipamento inventado a mais de um século continua a ser utilizado constantemente nas escolas estaduais e não é tido

como ultrapassado, revelando assim, o retrato da educação escolar pública no século XXI.

Este estudo teve como objetivo avaliar também se os recursos tecnológicos disponíveis pelo Governo do Estado são condizentes com as reais necessidades dos profissionais da educação, mais especificamente os professores em relação aos aspectos: didático-pedagógicos, afetivos, e, sobretudo cognitivos e se estes estão conectados com as políticas públicas educacionais na forma da lei. Porém, o que foi observado é que as leis educacionais não são transpostas na íntegra.

Para tanto, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para novas formulações das políticas públicas educacionais quanto à aplicabilidade de recursos financeiros destinados à educação, com o fim de garantir a qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Através da minha prática docente é possível notar contradições entre os dispositivos legais e os recursos efetivamente disponíveis ao professor da rede estadual e, ainda, entre a prática pedagógica e as teorias pedagógicas que defendem a escola cidadã, a autonomia da escola, a gestão participativa, o sujeito coletivo, entre outros termos encontrados no universo educacional dos últimos tempos.

Partindo do pressuposto que o professor não tem recursos financeiros para xerocar atividades diversificadas para seus alunos, por isso recusa-se a “financiar” o conhecimento do outro, não lhe resta alternativa se não a utilização do mimeógrafo, que embora possa parecer uma peça de museu, não o é.

Neste sentido, pergunto-me: o mimeógrafo é amigo ou inimigo do professor do século XXI? E mais: o mimeógrafo retrata a Educação deste século?

Estas são perguntas que no momento ainda não tenho as respectivas respostas, porém, as buscarei apoiando-me em teóricos da educação e também nas leis educacionais no decorrer da minha prática educativa.

Este estudo contribuiu tanto pessoal, quanto profissionalmente para a pesquisadora perceber a dimensão que envolve a temática em questão. Através da análise e da reflexão decorrentes deste trabalho, foi possível concluir que as

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

Condições de Trabalho do Professor estão diretamente relacionadas à qualidade do processo ensino-aprendizagem, uma vez que os protagonistas da educação: professor e aluno são dependentes destas condições que possibilitam a viabilização do desenvolvimento deste processo.

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. (v. 1). Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Lei n.10.172, 2001.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 13. ed. Brasília, 2000.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Lei n.9.394, 1996.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber** – elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COSCARELLI, C. V. **O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem**. Belo Horizonte: Revista Presença Pedagógica, 1998.

DELORS, J. **Educação – um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez – MEC – UNESCO, 1999.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

FRANCISCO, D. J. **Hibridizações no Cotidiano Escolar**: Escola e Tecnologias da Comunicação e Informação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Campus, 1997.

HYPOLITO, A. M. **Processo de Trabalho na Escola: algumas categorias para análise**. Teoria & Educação, 4. 1991. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/hypolito_Teo_Ed.pdf> . Acesso em: 20 out. 2009.

LICENSE, GNU Free Documentation. **Mimeógrafo** – Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mime%C3%B3grafo>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

MENESES, J. G. C. **Educação básica – Estrutura e funcionamento**. Leitura. 2 ed. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2000.

MOREIRA, R. *A estrutura didática da educação básica – educação especial*. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Educação Básica** – Políticas, Legislação e Gestão – Leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda, 2004.

PAULO II, J. **Carta Encíclica: sobre o trabalho humano** – Laborem Exercens. São Paulo: Loyola, 1981.

PEREIRA, P. A. **O que é pesquisa em educação?** São Paulo: Paulus, 2005.

REBELLO, A. Viagem no tempo – **Ensino movido à MANIVELA**. Diário de São Paulo, 13 abr. 2008, p.A10.

RIBEIRO, A. P. **Corujando Dia e Noite**: Daquela Época. Set, 1999. Disponível em: <www.corujando.com.br/cronicas/Daquela_Epoca.html>. Acesso em: 22 jun. 2006.

SANTOS, M. L. R. **Do Giz À Era Digital**. São Paulo: Zouk, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J. M. **Como fazer trabalho comunitário?** São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, J. M. **Da Autonomia da escola pública: a re-humanização da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SILVA, J. M. **Os educadores e o cotidiano escolar**. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. Trabalho docente no ensino básico: novas demandas e novas competências. **Revista Renascença de Ensino e Pesquisa**, p. 67-72, 1993.

_____. Políticas públicas em educação e formação docente: o problema da (in)disciplina examinado sob a ótica de um “currículo formativo”. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho; BATISTA, Sylvia Helena S.S.(coord). **Revisitando a Prática Docente – Interdisciplinaridade, Políticas Públicas e Formação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda., p. 61-70, 2003.

SOUZA, A. N. de. **Sou professor, sim senhor!**: representações do trabalho docente. Campinas: Papyrus, 1996.

TEIXEIRA, A. S. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras (1962). In: **A Voz dos Educadores – Textos Escolhidos – Série Estudos e Normas n.7**. Governo do Estado de São Paulo / Conselho Estadual de Educação, p. 92-104, 2002.

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

TORRES, R. **O Mimeógrafo Pisca-Pisca** (O início). Mar, 2006. Disponível em:
<<http://mimeografo.blogspot.com/2006/03/o-mimeografo-pisca-pisca-o-incio.html>>.
Acesso em: 22 jun. 2006.

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

ANEXOS

Created by eDocPrinter PDF Pro!!

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

01 – Qual seu sexo?

masculino feminino

02 – Qual sua idade?

menos de 25 anos de 25 a 35 anos de 35 a 45 anos
 de 45 a 55 anos mais de 55 anos

03 – É professor (a) da rede estadual de ensino a quanto tempo?

1 a 5 anos 5 a 10 anos 10 a 20 anos mais de 20 anos

04 – Trabalha em mais de uma instituição escolar?

sim. Quantas _____ não

05 – Você se identifica com a profissão de educador (a)?

sim não

06 – Por qual motivo escolheu esta profissão?

influências de amigos e/ou familiares

idealização

falta de opção acadêmica

outros. Favor

especificar _____

07 – Como considera o ritmo do seu trabalho?

calmo, tranquilo moderado agitado, alucinante

08 – Quais os pontos nevrálgicos encontrados na educação escolar em sua opinião? (pode assinalar mais de uma opção).

salário jornada de trabalho recursos pedagógicos gestão escolar

capacitação de professores

envolvimento dos profissionais da educação

envolvimento com os pais e/ou comunidade escolar

- políticas públicas de educação
- valorização do magistério
- todos os itens mencionados acima
- outros. Favor especificar _____

09 – Como você considera a educação escolar brasileira?

- péssima regular tem muito que melhorar boa ótima

10 – Como você lida com as novas tecnologias, especificamente da área da informática?

11 – Já fez ou faz algum curso de capacitação para professores? Qual ou quais?

12 – Em sua opinião o professor tem autonomia pedagógica?

13 – Você utiliza algum tipo recurso pedagógico para o preparo das aulas enquanto está na Unidade Escolar? (pode assinalar mais de uma opção).

- computador impressora mimeógrafo máquina copiadora outros

14 – Com que frequência utiliza o(s) recurso(s) mencionado(s) acima, na Unidade Escolar?

- às vezes toda semana diariamente

15 – Você utiliza o mimeógrafo como recurso pedagógico?

- sim não

16 – Você possui um mimeógrafo em seu lar?

- sim não

17 – Comprou o mimeógrafo novo, usado ou ganhou de alguém?

- novo usado ganhei

18 – A quanto tempo adquiriu este equipamento?

- após _____ anos de magistério

19 – O mimeógrafo é importante para o trabalho pedagógico?

- sim, é essencial
 nem tanto, utilizo outros recursos didático-pedagógicos
 não, pode ser inutilizado

20 – Além do mimeógrafo, quais os materiais que você necessita para preparar as aulas? (pode assinalar mais de uma opção).

- papel sulfite e/ou canson stencil scanner impressora
 livros didáticos e/ou similares álcool molha dedo mesa de apoio
 todos os itens mencionados acima
 outros.

Quais? _____

21 – Como você considera a qualidade das atividades feitas com o mimeógrafo?

- ruim razoável boa ótima

22 – A qualidade das atividades preparadas por meio do mimeógrafo dependem:

- do álcool do professor (a) do tempo para o preparo das atividades

23 – Há desperdício de materiais com a utilização do mimeógrafo?

- sim, bastante sim, pouco não, nunca

Que tipo de material?

- álcool stencil sulfite
 outros. Favor especificar _____

24 – Você considera fácil e prático o manuseio do mimeógrafo?

- não, mas tenho que utilizá-lo
 sim, já acostumei

25 – Você prepara as aulas com o mimeógrafo:

Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

- habitualmente na escola, em aulas vagas ocupadas pelos professores especialistas e/ou nos horários de reuniões pedagógicas
- habitualmente em casa, entre uma atividade e outra

26 – Quanto você acha que pesa um mimeógrafo?

- até 3 quilos
- de 3 a 6 quilos
- de 6 a 9 quilos
- mais de 9 quilos

27 – Você sente dificuldade em transportar este equipamento?

- sim
- não

28 – Você já se afastou do trabalho em decorrência da utilização do mimeógrafo ou conhece alguém que tenha se afastado?

- já me afastei, mas retornei ao trabalho
- sou professor(a) reabilitado(a)
- conheço pessoa(s) que se afastou(ram)
- não conheço

29 – Quais doenças você tem conhecimento que podem ser ocasionadas por meio da utilização do mimeógrafo?

- tendinite, bursite
- problema de coluna e/ou postural
- doenças pulmonares ou respiratórias
- não tenho conhecimento de nenhuma doença advinda da utilização do mimeógrafo

30 – Quanto à manutenção do mimeógrafo, pode ser reparado facilmente?

- não, é difícil encontrar profissionais especializados em manutenção de mimeógrafos
- sim, sempre que preciso o mimeógrafo é consertado rapidamente

ANEXO 2

MANUAL DE INSTRUÇÕES DO DUPLICADOR PORTÁTIL A ÁLCOOL

(Equipamento exposto no item 1.4 desta pesquisa, descrito como Mimeógrafo Moderno)

O manual de instruções que será demonstrado a seguir foi fornecido pelo Sr. Leomar Cândido Anacleto – técnico de mimeógrafos - entrevistado pela pesquisadora, conforme item 5.2.3 deste trabalho.



Buy Now to Create PDF without Trial Watermark!!

Created by eDocPrinter PDF Pro!!